Março/Abril 1984

Editado pela Fundação Nacional próMemória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Rua da Imprensa, 16 — sala 1508 — Centro
Rio de Janeiro — RJ — 20.030

SPHAN 29

próMemória

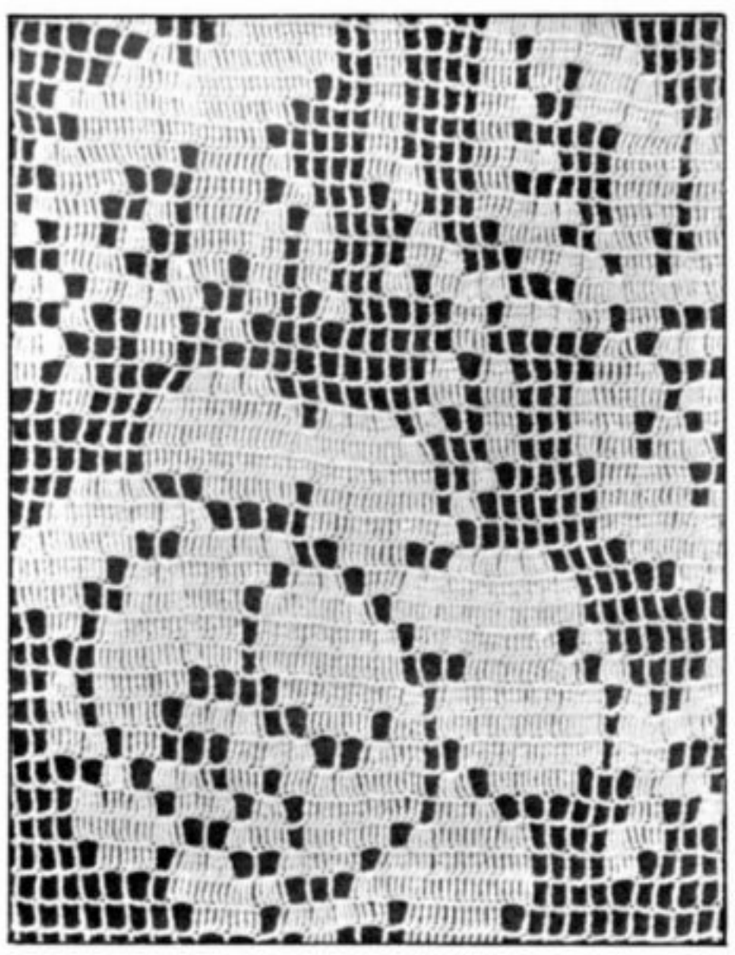
ISSN 0101-3467

No sul, um projeto para resgatar a memória da imigração italiana



Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul — ECIRS é o projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido pela Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, desde 1978. Investigando segmentos como arquitetura, cultura material, usos e costumes e literatura oral, seu principal objetivo é realizar um levantamento sistemático de bens e valores das comunidades rurais da região, como ponto de partida para a valorização e preservação dessa cultura.
Alguns resultados já podem ser destacados: o aproveitamento do material até agora coletado, registrado principalmente através de gravação e fotografia, está organizado em arquivos sistemáticos, para consultas e estudos; o surgimento de projetos de educação com base na cultura rural da região; a promoção de eventos como conferências, exposições e a mostra fotográfica ''Retratos de Uma Cultura''.







"Eu tenho impressão de que se um dia nos faltassem os recursos, não nos faltaria o entusiasmo para continuar fazendo esse trabalho." Essas palavras da Profª Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, coordenadora do projeto **Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul**, resumem com precisão o espírito que norteia os pesquisadores envolvidos na experiência de resgatar a memória cultural da imigração italiana.

A origem do projeto remonta a 1975 — 1978 marca o ano em que foi institucionalizado dentro da Universidade de Caxias do Sul — quando a Profª Cleodes e sua irmã, Profª Helena Piazza Toniazzo, motivadas pela comemoração do centenário da imigração italiana na região nordeste do Estado, pensaram em fazer a trajetória do artesanato feminino na família, já que são bisnetas de uma das três primeiras famílias de imigrantes, a de Tommaso Radaelli.

A importância do centenário reside no fato de que toda a região nordeste do Rio Grande do Sul se estruturou através da venda por parte do Governo Imperial, e depois da Província, de terras devolutas demarcadas para abrigar europeus que deveriam colonizar a área. A ponta de terra que dá acesso a toda a região nordeste do Estado, chamada colônia Fundos de Nova Palmira, depois Caxias, abrigou no sopé da montanha os três casais que iniciaram o ciclo migratório — os Radaelli, Sperafico e Crippa — antes mesmo da construção do barracão dos imigrantes.

Foram acolhidos em maio de 1875, segundo contam na família das professoras Cleodes e Maria Helena, por um índio já aculturado chamado Luís Antonio Silva Lima, o Luís Bugre. Essa história faz parte da tradição oral da região. Luís Bugre abrigou as famílias até que a comissão de terras construísse um barracão para os imigrantes.

Hoje não existem mais filhos de imigrantes. O último, tio-avô das pesquisadoras, faleceu há seis anos. Elas lembram que ele ainda se referia à colônia inicial com o nome de "Barracón". Como os três casais eram lombardos, batizaram o lugar de "Nova Milano", "num anseio, quem sabe, de que aquele mato um dia se convertesse numa Milão", relata a Profª Cleodes, "mas felizmente não se converteu, está tão pequenino, ou talvez um pouquinho maior do que quando eles chegaram".



Pesquisa

As duas professoras iniciaram a pesquisa com material e recursos próprios, auxiliadas na parte fotográfica por outro professor, Ary Nicodemos Trentin, hoje Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, e pelo dentista Aldo Toniazzo, marido de Maria Helena. Segundo elas, um fator que as tem ajudado muito desde o início da pesquisa é o domínio que possuem da fala dialetal, tanto dos lombardos quanto dos vênetos, de quem também descendem e que formam a maioria dos imigrantes da região. Os acessos às comunidades, dessa forma, têm sido bastante facilitados, pois os lombardos sempre foram uma "ilha lingüística". Hoje eles se surpreendem que pessoas dessa geração ainda falem o dialeto lombardo, apesar de não viverem nas comunidades.

Ao relembrar o começo da experiência, a Profª Cleodes justifica a escolha de um só aspecto da colonização: "Claro que foi movidas por uma questão afetiva querer fazer o percurso só do artesanato, como se ele fosse um fenômeno isolável e isolado dos demais componentes da cultura da região." Ao perceberem essa dificuldade, uma vez que o artesanato estava vinculado aos ciclos da produção e, como notaram as pesquisadoras, ao progressivo desaparecimento do plantio do linho e conseqüentemente dos teares, a solução foi estender a pesquisa para outras áreas, como indústria doméstica, que era uma visão mais ampla na qual se inseria o artesanato; "fascinadas pela experiência", tentaram obter o apoio da Universidade para a continuação do trabalho.

De 75 a 78 os pesquisadores se autofinanciaram, comprando o equipamento básico de fotografia e de gravação e viajando para o campo nos fins-de-semana. Em 1978 o apoio solicitado veio em forma de institucionalização do projeto pela Universidade, que passou a fornecer os recursos para a compra do material de



Cantina doméstica para produção artesanal de vinho, ainda em largo uso na região.

consumo — filmes, fitas — e em seguida colocou um carro à disposição da equipe. Além disso, a Universidade possibilitou à equipe um esquema de trabalho nas sextas-feiras, sábados e domingos, que permanece até hoje.

Por essa época, o projeto já contava com a adesão de outros professores da Universidade e também dos arquitetos Paulo Bertussi e Sandra Barella. "Nós percebemos que não tínhamos condições, nem formação, para examinar o segmento arquitetura", justifica a Profª Cleodes, salientando que "é um segmento importantíssimo como os demais, mas definidor de outros, relacionados a usos, costumes, domínio de tecnologia, etc." Ela observa, ainda, que a metodologia usada na época não difere substancialmente da utilizada hoje: "Evidentemente que hoje o nosso saber acerca desses procedimentos nasceu também por causa daquele nosso fazer inicial, meio desordenado e sem muita sistematização."

A partir de 1982 o Ministério da Educação e Cultura passou a apoiar o projeto financeiramente, através da Secretaria Geral e da Secretaria da Educação Superior — SESu.

Regionalidade

Além de sua característica fundamental — conhecer e mapear exaustivamente os vários aspectos da cultura da região de imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul — o projeto ECIRS tem um propósito muito claro, sempre enfatizado por todos os que a ele se referem ou que nele estão envolvidos, que é o de "fornecer a base, os subsídios, para que a Universidade cumpra efetivamente, ou concretize melhor, a sua vocação de regionalidade", segundo a Profª Cleodes Piazza J. Ribeiro.

A coordenadora do projeto ECIRS é uma das fundadoras da Universidade de Caxias do Sul — "Eu tenho 19 anos de instituição e a UCS tem 17" — e, ao rememorar a criação da UCS, observa que a instituição nasceu do anseio e da conjugação de forças da própria comunidade local, da vontade e do desejo que a região tinha de ter a sua universidade. Portanto, nos seus estatutos, "sem perder de vista o caráter de universidade que deve reger todas as suas ações, ela se definiu, por vocação, como uma universidade regional e para que essas ações sejam compatíveis com essa vocação, é óbvio que é preciso conhecer a realidade da região na qual ela está inserida, da qual ela faz parte, da qual ela nasce e à qual ela deve servir."



Santo Antônio com o Menino, escultura em madeira policromada, fins do século XIX.

O Prof. José Clemente Pozenato, também pesquisador do projeto ECIRS, acredita que fica fácil entender por que uma universidade se dedica ao estudo de um grupo humano particular "quando se sabe que a UCS é ela mesma, em grande parte, fruto dessa cultura particular. Ao estudá-la, em certa medida a Universidade busca compreender a si mesma e, compreendendo-se, procura saber mais claramente o papel que lhe compete nesse contexto". Para ele isso seria "o resultado de uma opção consciente da Universidade no sentido de se integrar plenamente com a realidade de sua região."

Situada no centro geográfico e político da principal região de imigração do estado, a UCS sempre teve a preocupação de estudar e interpretar a cultura regional, como bem atestam diversas iniciativas realizadas em seu âmbito, como a criação do Instituto Superior para Estudos e Pesquisa — ISBIEP, o patrocínio anual, desde 1975, do Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, a publicação da **Coleção Imigração Italiana**, que conta com mais de 30 títulos, e a pesquisa dialetológica dos Professores Vitalina Frosi e Ciro Mioranza, lançada em livro em abril passado. **Dialetos Italianos**, em 525 páginas, traça um perfil lingüístico dos ítalo-brasileiros do nordeste do Rio Grande do Sul e apresenta um mapeamento da região de colonização italiana, com registro de dados etno-geo-histórico-econômicos de 82 distritos.

Levantamento

O objetivo geral do projeto ECIRS — promover uma ação cultural destinada a valorizar e preservar os bens e valores culturais da região das antigas colônias italianas no nordeste do Rio Grande do Sul — vem sendo atingido através de ações específicas e intermediárias que incluem, além da realização do levantamento sistematizado dos bens e valores de comunidades rurais das antigas colônias, a descrição do perfil cultural dessas comunidades, o fornecimento de subsídios para introduzir, nos currículos escolares e universitários, conteúdos referentes à cultura regional, ações para despertar junto à população a consciência da própria identidade cultural e da necessidade de preservá-la (como exposições, debates e outros meios) e o estímulo à criação de meios que levem à preservação de monumentos arquitetônicos e de arte popular da região.

Através do levantamento, são investigados quatro segmentos: arquitetura, cultura material, usos e costumes e literatura oral.

No segmento da arquitetura são investigadas: a arquitetura religiosa e a arquitetura civil de função pública e de função privada, em especial os estabelecimentos agrícolas com todos os seus componentes.



Construção em alvenaria de taipa de pedras, final do século XIX, arquitetura caracterizada pela utilização de componentes obtidos no próprio lote rural.



Casa de pedras, final do século XIX. O costume de retocar a fachada foi trazido pelo imigrante

No segmento da cultura material são pesquisados: arte religiosa, arte cemiterial, mobiliário, instrumentos e utensílios domésticos e de trabalho, artesanato masculino e feminino e decoração.

Em usos e costumes são colhidos depoimentos de informantes relativos a: organização e vida familiar, organização e formas de produção, vida social e religiosa, culinária, medicina doméstica e outras manifestações.

Na literatura oral são feitos registros de provérbios do cancioneiro popular, de narrativas e de outras formas fixas da tradição.

A primeira etapa do levantamento abrangeu a área das antigas colônias de Conde D'Eu, Caxias e D. Isabel, que hoje compreende os Municípios de Flores da Cunha, Caxias do Sul, São Marcos, Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa e Farroupilha. Foi incluído também, no fim do ano passado, o Município de Antônio Prado, que por razões históricas, isto é, pelo distanciamento que manteve com as demais sedes de colônias e pela ausência de comunicação, permaneceu isolado durante muito tempo. Assim, para o estudo da imigração ele ainda conserva características de uma riqueza muito grande, que já se perderam nos outros municípios. Recentemente foi incluida também a antiga colônia Guaporé, de formação quase simultânea às outras três.

Em termos de registro, até o momento foram colhidas mais de 200 horas de gravação, através de entrevistas com informantes de mais de 60 anos de idade, e feitas cerca de 6.200 fotografias, onde estão selecionadas as imagens que melhor parecem exemplificar cada segmento investigado. A partir deste ano o registro será complementado com gravações em vídeo-teipe. Para isso, há um roteiro pronto para o segmento arquitetura, focalizando não só a edificação, mas o agenciamento todo: por que fazer a casa afastada da linha do travessão, a vertente d'água como fator decisivo, a topografia do terreno permitindo a escavação para a construção da cantina para o vinho, o forno, o poço, o estábulo, o paiol, enfim, a organização que recebe o espaço.

Para o atual Vice-Reitor da UCS, Mário Gardelin, esses "quilômetros de fitas gravadas, milhares de fotos e de entrevistas estão compondo um painel vivo e fascinante (...) Desse trabalho não apenas surge uma imagem, que será preservada, mas uma forma que melhor faz entender o que foram estes 100 anos de povoamento vêneto em terras rio-grandenses."

Resultados

Os dados coletados durante a pesquisa não são armazenados, como enfatiza a coordenadora do projeto, "porque eles não esfriam na prateleira, uma vez que são dados que se dinamizam por si próprios". Um dos resultados dessa coleta é exatamente a incorporação ao currículo universitário de uma disciplina que dá conta dos componentes culturais da região, e que tem o mesmo nome do projeto. Essa matéria é ministrada também nos cursos de especialização, de Pedagogia e História, para que, de posse desses dados, segundo a Profª Cleodes, "os alunos possam fazer relação com a sua área específica e ter presente toda a intervenção; ele vai encontrar estes componentes não como uma coisa acidental, mas como a cristalização do sistema, que foi possível permanecer dado o isolamento em que ele viveu durante tanto tempo, e que hoje se consubstancia em traços culturais marcados, fortes, presentes no cotidiano tanto do urbano quanto do rural."

Esse material coletado tem servido também para os alunos de graduação, que eventualmente o solicitam para a realização de suas tarefas disciplinares.

Este ano será gravado o primeiro disco do cancioneiro popular que, segundo os pesquisadores, ainda é muito forte. Ele é cantado em várias ocasiões, como nas festas de família ou quando se reúne o "grupo do filó", que é uma reunião familiar ou de amigos, à noite, para conversar, trocar idéias, tomar vinho, comer pinhão. Nessas ocasiões canta-se muito, e as canções são todas "interessantíssimas, falam de guerra, dos Alpes, da neve, do imigrado, e no entanto são cantadas por alguém que mora no Rio Grande do Sul", observa a Professora.

A equipe pretende editar, paralelamente ao disco, um livro sobre o cancioneiro popular, com o exame das diferentes variantes que às vezes a mesma canção toma, desde canção de ninar até canção de entusiasmo, por exemplo. Pretende também preparar até o fim do ano, e em seguida publicar, o que eles chamam de "o

SPHAN 29
próMemória

grande relatório", o texto que dá conta desde o nascimento do projeto, além de algumas idéias teóricas acerca de cultura e processo de aculturação que a região sofreu. Numa segunda parte seria relatada a experiência do grupo e de onde nasceu o saber que o levou a definir determinados procedimentos metodológicos.

Além disso, os arquitetos da equipe já têm pronto para, em breve, submeter ao resto da comunidade científica, inclusive nacional, um glossário ilustrado sobre arquitetura da região, que possui terminologia própria, em alguns casos. Em outros, apenas semanticamente é que ela pode conotar alguma coisa diferente na região, pois a denominação é a mesma, segundo explicação dos pesquisadores.

Educação

Dentre os resultados do desenvolvimento do projeto ECIRS destaca-se o surgimento de um outro, conseqüência direta do primeiro, visando desencadear ações na área da educação popular, especificamente no meio rural, e mais recentemente nas periferias urbanas da região. O **Projeto de Educação no Meio Rural** recebe desde o início o apoio do Programa de Integração da Universidade com o Ensino de 1º Grau, da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Superior do MEC - SESu.

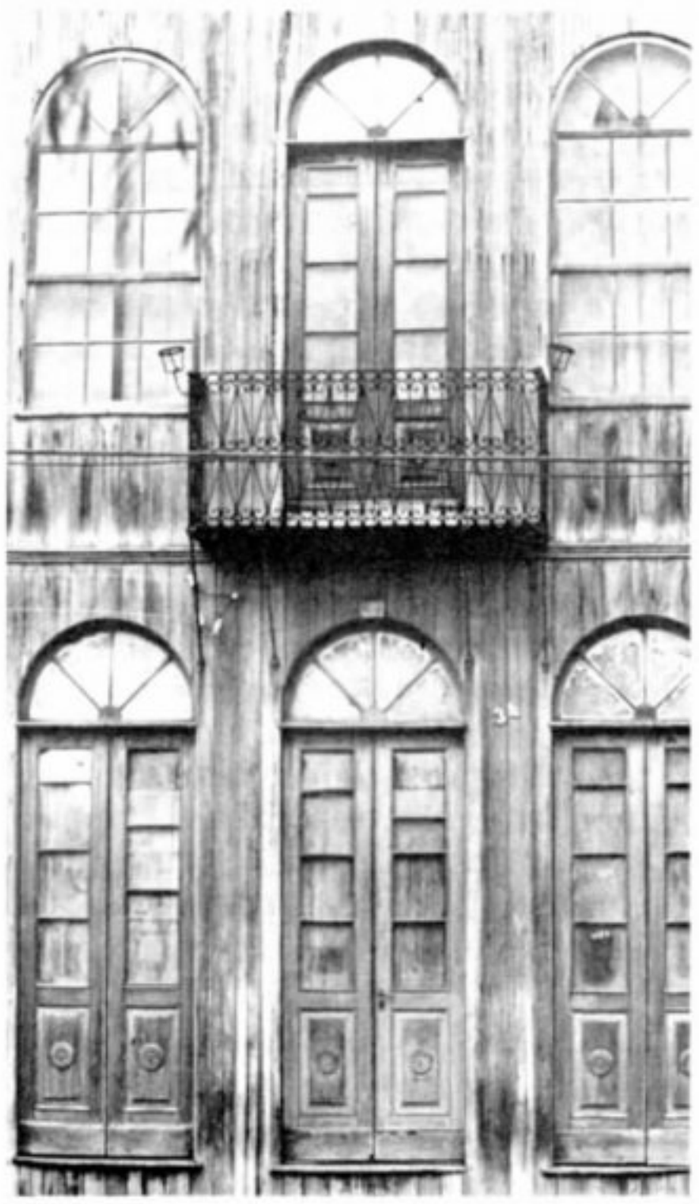
As constantes viagens da equipe ao interior possibilitaram um contato maior com as comunidades rurais. No início apenas para perguntar, por exemplo, se a professora tinha informação sobre um moinho de roda d'água ainda ativo próximo à escola, ou perguntar aos alunos se o avô ainda vivia, pois aí poderiam ser identificados informantes, isto é, pessoas de idade que, através do relato da experiência individual, possivelmente forneceriam o mapa de uma experiência coletiva.

Os pesquisadores começaram a perceber que, dependendo da origem da professora, havia um maior ou menor envolvimento com o que estava fazendo. Eles relatavam à professora o objetivo da pesquisa e percebiam que a que era do lugar se interessava imediatamente pelo assunto, e a que vinha da cidade para lecionar no meio rural, embora também de ascendência italiana, mantinha um distanciamento quase hostil com o meio.

"Como fui professora do meio rural também", explica a Profª Cleodes, "portanto minha trajetória é bem grande, comecei a ficar intrigada, pensando: esta escola deve estar longe desse universo aqui." Ao perguntar, nas conversas informais, o que as crianças cantavam em casa ou nas festas, algumas professoras respondiam: "O pessoal ainda canta aquelas coisas deles." E, ao perguntar se na escola não eram cantadas "essas coisas deles", a resposta era: "De jeito nenhum, imagine!"

Esse é apenas um exemplo da distância existente entre a escola e o meio na qual está inserida. Outro exemplo refere-se ao alto índice de reprovação observado pelos pesquisadores. A Profª Cleodes conta que





A construção em madeira sintetiza a 1ª manifestação própria da arquitetura da imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul.

aquilo lhe doía muito, "porque eu não via apenas como um professor de universidade, mas como alguém do meio deles; eu estava sentindo o peso ainda opressivo de uma discriminação brutal, onde o colono é tratado como um sujeito menos inteligente na escola, porque fora dela ele é muito hábil, ele faz tudo, ele faz contas de cabeça, ele sabe negociar, e o desempenho da criança na escola, principalmente na primeira série, é uma tragédia."

O grupo começou a questionar isso, e não foi difícil descobrir que toda a metodologia de alfabetização partia do pressuposto de que essas crianças tinham como língua-mãe a língua portuguesa, quando na verdade elas ainda têm a fala dialetal. Quando a língua portuguesa é a língua-mãe, ela é marcada, tanto na morfologia quanto na sintaxe e na fonética, pela presença de um outro idioma; daí a dificuldade das crianças.

Foi diante dessa constatação que a Universidade assumiu uma postura crítica de questionar a si própria, questionar o seu papel social e procurar saber por que ela não cumpria esse papel. Descobriu então que precisava conhecer profundamente a realidade na qual está inserida e convocou a comunidade científica, acadêmica e a comunidade em geral para discutir o problema, tomando como ponto de referência os dados trazidos pelo projeto ECIRS e propondo um grande debate sobre a educação no meio rural.

O **Simpósio sobre Educação no Meio Rural**, realizado em 1981 e coordenado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, reuniu desde o professor do meio até o representante do MEC, passando por todas as instâncias: Secretarias Municipais de Educação — SMEC, Delegacia Regional do MEC, Conselho Estadual de Educação, Secretaria Estadual de Educação, representantes das comunidades rurais que integram os sindicatos rurais da região toda e membros da Escola Agrícola.

Durante o Simpósio não foi levantada a idéia de um projeto específico para tratar a questão; todos se mostraram angustiados com a problemática. A própria Universidade se declarou omissa no sentido de que até ali não havia feito uma reflexão nessa linha, mas apontou sinais, caminhos que ela própria vinha tomando ao revitalizar as licenciaturas, voltando-as para a formação de profissionais que respondessem às necessidades regionais. Foi feito então um painel muito grande sobre o assunto,



Campanário da Capela de Santo Antônio do Forromeco, Município de Carlos Barbosa.

e na última plenária ficou evidenciada a necessidade de se fazer um seminário para aprofundar alguns pontos.

O **Seminário sobre Educação no Meio Rural** foi realizado três semanas após o Simpósio e dele participaram representantes de todos os organismos, desde os alunos da Universidade até o Conselho Estadual de Educação. Na ocasião, o grupo reunido, aproveitando os elementos da cultura local e a realidade da escola do meio rural, decidiu que seria importante, ao invés de montar um projeto, desencadear um processo participativo nas comunidades, de sorte que, uma vez consolidado, a Universidade pudesse sair de cena, retirar a sua "tutela". Isso foi ao final de 1981; em 82, esse processo participativo foi desencadeado apenas no Município de Caxias do Sul, mas em conseqüência dele foi realizado, em outubro de 1982, pela Pró-Reitoria de Extensão e Relações Universitárias, o **Curso de Treinamento para Diretores, Supervisores, Orientadores e Professores do Meio Rural**, primeiro no Município de Carlos Barbosa e, em seguida, no Município de Antônio Prado.

O Curso teve como objetivo básico sensibilizar esses profissionais a buscar maior adequação do ensino escolar, através da cultura rural. Outros objetivos relacionavam-se ao treinamento dos participantes para uma atuação na melhoria e reformulação de estruturas e conteúdos de ensino para o meio e ao incremento da educação comunitária no meio rural, envolvendo aspectos relacionados a saúde, habitação, produção e comercialização da produção, desenvolvimento social, artístico e cultural.

O programa do Curso abordou dois itens: Educação e Cultura Local (história local, bens e valores culturais e instrumentos da educação pela cultura: materiais de ensino com vinculação cultural) e Educação e Ação Comunitária (a escola e a comunidade rural, a escola e o desenvolvimento da comunidade e ações comunitárias da escola). A metodologia incluiu a projeção de **slides** sobre bens e valores culturais da região, com comentários dos participantes e análise, comentário e discussão em grupo da bibliografia, ou seja, as possibilidades de utilização dos elementos culturais visando à integração da escola com a comunidade e à reformulação das atividades escolares.

A função dos coordenadores do treinamento foi exercida de forma a que todas as atividades do Curso tivessem caráter participativo, e não houvesse um direcionamento impositivo dos trabalhos, tanto na identificação da realidade quanto, principalmente, na tomada de decisões. Segundo os realizadores do Curso todos os participantes demonstraram satisfação pelo fato de as iniciativas terem partido deles próprios. Um depoimento comum foi o de que pela primeira vez participaram de um Curso para dizer o que sabiam, não para ouvir.

No relatório final do Curso o Prof. Armando A. Sacchet afirma que o trabalho foi altamente satisfatório, principalmente por ter ficado claro que ali foi apenas deflagrado um processo que necessitava continuidade. A partir desse momento foram criadas condições de se levar a cabo a revisão de currículos e programas, que até então vinha sendo tentada sem resultados, por falta de reação dos professores das escolas. As propostas de ação revelaram que os principais objetivos do Curso — levar a repensar as atividades escolares e a integrar a escola à comunidade — foram compreendidos e assumidos pelos participantes. Outro fator que influiu no êxito da experiência foi a constatação de uma predisposição favorável dos órgãos de ensino envolvidos.

Dois episódios revelam as conseqüências do trabalho realizado: em Carlos Barbosa, dois meses após o treinamento, os professores propuseram à SMEC a realização de uma mostra dos trabalhos realizados pelos alunos, que consistiam na recuperação de técnicas artesanais características da região, motivada pelo Curso; e em Antônio Prado, a administração municipal passou a estudar um plano de documentação da cultura rural do Município e a propor aos professores a revisão dos programas escolares.

Outros resultados também podem ser destacados como a elaboração de uma cartilha, a organização de museus junto às escolas, a produção de textos e as ligações com sindicatos, cooperativas e associações de bairro, que reforçam o alcance real das mudanças a partir da escola.

A disseminação da experiência vem sendo feita pelas titulares das Secretarias de Educação envolvidas. Para este ano já há solicitação dos Municípios de Flores da Cunha, Bento Gonçalves, Garibaldi e São Marcos para a implantação do **Projeto de Educação no Meio Rural**.

Conscientização

Para garantir a continuidade e o andamento dos projetos, já que em nenhum momento se desvinculam um do outro, os pesquisadores têm buscado conscientizar a população das comunidades rurais através de encontros, conversas informais nas "bodegas", lugar de reunião próximo à capela local, onde se procura valorizar insistentemente os aspectos da cultura de imigração italiana na região, mostrando a importância de sua preservação.

O projeto dos Elementos Culturais, ao se desdobrar no de Educação no Meio Rural, partiu para ações concretas ligadas à escola. Para a



Pombal, presença constante no pátio das casas da zona rural.

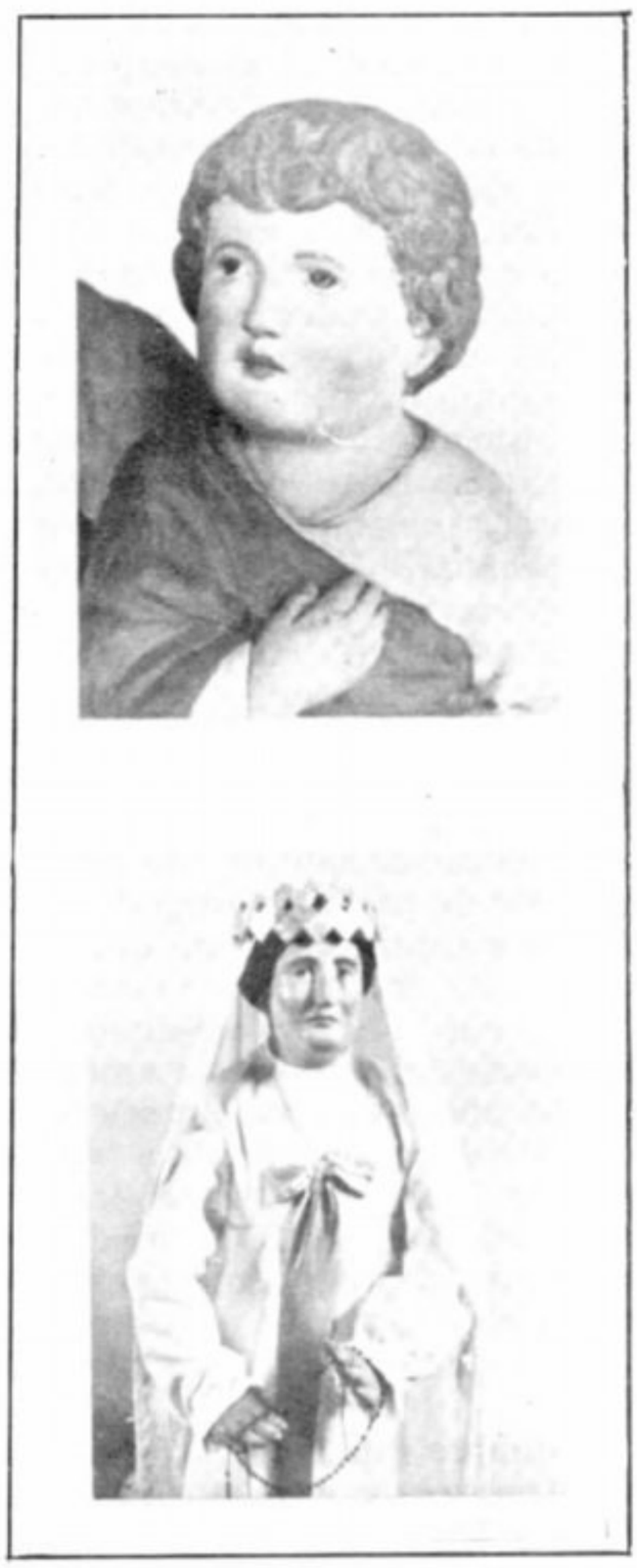
Profª Cleodes, "o material coletado no ECIRS, uma vez que registra a simbolização que o homem rural dá ao seu universo, serve de instrumento de sensibilização das comunidades rurais, para que elas se associem a este processo, para que elas participem de fato nessa decisão de saber como é a escola que pensam para os seus filhos, que papel deve ter e desempenhar essa escola, como ela deve ser; é nesse caminho que nós estamos andando."

Por sua vez, o projeto ECIRS, ao continuar o trabalho de mapeamento do universo cultural da região, desdobrou-se em ações voltadas para a preservação do patrimônio histórico, em convênio com a Mitra Diocesana, para que através de uma ação conjunta Universidade/Mitra, usando a capela e a igreja como veículo, se conscientize as comunidades do valor histórico da sua imaginária, com seus santos toscos, rústicos, feitos pelos imigrantes, das alfaias, e até das edificações.

Ainda com esse sentido, e através do apoio da 10ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, os pesquisadores têm detectado a existência de monumentos e tido a possibilidade, segundo a Profª Cleodes, "de desencadear toda uma ação de conscientização da comunidade no sentido de que preserve um bem que é de todos; se juridicamente é propriedade de um determinado cidadão, nós fazemos este homem, ou esta família, entender que esta casa, construída pelo avô dele, é um sinal não só da sua família, da sua história, mas de toda uma região que tem a mesma base cultural".

Essa grande preocupação em conscientizar a comunidade rural se explica a partir da constatação de que o "mito do novo", a exemplo do que acontece em outras regiões do país, lá entrou de forma avassaladora, principalmente depois de 1950. Segundo a Coordenadoria, as razões históricas justificam o fato: "eram todos eles agricultores italianos, marginalizados do processo produtivo, imigrados num período muito recente da unificação, que aqui se convertem em pequenos proprietários, mas são todos da classe campesina, e por muito tempo foram deixados de lado, tanto pelo Governo de cá, quanto pelo Governo de lá."

"De sorte que no momento em que atingem um certo grau de desenvolvimento econômico", continua a Coordenadora, "e por uma certa discriminação em relação à maioria nacional e ainda o fenômemo da guerra, proibindo as manifestações das minorias étnicas, particularmente dos italianos e dos alemães, tudo isso acabou criando um clima de constrangimento com relação às próprias origens, quando não de rejeição absoluta." Por isso, tudo o que eventualmente pudesse indicar uma vinculação com esse passado deveria ser banido da memória coletiva, e todo o esforço foi feito nesse sentido. Durante uma certa época, demoliam a casa velha, porque era velha e também porque não retratava o progresso da família. "Nós estamos lutando contra isso", enfatiza a Professora.



Os santos camponeses.

E qual a repercussão dos projetos dentro das comunidades? Os pesquisadores respondem mostrando que a população reage da seguinte forma: "nós estamos sendo valorizados, nós não somos proscritos, nós não somos marginais". Para os que trabalham nos projetos, é gratificante o que têm recebido como resposta. "Quando os mais velhos percebem o verdadeiro sentido do trabalho, dificilmente essa gente consegue se desvincular dele", observa a Profª Cleodes. "Aquele que está nos servindo como informante quer prolongar a nossa presença indefinidamente; ele usa artifícios para nos fazer voltar mais e mais vezes, para poder conversar, e aí aquelas coisas quase censuradas ou de tabu às vezes emergem, na ânsia de pôr para fora tudo o que foi guardado, reprimido como seu, e que pela primeira vez ele tem chance de exteriorizar." Para ela, nas novas gerações a repercussão do trabalho se dá com muito mais resistência, porque estão sob o signo do novo.

Mostra

A mostra fotográfica **Retratos de uma Cultura** foi organizada para parcialmente revelar o trabalho que vem sendo realizado pelo projeto **Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul**. A idéia de transformar parte do material iconográfico, registrado na pesquisa, em uma exposição, segundo os pesquisadores, nasceu da preocupação de levar a comunidade universitária e a comunidade em geral a participar mais ativamente do projeto. Para eles, a mostra, apresentada pela primeira vez na própria UCS, e depois em diversos municípios da região, "estimulou a população, tanto rural quanto urbana, a um regresso agradável ao seu universo cultural de origem e, em vista disso, a uma revalorização desse universo, de alguma forma posto à margem pelo prestígio da cultura urbana."

Como conseqüência direta da mostra, surgiu, em diferentes segmentos da população, maior interesse pela preservação de seu patrimônio histórico. A Profª Cleodes observa que a repercussão da mostra entre os alunos da Universidade foi muito grande. "A postura dele ao entrar era de superioridade, exatamente porque ele pertence aos que detêm o saber de elite, teve acesso à Universidade", afirma. "Ele se defrontou com uma cultura popular, no mínimo, e marginalizada, sub-repticiamente; então, ele não mantém essa atitude por muito tempo. Há uma voz mais forte, a voz das raízes, que fala por ele. Ele se sente feliz e fica satisfeito em saber que a Universidade, que lhe dá o **status**, está privilegiando o estudo de uma área que para ele foi muitas vezes motivo de vergonha, quando ele se defrontou com os do meio urbano, que têm outra postura, a começar pela linguagem."

A mostra é, assim, um ato de reconhecimento da cultura colonial da imigração italiana, de acordo com seus responsáveis, que pretendem também que ela sirva de convite a todos para que dêem sua contribuição no sentido de preservar, divulgar e estudar essa cultura, bem como outras manifestações culturais minoritárias de raízes populares.

Nas fotos que compõem a mostra não estão representados todos os itens da pesquisa. São os seguintes os núcleos temáticos representados: arquitetura civil e religiosa, interiores de habitações, elementos de entorno, mobiliário, iluminação doméstica, arte sacra, arte cemiterial, artesanato, indústria doméstica, atividades agrícolas, ferramentas e utensílios de trabalho, utensílios domésticos, paisagens rurais, frutos da terra e protagonistas.

Retratos de uma Cultura foi apresentada em Brasília, de 5 a 16 de abril passado, na Galeria de Artes do Anexo do Teatro Nacional, com o apoio do Ministério da Educação e Cultura, Governo do Distrito Federal, Embaixada da Itália, Consulado Geral da Itália em Porto Alegre, Instituto Italiano de Cultura e Instituto Ítalo-Brasileiro, ambos de São Paulo.

ASPECTOS DA CULTURA ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL

Os diversos aspectos da cultura italiana no Rio Grande do Sul — modo de falar, arquitetura, usos e costumes, móveis e utensílios da casa, indústria doméstica e literatura oral —, originários da imigração de 1875, são o tema de um artigo publicado na **Revista Cultura**, do MEC (nº 41, jul./dez. 1983), de autoria da Profª Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro, do Departamento de Letras e Comunicação da Universidade de Caxias do Sul.

A seguir, trechos do artigo:

"A grande imigração de colonos italianos ao Rio Grande do Sul iniciou-se no ano de 1875. Após 25 anos, eles já eram mais de 90 mil. A maior parte fixou-se nas antigas colônias Caxias, Conde D'Eu e Dona Isabel (atuais Municípios de Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Carlos Barbosa, Bento Gonçalves, Flores da Cunha e São Marcos). Outros se fixaram nas colônias Alfredo Chaves, Antônio Prado e Guaporé. Com o tempo, foram ocupando as terras da encosta superior do Nordeste, conhecida como a Região Colonial Italiana, hoje com 23 municípios. Alguns grupos se localizaram na região da Depressão Central em localidades como Santa Maria, Silveira Martins, Jaguari, Faxinal do Soturno e Arroio Grande. Mas é no nordeste do Estado, região em que se verifica uma concentração maciça de imigrantes, que os italianos desenvolveram mais amplamente uma cultura característica, que os individualiza como grupo humano. Essa cultura tem peculiaridades que a distinguem do restante da comunidade gaúcha.

"Os primeiros decênios da colonização caracterizaram-se por um processo de criação cultural, alicerçado em dois componentes básicos. Um desses componentes foi a tendência à manutenção de hábitos, valores e instituições da pátria de origem. O outro foi a contingência em que se viram esses imigrantes vindos das montanhas e vales pré-alpinos de adaptação ao novo meio ambiente, que os obrigava a mudar seu modo de produzir e de viver. É a integração dos valores culturais trazidos como bagagem, mais os criados em função da adaptação, que permite falar no surgimento de uma nova cultura no nordeste do Rio Grande do Sul.

"Durante muito tempo, por falta de estradas e de outras formas de comunicação, as colônias italianas permaneceram como uma espécie de ilha em relação às demais sociedades existentes no Estado. Isso e mais a necessidade de conviver com um ambiente físico desconhecido foram fatores determinantes para o surgimento e sedimentação de uma cultura, com traços particulares. A aculturação, com as inevitáveis mudanças produzidas quando se juntam sociedades com diferentes tradições culturais, só viria a ocorrer intensamente num segundo momento, embora desde o início se tenham tornado visíveis alguns indícios de incipientes trocas culturais.

"Assim mesmo, as comunidades rurais da região, que cobrem uma área de 8.000km$_2$, permaneceram por muito mais tempo isoladas. Foram as últimas a ingressar num efetivo processo de intercâmbio cultural que só começaria a ser significativo na década de 1950. Nelas ainda é possível recolher traços do que foi a fascinante aventura humana de construir, com suor e teimosia, sua própria identidade.

"Os imigrantes provinham, em sua grande maioria, do norte da Itália, sobretudo do Vêneto, da Lombardia, do Trentino Alto Ádige e do Friuli-Venécia Júlia. Vieram falando os dialetos das suas províncias de origem. Esses dialetos, com o passar do tempo, foram substituídos por uma língua comum, necessária à comunicação. Essa língua comum se constitui de elementos principalmente vênetos, com o acréscimo de vocábulos derivados do dialeto cremonês e dos de outras províncias, além de vocábulos portugueses italianizados. Os vários dialetos, assim fundidos, formaram então uma espécie de **koiné**, falada por todos, com exceção de alguns grupos isolados que usam ainda o dialeto da sua província de origem (...)

"Passou a tornar-se corrente, a partir da Segunda Guerra, principalmente, o fenômeno do bilingüismo, com o uso simultâneo da **koiné** de



tipo italiano e do português, com progressiva predominância deste último. O bilingüismo pode ainda ser registrado nas zonas rurais e, nas zonas urbanas, entre os que migraram das colônias para trabalhar na indústria...

"A arquitetura da região colonial italiana do Rio Grande do Sul possui características particulares. As primeiras edificações, das quais ainda existem belos exemplares, refletem uma tecnologia já conhecida pelos imigrantes, por sua experiência européia. Mas o espaço disponível no lote rural, vasto para os padrões da propriedade rural do norte da Itália, permitiu a organização espacial da colônia de forma bem diversa da italiana. Lá, a cozinha, a casa de dormir, o estábulo, o paiol e o celeiro formavam uma unidade construtiva compacta. Aqui, estes elementos passaram a ser edificados em separado. Só tardiamente é que a cozinha passou a ser incorporada ao corpo principal da casa.

"Ao ocupar o lote rural para implantar a colônia, o imigrante construía uma pequena casa, provisória, de varas ou de pranchas de pinheiro lascadas. A cobertura era feita com folhas ou com tabuinhas lascadas (**scándole**). Na sua versão definitiva, a casa do imigrante podia ser de pedra **in natura**, de pedra talhada, de tijolos fabricados manualmente, de tijolos de olaria ou, mais freqüentemente, de madeira.

"O desenvolvimento da indústria madeireira, nas décadas de 1920 e 1930, é que vai sintetizar a primeira manifestação própria da arquitetura da imigração italiana na região, com características inéditas no quadro da arquitetura brasileira.

"A arquitetura religiosa seguiu os mesmos procedimentos (...)

"A igreja da vila, ou mesmo a da sede da paróquia, é um sinal muito vivo da unidade da comunidade. Para construí-la, todos deram sua cota de sacrifício, pondo à disposição os braços, a carreta-de-bois ou as juntas de mulas para carregar pedras, areia e madeira. Por isso, cada um sentia um pouco sua a igreja que abençoava os eventos mais significativos da vida individual e coletiva.

"(...) Nessas capelas e capitéis se abriga quase toda a produção artística das comunidades. Nem por isso se pode dizer que ela seja abundante ou especialmente rica. Também a arte sacra, em sua pobreza e sobriedade, é um sinal da cultura desenvolvida pelos imigrantes. Em geral, toda a criatividade se concentra nos retábulos dos altares, nas portas e na imaginária. É raríssima a pintura e, quando existe, em geral se limita à pintura decorativa com motivos florais ou geométricos, normalmente em cores primárias. Nas imagens de santos refletem-se as devoções prediletas dos imigrantes; são obra de santeiros quase sempre anônimos, **doublés** de carpinteiros e marceneiros. O padrão de beleza dessa imaginária é extremamente ingênuo e reflete, via de regra, a figura física e o ideal de beleza de homens, mulheres e crianças da própria comunidade: são figuras fortes, rudes e sadias.



"Os usos e costumes da colônia italiana são, hoje, o resultado de uma aculturação que se processou, lentamente, nas primeiras décadas, depois da chegada dos imigrantes, e se acelerou a partir da década de 1950.

"Os italianos, muito cedo, adotaram o uso da bombacha, do poncho, do chapéu de abas largas, de toda a indumentária típica do gaúcho dos Campos de Cima da Serra, vizinho da colônia italiana. Incluíram na sua alimentação o pinhão, a batata-doce, o aipim e o churrasco. E passaram não só a consumir, mas também a processar e produzir a erva-mate e a cachaça.

"Nesse processo de troca os "brasileiros" (como os italianos os chamavam) incorporaram à sua alimentação alguns pratos trazidos ou criados pelos imigrantes: a polenta, a sopa de **agnolini**, a fortaia (omelete com queijo e lingüiça), os **bígoli** (espaguete), o risoto e o frango **al mena rosto** (assado na brasa em espeto rotativo, movido manualmente ou através de uma engenhoca de pedal ou até mesmo de uma inventiva roda d'água em miniatura). Caíram no gosto dos "brasileiros" também o radite, devidamente temperado com **lardo** (toucinho frito na hora) e, é claro, o vinho.

"(...) Outros pratos hoje incorporados à culinária regional provêm diretamente da cozinha clássica italiana, em época tardia. É o caso dos raviólis, da **pizza**, da lasanha, dos **canelone** e de muitos outros.

"(...) Qutra importante contribuição dos italianos foi a criação das capelas, com a finalidade principal de centro de culto religioso. Mas essas pequenas igrejas se tornaram também centro de atividades sociais, multiplicando a sua importância. Ali se reuniam os colonos da redondeza, como ainda hoje o fazem, aos sábados e domingos, para rezar, jogar bochas ou baralho e conversar. A festa do santo padroeiro da capela — **la sagra** — era o ponto alto das atividades sociais. Ali se iniciavam os namoros, se desfilava o vestido novo, os rapazes faziam **braúre** (valentias) e se encontravam os parentes vindos de outros travessões ou linhas, que aproveitavam a **sagra** para passar o dia juntos.

"Hoje, os habitantes das cidades da região procuram as "festas das co-



Rebolo a manivela, usado para afiar lâminas.

lônias" para um almoço abundante e de acordo com a melhor tradição da culinária criada pelo imigrante. Esse lado gastronômico de certo modo fez esquecer todo o significado religioso e cultural da **sagra**, que talvez já se tenha perdido, ao menos em parte, para os próprios colonos das capelas (...) A festa termina com os participantes entoando a plenos pulmões, em corais entusiasmados pelo vinho, as canções folclóricas italianas.

"Como a alimentação, o artesanato também é o resultado de todo o contexto sócio-econômico-cultural da região italiana. O crochê, o filó, a trança de palha de trigo e o bordado caracterizam o artesanato feminino, enquanto que o trabalho com vime tipifica a atividade artesanal masculina.

"O artesanato em palha de trigo trançada em longas tiras depois costuradas para a feitura de chapéus e cestas — **sportole** — está ameaçado. A substituição do minifúndio e da policultura, bases da proposta original da colonização, eliminou, quase que por completo, a cultura do trigo em pequena escala. Uma das conseqüências disso é a desvitalização dos pequenos moinhos de roda d'água e do próprio artesanato em palha de trigo.

"Os móveis rústicos, produzidos manualmente, obedecem ao mesmo princípio de simplicidade das edificações. Os próprios colonos, em marcenarias improvisadas no porão da casa, ou do paiol, produziam o mobiliário doméstico, em cedro, pinho ou canela (...)

"Os utensílios domésticos, obra dos funileiros e ferreiros das comunidades, completavam aqueles feitos pelo próprio colono. Dos baldes de madeira aos pequenos candeeiros de folha-de-flandres, em tudo há o vestígio de uma época. Estes e outros objetos, que durante muito tempo tiveram largo uso, principalmente na zona rural, foram substituídos pelos industrializados. Das poucas peças que não foram substituídas estão a panela de ferro na qual se faz a polenta e o tacho de cobre para fazer "as marmeladas" (todos os doces de frutas recebem o nome genérico de "marmelada").

"A região colonial italiana no Rio Grande do Sul é conhecida em todo o Brasil como a maior produtora dos vinhos nacionais. A origem deste centro de produção vitivinícola está nas pequenas colônias, nas cantinas dos colonos italianos, que plantaram videiras e produziram o vinho, que se converteria, em pouco tempo, no principal produto exportado da região.

"A criação de cooperativas regionais e a produção vinícola em larga escala estão eliminando a pequena indústria doméstica. A maioria dos colonos, porém, ainda fabrica o vinho para o consumo familiar, adotando uma tecnologia já distanciada daquela usada pelos seus antepassados. O ritual dionisíaco de amassar as uvas com os pés ao som de canções italianas foi substituído por modernos e sofisticados equipamentos (...)

"A indústria doméstica concentrou-se em duas especialidades: a da produção e conservação de alimentos e a da fabricação de ferramentas e utensílios de trabalho. Dessas duas linhas parece haver nascido a vocação industrial da região, centrada de início nas indústrias metalúrgica e alimentícia.

"Assim, havia os moinhos de roda d'água para produzir a farinha de milho, para a polenta e a farinha de trigo, para as massas e o pão, bases da alimentação. Havia o **tórcio** (moenda) para a produção de melado e açúcar. E havia todos os processos de transformação e conservação de alimentos, do queijo ao salame, do **ossacol** ao **scodeguin** (...)

"Das manifestações culturais que já assumiram formas cristalizadas, e se inscrevem no plano do folclore, as canções ocupam o primeiro lugar. Falam de amor, de guerra, dos alpes nevados e das grandes viagens que afastam os maridos e filhos do lar. Grande número delas são canções das montanhas da Itália, agora ecoando nos vales e serras da região italiana, tanto durante a vindima quanto numa festa de confraternização entre professores e alunos universitários.

"Esses e outros valores culturais, criados e desenvolvidos pelos colonos italianos, estão aos poucos desaparecendo, mesmo porque a forma de vida, nas próprias zonas rurais, vai rapidamente se modificando. Querer preservá-los em toda a sua plenitude é impossível, porque não se pode reter o curso da história. O que se pode fazer, e felizmente já começa a se tornar forte uma consciência nesse sentido, é não permitir que desapareça a sua memória. São esses aspectos que conferem a identidade peculiar da região italiana. Preservar a imagem deles é preservar a memória da comunidade. Essa é tarefa da atual geração."



Março/Abril 1984

SPHAN 29
*pró*Memória

Escritórios Técnicos:

SPHAN amplia sua ação nos núcleos tombados

"Com a abertura do Escritório em setembro/83, observou-se uma aceleração na relação comunidade/SPHAN. O trabalho, que vinha sendo *provocar* a população para uma discussão da importância de Paraty como Monumento Nacional, e, através deste processo, uma conscientização para o papel da comunidade na conservação da cidade, começou a dar frutos.

"A respeitabilidade que a SPHAN conseguiu hoje é clara.

"As discussões que ocorrem no Escritório, no Museu ou mesmo na rua deixaram de ter um caráter agressivo para uma atitude mais profunda, de caminhar juntos, de encontrar soluções que estejam de acordo com a SPHAN, a Prefeitura local e a população da cidade. Parece que estamos conseguindo fazer desaparecer ou pelo menos alterar a idéia da SPHAN como *bode expiatório* para todos os erros e os seus funcionários como pessoas com poderes para fazer *mover o céu e a terra*. Há, atualmente, uma discussão real, objetiva, concreta dos problemas pertinentes a uma cidade histórica..."

O depoimento do Representante do Escritório Técnico da 6ª DR/SPHAN/prόMemória em Paraty, o Restaurador Luiz Carlos Serrano, expressa a filosofia de trabalho dos Escritórios Técnicos que a SPHAN prόMemória vem instalando nos diversos núcleos tombados existentes no território nacional, para funcionarem como postos avançados das Diretorias Regionais, fortalecendo as suas ações na preservação do acervo cultural do país e estabelecendo, ao mesmo tempo, um contato mais efetivo entre as DRs e as realidades onde atuam (SPHAN nº 26, p. 17 e nº 28, p. 29).

Até o momento, 12 dos 21 Escritórios que a SPHAN/prόMemória pretende instalar até o final do ano já se encontram implantados e funcionando. Em diferentes estágios, os seus responsáveis desenvolvem planos de trabalho visando à consolidação desse novo esforço da instituição em aprofundar a sua política de preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

É importante ressaltar a unanimidade entre os representantes dos Escritórios no sentido de que para se atingir os objetivos propostos é essencial que exista uma ampla conscientização da comunidade, de setores governamentais, de empresas públicas e privadas, e que essa conscientização seja canalizada para uma participação efetiva nos trabalhos a serem desenvolvidos.

"A importância desses Escritórios é vital para um processo de educação comunitária, e, no caso de Paraty, fazer entender que Paraty não é *do* Patrimônio, mas que *é* Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", afirma Luiz Carlos Serrano, para quem "este trabalho nada mais é do que valorizar a população local."

Com vistas à realização do trabalho, o Escritório de Paraty tem procurado desenvolver uma ação educativa junto à população urbana e à rural, conscientizando-as para a preservação do Patrimônio Histórico e Artístico.

No entender de Serrano, "qualquer trabalho de conscientização deverá ser feito tendo como alvo maior a criança e o adolescente, que deverão ser atingidos e sensibilizados através da educação formal e de cursos e palestras apresentados de maneira informal, tendo o Escritório um papel básico". Dentro dessa filosofia, o Representante cita o curso para crianças, *Pra mim, Paraty é assim*, realizado em janeiro passado, cuja finalidade foi conhecer a visão das crianças sobre a sua própria cidade (SPHAN nº 28, p. 8).

Promover a integração das instituições locais, da comunidade de Paraty e da SPHAN/próMemória é uma das atribuições do Escritório, que, além de Paraty, tem sob a sua responsabilidade Angra dos Reis e Mangaratiba.

"Criamos a expectativa de um trabalho conjunto, principalmente no que diz respeito ao Museu de Arte Sacra e à Secretaria de Educação, ao Museu e à Secretaria de Turismo, ao Escritório e à comunidade, e à Assessoria de Arquitetura junto à comunidade e à Secretaria de Obras do Município", ressalta Serrano.

O Escritório formalizou a proposta de participar de reuniões mensais com o Prefeito Municipal, o Secretário de Obras, o Secretário de Turismo e a Secretária de Educação do Município, a fim de desenvolver um relacionamento mais estreito a nível institucional, podendo surgir propostas e ser encaminhadas sugestões de ambos os lados.

Outra proposição é o atendimento, através do Escritório, de consultas feitas pela comunidade, não só para um esclarecimento, uma coleta de informações, como para o estabelecimento de uma troca de favores e comprometimento cada vez maior e mais profundo entre a população local e o Patrimônio Histórico. "Neste trabalho do dia-a-dia, normalmente nos valemos do Boletim SPHAN/próMemória como elemento educativo e esclarecedor", diz Serrano, que informa, ainda, o propósito de se organizar uma "cartilha para auxiliar o trabalho explicativo/educativo a que se propõe o Escritório."

É pensamento do Escritório agilizar a formação de grupos integrados pelos vários setores da comunidade, que seriam responsáveis por determinadas ações, como, por exemplo, o grupo ecológico que atuaria junto às escolas e um outro para agir junto às instituições no que diz respeito à guarda de documentos. Ao Escritório cabe a organização de arquivo com cópias de todos os processos referentes ao Município de Paraty.

Outras propostas do Escritório: organização do espaço no pátio interno do imóvel onde está instalado para a montagem de exposições, iniciando com uma mostra de fotos antigas de Paraty; organização de um arquivo sonoro com depoimentos de pessoas tradicionais ou idosas da cidade; e organização de uma exposição de fotos de pessoas vitais à comunidade, com a intenção de valorizá-las, além de um registro fotográfico de apoio às atividades do Escritório Técnico.

Além do responsável, o Escritório de Paraty conta com os serviços de uma arquiteta e de uma museóloga.

OLINDA

"A instalação do Escritório de Olinda teve boa receptividade por parte da Administração Municipal, inclusive do próprio Prefeito, José Arnaldo do Amaral, e já é possível admitir um maior relacionamento, o qual tem permitido atuação conjunta em vários problemas."

A afirmação é do Arquiteto Vital Maria Tavares Pessôa de Melo, Responsável pelo Escritório Técnico da 4ª DR/SPHAN/próMemória, em Olinda, instalado em 27 de janeiro (SPHAN nº 28, p. 8).

"Junto à comunidade como um todo, não temos condições de avaliar, mas entre pessoas e instituições ligadas à cultura, a receptividade é sempre boa, gerando, entretanto, uma atitude de expectativa", completa.

Segundo o relato do Representante, o Escritório tem sido freqüentemente solicitado a promover intervenções de várias naturezas, "a maior parte dependente da existência de recursos financeiros, mas também de recursos administrativos e jurídicos para as que se referem à execução de obras sem licenças e ao funcionamento de atividades clandestinas".

O Escritório tem procurado, através do Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, estruturar melhor o serviço de fiscalização de obras e de licenciamento de atividades, exercido pela Administração Municipal. Esse Conselho é composto de sete membros que representam as instituições e pessoas: 4ª DR/SPHAN/próMemória, FUNDARPE — Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, FIDEM — Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, Instituto Histórico e Geográfico de Olinda (como instituição cultural local), Câmara de Vereadores (através do seu Presidente). Secretaria de Educação Municipal (através do seu Secretário) e o Prefeito do Município (através de pessoa reconhecidamente atuante no setor cultural).

Desde a sua instalação, o Escritório tem dado continuidade às ações empreendidas pela 4ª DR e iniciado outras, como fiscalização das obras de restauração do antigo Palácio dos Governadores; representação da 4ª DR no Conselho de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda; elaboração de um documento — *Carta a Olinda* — visando atingir a comunidade no sentido de esclarecê-la sobre o significado do tombamento da cidade; execução do levantamento físico da Igreja e Convento de Santa Tereza e da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Carmo, elemento básico à elaboração do projeto de restauração; execução do estudo de compatibilização entre a notificação 1155/79 da SPHAN/próMemória e a Legislação Municipal de Olinda, com vistas a estabelecer as condições de ocupação e uso do solo na área do Sítio Histórico; atuação junto ao Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, órgão da Administração Municipal, em diversos assuntos, entre os quais se destacam o acompanhamento das obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Guadalupe e o plano de sinalização turística.

O Escritório tem tido também uma atuação junto a vários órgãos regionais, tais como a FIDEM, no projeto rodoviário da PE-15; o BNH, no projeto habitacional da Ilha do Maruim, integrante do projeto de contenção das enchentes do Rio Beberibe; a própria 4ª DR/SPHAN/próMemória, nos projetos de restauração de monumentos em Igarassu e Itamaracá, a cargo da FIDEM e da FUNDARPE.

Há, também, a possibilidade de o Escritório participar na execução do convênio Ministério do Interior/Ministério da Educação e Cultura (SPHAN nº 22, p. 30 e nº 25, p. 21), que prevê a restauração de imóveis e a instalação de serviços de infra-estrutura na área do Sítio Histórico.

Vital Pessôa de Melo informa, ainda, que o Escritório está formulando uma proposta para atuação direta nos monumentos através de uma pequena equipe de obras para execução de serviços de conservação e pequenos reparos.

Responsabilidade

O principal objetivo do Escritório é uma atuação mais próxima e direta da SPHAN/próMemória sobre o acervo tombado, que, no caso de Olinda, constitui a própria cidade

antiga e grande área de seu entorno, atingindo mais de um terço do Município.

"Em toda essa área", diz Pessôa de Melo, "ocorre um processo de superutilização do espaço urbano, decorrente não só da proximidade do Recife, mas principalmente da atração que Olinda exerce em virtude de seus valores naturais e culturais. Esta característica exige uma permanente atuação dos órgãos encarregados da preservação de Olinda, a fim de que não ocorram transformações descaracterizadoras no espaço de seu Sítio Histórico."

O acompanhamento do processo exige do Escritório uma atuação ampla e de natureza variada: na preservação direta do monumento, no acompanhamento e fiscalização de obras e atividades realizadas na área tombada, na articulação e coordenação com várias instituições, públicas e privadas, para compatibilizar sua atuação às peculiaridades locais.

No entender do Representante do Escritório, trata-se de "uma responsabilidade a ser assumida gradativamente e exercida não com exclusividade pelo Escritório, mas através dos vários agentes atuantes nesse processo".

A equipe do Escritório de Olinda congrega, além do arquiteto responsável, outros três arquitetos, uma secretária e um auxiliar de escritório.



Casa do Divino. Escritório Técnico de Alcântara.

ALCÂNTARA

O plano de trabalho do Escritório Técnico de Alcântara, subordinado à 2ª DR/SPHAN/próMemória, além da preocupação específica com a preservação do acervo tombado da cidade, inclui entre os seus objetivos ações visando à reativação econômica e social do local diante do "angustiante processo de estagnação econômica" em que se encontra o Município, conforme relato da Representante do Escritório, Arquiteta Ângela Maria Meira Torres, a seguir transcrito na íntegra:

"A cidade de Alcântara foi definida como uma das áreas prioritárias de estudo e de intervenção por parte do Patrimônio Histórico, fato que se justifica a partir da importância histórica da mesma e ainda pela relevância cultural que representa a nível nacional.

"Além disso, Alcântara entrou num angustiante processo de estagnação econômica, transformando-a praticamente em ruínas. Por outro lado, atualmente, a cidade está com grande expectativa de alteração no seu quadro sócio-econômico em virtude da implantação do Centro de Lançamento da Aeronáutica. Em decorrência, o quadro deste centro urbano começa a se modificar, surgindo novos programas de necessidades, alterações de uso dos prédios e novos equipamentos urbanos que, não sendo bem equacionados, poderão comprometer seriamente o valor das características urbanas atuais.

"Face ao exposto, concluímos que a implantação deste Escritório Técnico em Alcântara é de grande importância para que seja assegurada a preservação do núcleo histórico e promovida a revitalização da área e dos bens tombados, seguindo diretrizes voltadas para a realidade atual, atendendo às necessidades prioritárias e imprescindíveis ao desenvolvimento sócio-econômico.

"Desde o início dos trabalhos, nossa política na área se pautou em ouvir e considerar a comunidade, criando condições para que fosse desenvolvido um processo de participação mais efetiva, sem dissociar política de preservação de política de desenvolvimento econômico e social.

"Sendo assim, a 2ª DR mantém uma equipe em caráter permanente e em horário integral no Escritório, desenvolvendo projetos voltados especificamente para os interesses da instituição e da comunidade, como também orientando as intervenções e elaborando estudos sobre a área. A equipe é composta de um arquiteto responsável pelo Escritório, um desenhista e um auxiliar de serviços administrativos.

"Atualmente estamos elaborando projetos para a comunidade, em caráter de colaboração, e orientando possíveis intervenções da Administração Municipal e da iniciativa privada; desenvolvemos também uma fiscalização permanente dos bens tombados, assegurando a preservação deste Centro Histórico.

"Inicialmente nossa principal preocupação é conscientizar a comunidade sobre o papel da instituição na área e na importância da cria-

ção de mecanismos próprios dentro do Município para que se atinja a revitalização e preservação deste Centro, com os interesses voltados para os seus habitantes. Tentamos desenvolver os trabalhos de acordo com as situações surgidas, resolvendo os problemas mais urgentes e mantendo um entrosamento satisfatório com os órgãos do poder público e privado que se encontram envolvidos com trabalhos na área: Ministério da Aeronáutica, Prefeitura Municipal, Secretaria de Cultura do Estado, Empresa Maranhense de Turismo e outros.

"Temos notado que depois da implantação deste Escritório, a reação da comunidade com relação ao Patrimônio Histórico vem-se modificando; há agora uma certa confiança e credibilidade na nossa atuação e propostas de trabalho que vêm criando expectativa de melhoria nas condições de vida.

"Outra preocupação básica da nossa parte é garantir a participação dos moradores na preservação e recuperação do acervo histórico, orientando-os na execução de obras de restauração e reforma, assim como na elaboração de projetos e execução de novas construções, segundo legislação e critérios, em fase de experiência. Tal preocupação prende-se ao fato de ser a população de Alcântara pobre e carente de recursos para arcar com o ônus da recuperação desse acervo. Nesse sentido, pode vir a sentir-se ameaçada de expulsão da área, o que geraria uma reação contrária e prejudicial às nossas políticas.

"Dentre os objetivos e políticas adotadas para nossa atuação, destacamos:

— elaborar trabalhos cujas diretrizes e metas visem não somente a recuperação física da cidade, mas em especial a sua reativação econômica e social;

— promover a presença de técnicos para orientar os moradores na execução de obras de restauração e reformas, assim como analisar projetos e orientar as construções novas na área tombada, segundo legislação pertinente e objetivos da preservação, simplificando, dessa forma, o procedimento para aprovação dos projetos;

— estudar e divulgar entre a população as orientações para reformas e construções na zona tombada;

— promover encontros com órgãos municipais, estaduais e federais cuja competência seja necessária à valorização da área;

— incentivar e orientar, em caráter permanente, a organização de grupos locais que queiram participar de trabalhos voltados para atividades culturais;

— promover a realização de exposições temporárias de obras de valor histórico, assim como de quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio cultural da região;

— realizar o levantamento das empresas da área que se disponham a participar da promoção e valorização do núcleo histórico;

— proceder à pesquisa sócio-econômica da área, identificando as atividades desenvolvidas pela comunidade;

— promover o inventário dos bens culturais móveis e imóveis da região;

— promover o levantamento da situação real das propriedades;

— organizar uma equipe volante de operários para pequenos serviços de restauração que dê atendimento à comunidade.

"Os projetos específicos a serem desenvolvidos e em desenvolvimento pela nossa equipe técnica em Alcântara são:

— identificação e restauração de um imóvel para instalação do Escritório Técnico (em desenvolvimento);

— estabilização de ruínas - 2ª etapa (a desenvolver);

— conclusão das obras da Igreja do Carmo (recursos liberados);

— elaboração das normas e definição dos critérios para reformas e intervenções no núcleo histórico (em desenvolvimento);

— projeto de conscientização da comunidade (em desenvolvimento);

— definição da área tombada e seu entorno (em desenvolvimento);

— urbanização do centro histórico (a desenvolver);

— pesquisa sócio-econômica (a desenvolver).

"Os objetivos gerais do nosso trabalho só serão alcançados após uma ampla conscientização coletiva, quer dos setores governamentais, quer da comunidade. Entendemos também que devem ser criados mecanismos próprios para reativar a economia local, devendo haver por parte do poder público incentivos através de órgãos setoriais competentes."



Ruínas da Matriz de São Mathias e o Pelourinho. Ao fundo Museu Histórico. Alcântara

Histórico

Alcântara é uma cidade dos séculos XVII e XVIII, tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (Decreto nº 26.077-A, de 22 de dezembro de 1948). Possui um acervo cultural rico, mas em estado de deterioração face à estagnação econômica do Município.

A cidade teve origem no início do século XVII, logo após a expulsão dos franceses pelos portugueses.

Foi elevada à categoria de Vila em 24 de dezembro de 1648, com o nome de Vila de Santo Antônio de

Alcântara, com câmara, cadeia e pelourinho. Era ponto de ligação da capital com Belém, baixada e sertão maranhense.

Foi fundada sobre um altiplano, dominando longa extensão de água. Os melhores sítios — a parte alta — foram reservados às igrejas e conventos, aos edifícios públicos e solares, ao passo que o comércio funcionava em baixo, junto ao cais.

Sua organização urbana tem grandes espaços livres, ruas amplas, garantindo uma baixa densidade demográfica. Não há compromisso com qualquer regra, saindo as ruas da grande Praça Central, sem cordeamento rígido. Apresenta uma arquitetura uniforme, revelando fortes vínculos com as construções pombalinas.

Em meados do século XVIII, o progresso de Alcântara era evidente. Encontrava-se entre os principais centros produtores da região.

A decadência começou no século XIX, com o incremento da indústria açucareira na Província, a abolição da escravatura e a urbanização de S. Luís. Praticamente nenhum progresso social ou tecnológico, ocorrido neste século, chegou a beneficiar o Município. A extrema pobreza dos seus habitantes e a carência quase total de infra-estrutura sanitária e educacional completam o triste quadro da atualidade.

Em resumo, a infra-estrutura básica de Alcântara não oferece condições de vida à população e à operacionalidade do turismo na região, tornando-se necessária, portanto, a aplicação de recursos e planos de desenvolvimento na área, no sentido de dinamizar o setor produtivo, gerando empregos, aumento da faixa de renda da população e revitalização do núcleo histórico.

BAHIA E SERGIPE

Sete meses após a instalação do Escritório Técnico de Paraty, foram implantados, em abril passado, os Escritórios de Lençóis/Mucugê e de Rio de Contas, na Bahia, e o do Estado de Sergipe. Em seguida, a Bahia passou a contar com mais dois Escritórios: o de Porto Seguro/Santa Cruz Cabrália e o de Cachoeira. Este último, por transformação da Representação existente na cidade, criada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Os cinco Escritórios estão vinculados à 5ª DR/SPHAN/próMemória.

Sergipe

Execução de levantamentos cadastrais de monumentos e imóveis de significativo valor arquitetônico; elaboração de planos de obras para restauração e consolidação de monumentos; análise e parecer técnico sobre projetos de restauração e conservação de imóveis, conjuntos arquitetônicos e novas construções a serem executadas pelo Poder Público e por particulares; colaboração com o Poder Público no sentido de orientá-lo no desenvolvimento de planos e ações que visem à preservação de valores culturais significativos; promoção e participação em seminários, encontros, conferências, debates; colaboração em iniciativas voltadas para a confecção de Inventário dos Bens Culturais do Estado de Sergipe; estabelecimento de condições para a execução e coordenação de obras de administração direta, sob a responsabilidade da SPHAN/pró-Memória.

Estas são, em síntese, as ações a serem desenvolvidas pelo Escritório Técnico de Sergipe (com sede em Aracaju), segundo o plano de trabalho definido pelo Representante do Escritório, Arquiteto José Wellington Costa, funcionário do Estado colocado à disposição da 5ª DR/SPHAN/próMemória. O arquiteto coordenava o Núcleo de Elaboração de Projetos da antiga Superintendência de Obras do Estado e trabalhou durante 10 anos na área de Programa de Cidades Históricas, em Sergipe.

Na opinião do Representante, o Escritório deve ter como tarefa prioritária a execução de levantamentos cadastrais, que, futuramente, poderão vir a compor o inventário de bens imóveis do Estado de Sergipe.

"Considero fundamental esse inventário, porque a partir dele teremos os indicadores para a elaboração e execução de projetos na área patrimonial. Pela minha vivência nesse campo, cheguei à conclusão que a falta de tal inventário tem muitas vezes levado o Poder Público em Sergipe a decidir aleatoriamente sobre o que vai ser executado. Há necessidade de se ter critérios preestabelecidos que definam o que vai se fazer, por que vai se fazer e como vai se fazer."

Segundo informou, já existe, por parte de alguns órgãos do Governo sergipano, interesse na elaboração do inventário, o que, na sua opinião, deve ser encarado como uma iniciativa a ser incentivada pelo Escritório Técnico. "Apesar de não ser uma iniciativa que deva ser encampada totalmente pela SPHAN/próMemória, creio ser uma ação na qual precisamos participar, paralelamente a outras atividades de nossa competência, pois com o inventário teremos maiores condições de definir uma política preservacionista mais criteriosa."

O plano de trabalho estabelece graus de prioridade com relação à execução de levantamentos cadastrais: numa primeira etapa seriam cadastrados os monumentos tombados pela SPHAN; em seguida, imóveis de significativo valor arquitetônico, integrantes de conjuntos urbanos tombados; e, numa terceira fase, monumentos de valor arquitetônico, isolados ou integrantes de conjuntos que merecem estudos especiais para fins de tombamento.

"É importante a definição de prioridades a respeito de levantamentos cadastrais, pois entendo que é necessário se ter uma diretriz do que vai ser *atacado* primeiramente nessa ação."

Outra ação que o Representante julga ser de grande importância para o Escritório é a colaboração com todas as esferas do Governo de Sergipe, empresas públicas, órgãos municipais, etc., objetivando uma orientação no desenvolvimento de planos e ações que tenham por finalidade a preservação de valores culturais significativos.

"Muitas vezes órgãos estaduais e/ou municipais e empresas públicas possuem dentro de seus planejamentos alguma programação a nível de obras a serem executadas em conjuntos históricos, que, por isso, merecem um tratamento diferenciado", explica José Wellington.

Nessa linha de colaboração, o Escritório pretende desenvolver um trabalho junto aos órgãos do Estado preocupados com a questão da preservação, visando à elaboração de pesquisas para efeito de recomendação de tombamento a nível estadual.

"No meu entender, a questão do tombamento não deve ser tratada apenas a nível federal; caso o Estado demonstre interesse em realizar uma pesquisa sobre determinado monumento, que dentro das prioridades nacionais não tenha significado relevante, mas que para o Estado seja importante, pretendemos desenvolver uma atividade de colaboração junto aos órgãos estaduais envolvidos no trabalho."

Em Sergipe existem dois órgãos subordinados a duas Secretarias distintas envolvidos de forma direta na questão da preservação do Patrimônio: a Empresa Sergipana de Turismo — EMSETUR, vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio do Estado, e a Subsecretaria de Cultura e Artes, ligada à Secretaria de Educação. Esta Subsecretaria está sendo transformada na Fundação Cultural de Sergipe, com o objetivo de concentrar as programações culturais, inclusive as de preservação. Há, ainda, o Departamento de Edificações da Secretaria de Obras, que, também, tem um envolvimento na área patrimonial, como órgão executor.

Além da análise e parecer técnico sobre projetos de restauração e conservação de bens imóveis e de novas construções a serem executadas pelo Poder Público e por particulares, em núcleos históricos do Estado, o Escritório de Sergipe pretende fazer o acompanhamento e a supervisão das obras ligadas à preservação. "Creio ser importante essa ação, pois poderemos verificar se estão ocorrendo erros de execução e proceder às devidas correções. É um trabalho que realizamos muitas vezes em obras estaduais, e, em alguns casos, o próprio Estado cometia enganos em termos de execução, corrigidos a tempo graças ao acompanhamento."

O plano de trabalho estabelece, entre as ações a serem desenvolvidas em Sergipe, a promoção e participação do Escritório em seminários, encontros, conferências, debates. "A participação nessas atividades vai permitir uma reciclagem de nossos conhecimentos profissionais e proporcionar estímulos para a conscientização das comunidades locais a respeito dos acervos culturais dos núcleos e necessidade de sua preservação. Esses encontros poderiam funcionar como campanhas de massa junto às populações no sentido de uma ampla divulgação do papel desempenhado pela SPHAN/prόMemória na preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Seria, no meu entender, uma forma de melhorar a imagem da instituição, que, para muitos, é um órgão que age, ou restringindo o direito de propriedade, ou de forma paternalista. Isso, na minha opinião, deve-se à desinformação das pessoas quanto à função da instituição."

Com relação ao processo de estagnação social e econômica verificado em núcleos históricos do Estado, o Representante de Sergipe acredita que, dentro de suas possibilidades, "o Escritório poderá contribuir para o equacionamento de problemas decorrentes dessa realidade, desenvolvendo ações junto aos órgãos estaduais e/ou municipais competentes — que, no meu entender, têm maiores responsabilidades nesse processo — no sentido de sensibilizá-los para a execução de projetos de caráter sócio-econômico".

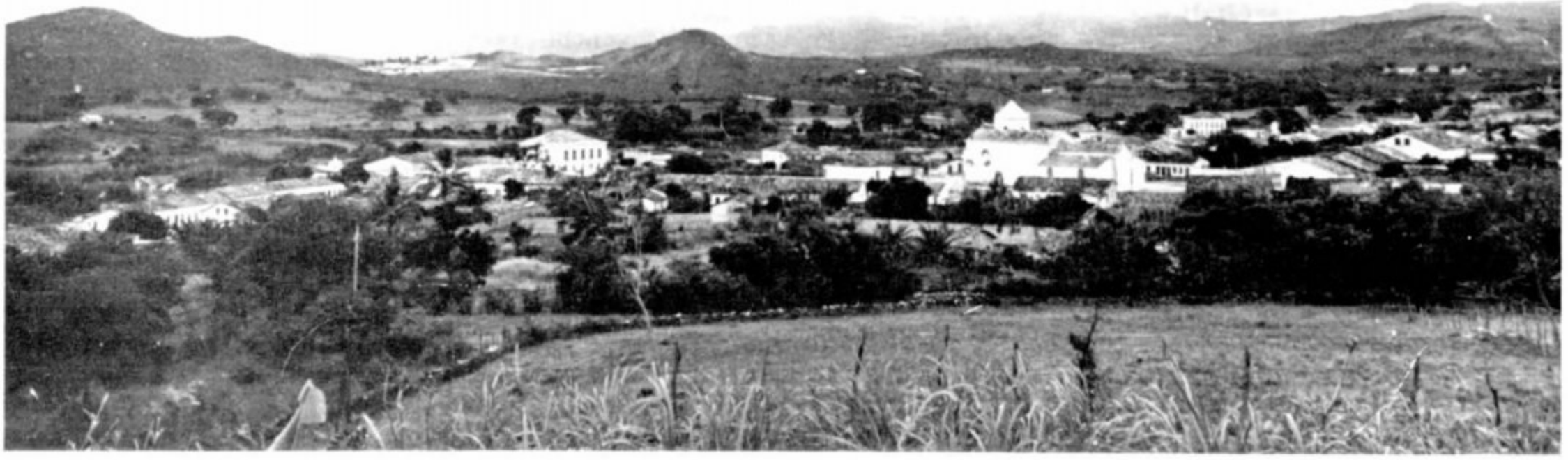
"A SPHAN/prόMemória certamente não terá condições de resolver problemas como desemprego, saneamento básico, e outros. E nem é de sua competência, já que há uma série de outros órgãos a nível de Governo federal, estadual e municipal, que terão obrigatoriamente de se envolver nesse processo. A SPHAN/prόMemória pode, e deve, ter uma preocupação com tais problemas, pois há uma relação entre eles e as ações específicas, de responsabilidade do órgão de preservação", conclui José Wellington.

Rio de Contas

O Escritório Técnico de Rio de Contas foi instalado no dia 6 de abril passado, tendo à frente a Arquiteta Rita Márcia de Oliveira Sacramento, profissional com passagem pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia — IPAC/BA.

Os primeiros contatos com a Prefeitura foram satisfatórios, segundo depoimento da Representante. Existe, inclusive, um trabalho acertado com a Administração Municipal, que é a construção de um sanitário na Casa de Câmara e Cadeia, onde funciona o Fórum. Por se tratar de um imóvel tombado, foi necessário elaborar um projeto que não alterasse as características arquitetônicas do monumento. O projeto será executado por mão-de-obra contratada pela Prefeitura, cabendo ao Escritório o fornecimento do material necessário à sua execução.

Outra ação prevista é a restauração da Igreja Matriz; no momento, o Escritório está realizando o levantamento cadastral do templo com vistas à elaboração do projeto de recuperação.



Vista da Cidade. Rio de Contas — Bahia

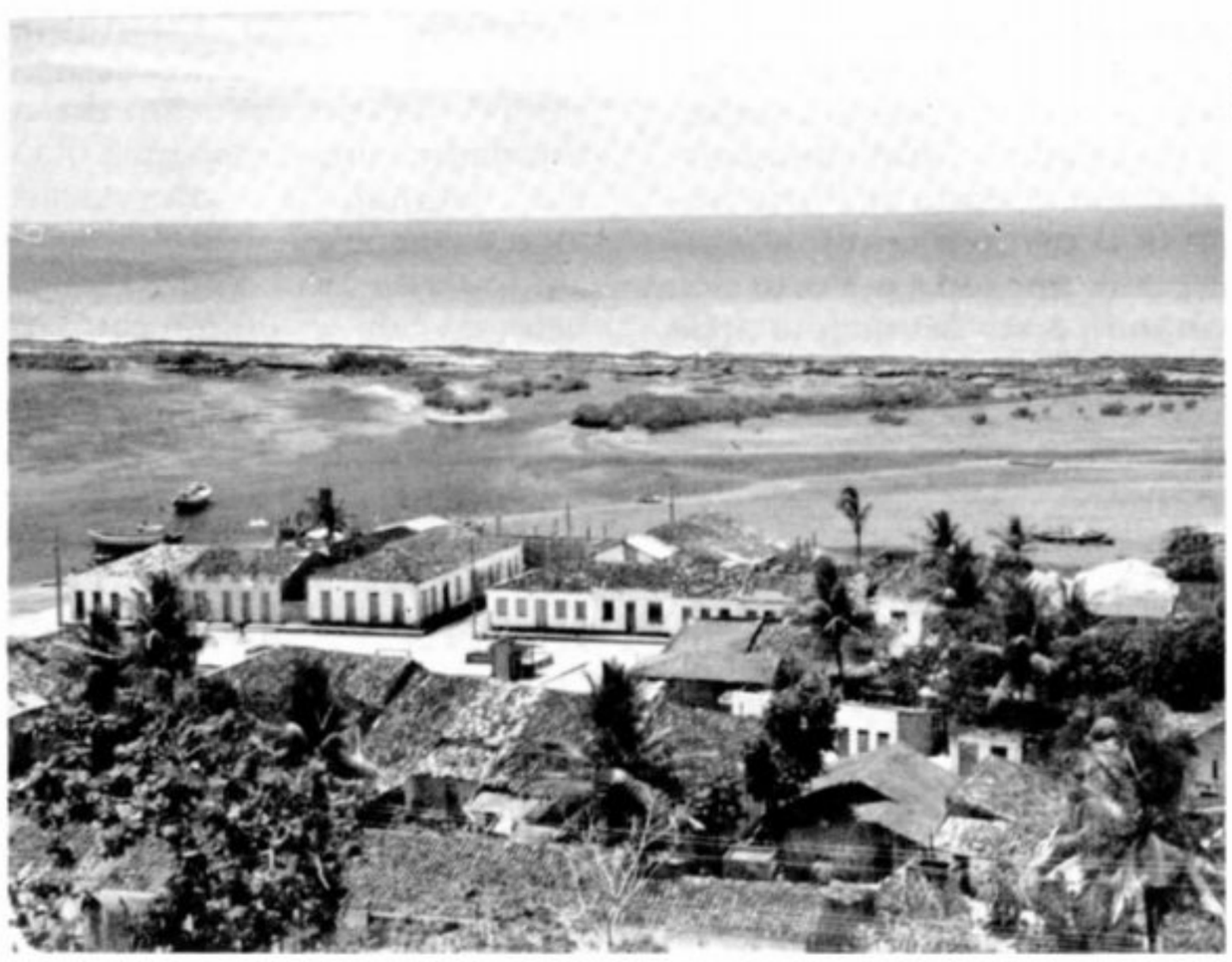
A Arquiteta acredita que há boas possibilidades de atuação do Escritório junto à comunidade. Para desenvolver trabalho nesse sentido tem sido relevante o apoio que a Representação vem recebendo do Centro Comunitário de Rio de Contas, que, como primeiro passo, promoveu junto aos jovens do local um debate sobre o significado do tombamento e o papel da SPHAN/pró-Memória na preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O Centro Comunitário publicou em seu jornal *O Rio Contense* matéria sobre o assunto, com o objetivo de esclarecer a população. Texto da matéria foi reproduzido e distribuído junto à Administração Municipal, à Câmara de Vereadores e ao Fórum da cidade.

Rio de Contas tem o seu acervo arquitetônico tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1980. Trata-se de um núcleo surgido com a descoberta do ouro em terras baianas durante o século XVIII. Sua fundação data de 1724, quando foi criada a Vila de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas. Em 1745, a Vila foi transferida para o sítio atual, ficando a antiga localidade conhecida como Vila Velha, hoje cidade de Livramento do Brumado. O ouro produziu um desenvolvimento acelerado da Vila, elevada à categoria de cidade em 1885, que teve, em 1931, o seu nome simplificado para Rio de Contas. Em 1834, o local chegou a contar com escolas de Português, Francês, Filosofia e Gramática Latina; em 1832, foi implantado o serviço de correios terrestres, ligando a Vila aos diversos Municípios da Província. Rio de Contas passou a ser o centro irradiador de civilização para o Alto Sertão Baiano.

Mesmo com a decadência acentuada da mineração — que veio a cessar em 1844, quando foram descobertas as primeiras lavras de diamantes do Mucugê e Lençóis — e as dificuldades de comunicação com a Metrópole, Rio de Contas constituiu-se durante largo tempo em foco de irradiação de cultura.

Porto Seguro/Cabrália

No entender do Representante do Escritório Técnico de Porto Seguro/Cabrália, Arquiteto Francisco de Assis Salgado de Santana, a prioridade em termos de ação é o desenvolvimento de uma campanha de esclarecimento junto às comunidades



Arquivo SPHAN

Vista da cidade. Porto Seguro — Bahia

desses núcleos sobre o papel da SPHAN/próMemória na preservação do acervo histórico-cultural, "pois, nos contatos mantidos, principalmente com as Administrações Municipais, pude sentir que há um certo descrédito quanto às possibilidades de atuação do Escritório".

Esse descrédito, na opinião do Representante, "precisa ser removido para que possamos realizar trabalho em conjunto com as Prefeituras e as comunidades; caso contrário, enfrentaremos resistências à nossa atuação". Ele entende que, paralelamente a essa campanha de esclarecimento, o Escritório necessita desenvolver ações "que demonstrem concretamente a que veio".

Em contatos mantidos com o Diretor de Obras da Prefeitura de Porto Seguro, ficou encaminhada a elaboração de um documento para orientar a população quanto às normas de proteção do patrimônio da cidade, estabelecendo critérios a serem adotados no caso de reformas de imóveis. "Trata-se de uma orientação técnica geral que tem por objetivo impedir que o conjunto urbano tombado sofra descaracterizações no futuro", explica o Arquiteto.

O Escritório pretende, também, montar uma equipe para executar obras de emergência na área sob a sua responsabilidade, que, além de Porto Seguro e Cabrália, compreende povoações menores como Trancoso, Arraial da Ajuda.

O acervo paisagístico do Município de Porto Seguro, o conjunto arquitetônico da Cidade Alta e diversos monumentos isolados, como o Marco do Descobrimento, foram tombados pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e convertidos em Monumento Nacional em 1973.

A origem do atual Município de Porto Seguro está ligada aos primeiros capítulos da história do país. A 27 de maio de 1534 a Capitania de Porto Seguro foi doada a Pero de Campos Tourinho que, em 1535, levantou a Vila, na foz do rio Buranhém. O primeiro povoamento surgiu na parte denominada Cidade Alta. Tendo sido colonizada por portugueses e jesuítas, em 1759 a Capitania foi incorporada aos bens da Coroa, vindo depois a fazer parte da Provincia da Bahia. O Distrito de Porto Seguro foi criado por Alvará datado de 20 de outubro de 1795. A Vila foi elevada à categoria de cidade através do Ato nº 499, de 30 de junho de 1891.

Santa Cruz Cabrália teve o seu acervo paisagístico e o conjunto arquitetônico da Cidade Alta tombados em 1981 pelo Patrimônio Histórico. O Município possui, assim como Porto Seguro, grande valor histórico; surgiu de uma Feitoria criada nos primeiros momentos da ocupação da terra descoberta, ao norte de Porto Seguro. Lá se encontra o local onde foi celebrada a primeira missa no Brasil.

A Feitoria foi fundada na enseada da baía, em 1536, pelo Donatário da Capitania de Porto Seguro, Pero de Campos Tourinho. Em 1564 foi arrasada pelo ataque dos índios Ai-

morés, forçando os moradores a procurar outro local, que deu origem à nova povoação com o nome de Santa Cruz, depois Santa Cruz Cabrália. Em 1822 foi criado o Município com território desmembrado de Porto Seguro. Em 1931 perde essa autonomia e é novamente anexado a Porto Seguro, voltando a ser Município apenas em 1933.

Cachoeira

O Escritório Técnico de Cachoeira já existia, na prática, mesmo antes de implantado, pois, há anos, a cidade conta com uma Representação do Patrimônio, criada pelo IPHAN. Bastou, portanto, oficializar essa Representação como Escritório, uma vez que a atuação da primeira se enquadra nos propósitos do segundo.

O Responsável pelo Escritório é o mesmo que há nove anos vem à frente da Representação anterior, Historiador Rubens Rocha, e que encara com otimismo as perspectivas de atuação do Escritório, baseado nos trabalhos realizados e na experiência que adquiriu como funcionário do Patrimônio na cidade onde reside.

"Fui para Cachoeira como mais um funcionário do Museu Regional que o Patrimônio mantém há anos na cidade. Os primeiros tempos foram muitos difíceis, pois havia por parte da comunidade e da Administração Municipal um total descrédito pelo IPHAN, devido, no meu entender, a uma também total desinformação acerca do que era o órgão, o seu papel na preservação do Patrimônio Histórico e Artístico. Esse fato era agravado pela realidade em termos de recursos financeiros para a realização de obras de restauração. Se hoje há escassez de dinheiro, naquela época a situação era infinitamente mais crítica", diz Rubens Rocha, para quem "a situação melhorou sensivelmente com a criação da Fundação Nacional próMemória, pois o Patrimônio passou a ser uma entidade mais ágil em realizações."

E continua: "Hoje, se a situação não pode ser considerada ideal — pois sofremos limitações em nossa atuação naquilo que gostaríamos de realizar na cidade, devido à escassez de recursos financeiros, o que não é *privilégio* apenas da área cultural, mas de amplos setores da vida nacional — podemos afirmar que conseguimos reverter aquele quadro de descrédito nas ações do Patrimônio."

A reversão deveu-se, segundo o Representante do Escritório, não só ao desenvolvimento de ações no campo da preservação do acervo tombado, como também a um trabalho visando à valorização das manifestações histórico-artístico-culturais do local. Atualmente, os artistas da cidade contam com o espaço da Galeria de Artes do Museu Regional, inaugurada em agosto de 1981 (SPHAN nº 14, p. 19), e os grupos folclóricos, com um anfiteatro para suas apresentações, construído ao ar livre também na área do Museu, com arquibancadas para 250 pessoas, feitas a baixo custo, pois foi aproveitada a madeira excedente de obras de restauração.

"Com a abertura desse espaço cultural conseguimos o reconhecimento de artistas e grupos folclóricos, que são unânimes em afirmar que o Patrimônio é o único órgão atuante no campo cultural em Cachoeira", diz Rubens Rocha, informando, ainda, que tem sido "ativa a participação da Representação nas comemorações de eventos significativos para a comunidade, como o 13 de março, dia em que Cachoeira foi elevada à categoria de cidade."

Atualmente, o Escritório mantém um bom relacionamento com a comunidade e a Administração Municipal, o que tem permitido uma atuação integrada com esses setores, principalmente no que se refere à conservação do conjunto arquitetônico da cidade, que é Monumento Nacional (SPHAN nº 17, p. 5 a 8).

"Com a comunidade, nós fazemos um trabalho baseado no diálogo, no esclarecimento acerca da importância de se manter o conjunto tombado, explicando o que isso significa. Com a Prefeitura, também na base do diálogo, temos conseguindo adequar suas ações às normas de preservação do núcleo histórico."

Lençóis/Mucugê

Desde o dia 7 de abril passado, a cidade de Lençóis conta com o Escritório Técnico, que tem também sob a sua jurisdição o Município de Mucugê. Localizados na Chapada Diamantina, constituem-se em dois núcleos tombados de grande significado tanto do ponto de vista arquitetônico quanto em termos de valores histórico-culturais. Surgiram com a descoberta de jazidas de diamantes em território baiano, por volta da segunda metade do século XIX.

O Escritório é dirigido pelo Arquiteto José Geraldo Vieira da Costa, que vê com entusiasmo as perspectivas de atuação do Escritório não só na execução de ações visando à preservação do acervo arquitetônico da região como também no campo sócio-econômico com a implantação de um projeto que teria por objetivo final a revitalização dos núcleos, que, segundo ele, encontram-se em acelerado processo de estagnação.

Na área da preservação do conjunto arquitetônico de Lençóis e Mucugê, o Representante propõe a formação de um canteiro de obras



Vista da cidade. Lençóis — Bahia.

com o aproveitamento da mão-de-obra local, o que, na sua opinião, seria um processo de troca entre a comunidade e o Escritório, "pois estaríamos com isso concorrendo para a geração de empregos na região".

Essa mão-de-obra produziria, em larga escala, adobes, material relacionado com a técnica construtiva da região. "A recuperação dessa técnica já seria, em si, uma forma de preservação e, ao mesmo tempo, de se enfrentar a especulação imobiliária que encarece o material de construção", diz o Arquiteto, que vê como prioridade a execução de obras urgentes, através de uma equipe formada por um mestre-de-obras, pedreiros, carpinteiros, também da região.

"A cidade de Lençóis, por exemplo, teve um desenvolvimento urbano muito rápido devido ao processo de extração de diamante. As construções eram executadas rapidamente, na base de *enchimento*; com as intempéries esse material está se desagregando. Bairros inteiros já sumiram", acrescenta José Geraldo, justificando a prioridade para a realização de obras urgentes no conjunto arquitetônico da região.

O Representante afirma que são "excelentes" as possibilidades de se executar uma ação nesse nível em Lençóis, "pois contamos com o apoio da Prefeitura Municipal, que já vem desenvolvendo trabalhos desse tipo, utilizando mão-de-obra e material de construção da região. O Prefeito é uma pessoa extremamente preocupada com a questão da preservação do conjunto arquitetônico da cidade, tanto que fez a sua campanha eleitoral com base em propostas de recuperação desse patrimônio".

Para a formação da equipe de obras urgentes, o Escritório pretende firmar um convênio com a Prefeitura de Lençóis, prevendo inclusive a produção e o fornecimento de material para as obras de restauração e a formação e/ou qualificação da mão-de-obra local.

"O custo dessa equipe seria coberto pela alocação de recursos financeiros previstos para obras a serem executadas pelo Patrimônio na cidade", completa José Geraldo, para quem, no caso de Lençóis, Mucugê e outros núcleos da região, a proposta da implantação de um canteiro de obras visando à recuperação do conjunto arquitetônico "é a melhor resposta que se pode dar à comunidade, pois se trata de um benefício concreto para a cidade em termos de emprego e, conseqüentemente, de melhoria de qualidade de vida".

Afirmando que, na sua opinião, atualmente a questão da preservação de núcleos históricos não pode ser vista apenas sob o ângulo da restauração do objeto arquitetônico, mas levando-se em consideração o processo de evolução desses núcleos, o Representante propõe como forma de se revitalizar econômica e socialmente Lençóis e Mucugê um projeto voltado para a valorização dos aspectos histórico-culturais da região.

Esse projeto, na concepção de José Geraldo, envolveria recursos da SPHAN/próMemória, das Prefeituras locais, e poderia se estender a longo prazo para toda a Chapada Diamantina, caso venha a ser implantado.

"Poderíamos, a título de experiência, implantar um projeto-piloto em Lençóis e Mucugê, com um caráter interdisciplinar, envolvendo não só o profissional de Arquitetura, mas também de Economia, Sociologia, História, Arqueologia e áreas afins, pois o material de pesquisa é extremamente rico. Essa equipe apoiaria o Escritório Técnico a título de orientação e formação de outras equipes a nível médio, desenvolvidas na própria comunidade, compostas principalmente de professores primários formados na região. A ação concorreria, no meu entender, para evitar o esvaziamento da comunidade pela busca de opções nos grandes centros, já que esses professores teriam condições de continuar na cidade, desenvolvendo o papel de pesquisadores, historiadores, restauradores, etc."

Paralelamente, seriam oferecidos, também a nível médio, nas escolas, cursos de qualificação profissional, com o aproveitamento da população jovem, visando à formação de carpinteiros, entalhadores, pintores, pedreiros, marceneiros. "Essa mão-de-obra está se acabando na região, pois o pessoal jovem ou não tem motivação ou está saindo das cidades em busca de oportunidades em outros centros. Hoje, em Lençóis, por exemplo, só há um mestre-de-obras com consciência e conhecimento pleno do que foi a cidade em termos arquitetônicos."

O Arquiteto propõe, ainda, como forma de revitalizar o núcleo de Lençóis, a implantação de um projeto turístico-cultural, "que é, no meu entender, a aspiração maior da comunidade, juntamente com a criação de um museu da lapidação".

"A região de Lençóis tem um grande potencial natural e em termos históricos o local é riquíssimo. A comunidade é consciente dos valores culturais que possui, inclusive a iniciativa de pedir o tombamento do núcleo partiu dela própria, por intermédio de um núcleo de pessoas nascidas na localidade."

Relação dos Escritórios Técnicos em funcionamento:

2ªDR — Alcântara/MA, Casa do Divino (Sessão da MARATUR), Angela Maria Meire Torres; Teresina/PI, Prédio do Arquivo Público — Rua Coelho Rodrigues, nº 116, Diva Maria Freire Figueiredo.

4ªDR — Olinda/PE, Rua do Amparo, nº 28, Vital Pessoa de Melo.

5ªDR — São Cristóvão/SE, Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, José Wellington Costa; Lençóis/Mucugê/BA, Av. 7 de setembro, nº 864 — Lençóis, José Geraldo Vieira da Costa; Porto Seguro/Cabrália/BA, Rua Assis Chateaubriand, nº 23/Fundos — Porto Seguro, Francisco de Assis S. de Santana; Cachoeira/BA, Praça da Aclamação, nº 4, Rubens Costa; Rio de Contas/BA, Rua 15 de Novembro, nº 75, Rita Marcia Sacramento.

6ªDR — Morro da Conceição, Rio de Janeiro/RJ, Rua Pacheco Leão, nº 2.040 — funcionando provisoriamente na sede da 6ª Diretoria Regional, Meise Caetano Amaral Paes; Petrópolis/RJ, Museu Imperial, Evelina Grunnberg Lindoso; Vassouras/RJ, Museu Casa da Hera, Isabel Cristina da Rocha; Paraty/RJ, Praça Monsenhor Hélio Pires, nº 39 — antigo nº 7, Luiz Carlos Serrano; Cabo Frio/RJ, Museu de Arte Religiosa — Tradicional, Aldomar D'Almeida Conrado.

7ªDR — Tiradentes/São João Del Rey/MG, Rua Padre Toledo, nº 158; Tiradentes/MG, Sérgio José Fagundes Lima; Ouro Preto/Mariana/MG, Praça Tiradentes, nº 33, Dimas Dário Guedes.

8ªDR — Goiás/GO, Quartel do 20º Batalhão de Infantaria, Gustavo Neiva Coelho; Cuiabá/MT, Arquivo Público, Carlos Alberto Rosa.

9ªDR — Curitiba/PR, Secretaria de Cultura do Paraná, José Lapastina.

10ªDR — Florianópolis/SC, Casa Vítor Meireles, Dalmo Vieira Filho.

Comunicação e bens culturais: alternando o som das consciências

Aparentemente, nada existe de comum entre camisetas de malhas, sacolas de supermercado, toalhas de papel e jogos infantis. Porém, dentro de determinado contexto, esses e outros objetos, tão diferentes entre si, podem passar a ter uma mesma função: servir como eficientes meios alternativos de comunicação.

É precisamente isto o que está ocorrendo hoje na Fundação Nacional próMemória, através da recém-criada Area de Desenvolvimento de Projetos Especiais para Difusão Cultural. A idéia básica pode ser encontrada em dois pontos principais: de um lado, a necessidade de divulgar o nosso patrimônio cultural, dentro da perspectiva de que preservar e revitalizar esse patrimônio significa preservar a própria identidade nacional. De outro, parte-se do reconhecimento da inevitável escassez de recursos com que se conta neste trabalho, buscando-se, assim, a parceria da iniciativa privada que, com investimentos relativamente baixos, passa a prestar significativo serviço à cultura brasileira, cumprindo um papel social a que as empresas não podem se furtar, além de, na maioria dos casos, auferir lucros com isso.

Além desses pontos de partida, a força da idéia parece residir na originalidade do uso de objetos do dia-a-dia, os quais, exatamente por sua familiaridade com o usuário, ganham extraordinária força de comunicação. Assim, espaços normalmente ocupados por mensagens alienantes ou imagens que não dizem respeito à cultura nacional passam a ser preenchidos por bens culturais brasileiros. Com isso, ganham todos: a Secretaria da Cultura do MEC, que obtém um poderoso instrumento auxiliar no cumprimento de sua atribuição legal de cuidar de nosso patrimônio cultural; a iniciativa privada, que passa a ter um canal de participação social de inestimável importância; e, sobretudo, a própria cultura nacional, em suas diversas manifestações, adquirindo uma presença maior dentro de um mercado continuamente invadido pela mensagem estrangeira.

BRASIL NO PEITO

Uma boa síntese de tudo isso pode ser encontrada na frase-tema da campanha com a qual a Hering lançou uma nova linha de camisetas de malha: "Leve a história do Brasil no peito".

Trata-se de uma iniciativa da próMemória, através de convênio com aquela empresa privada e a Embratur, pela qual a Hering criou uma série de camisetas intitulada "Patrimônio Histórico e Cultural", tendo como estampas motivos relacionados ao patrimônio arquitetônico, histórico e artístico brasileiro.

A criação de uma linha de moda que divulgue bens culturais faz parte dessa política de estímulo à população, principalmente jovens, no sentido de conhecer e preservar um patrimônio que, por pertencer a todos, cabe a todos preservar. Entre os diversos bens culturais do país foram selecionados os seguintes: ferrolhos, forros, óculos, fachadas, igrejas, cruzeiros, canhões, sinos, claustros, fortalezas, mercados, janelas, arcos, arcadas, varandas, balcões, imaginárias, telhados, ruínas, portais, azulejos e pelourinhos.



Em cada temporada será usada a estampa de determinado tema, com uma produção estimada em 150 mil peças por semestre. As primeiras camisetas foram lançadas em maio, durante a 29ª Fenit, em São Paulo, tendo sido antes apresentadas no Salão Portinari, no Rio.

A respeito do projeto, o diretor-presidente da confecção, Dieter Hering, diz o seguinte: "Com esta iniciativa estamos contribuindo de forma expressiva para a conscientização, a nível popular, do que seja patrimônio histórico, assim como para a necessidade que existe de tornar cada brasileiro, cada cidadão, um ser voltado para a preservação daquilo que o passado de bom legou. Se ponderarmos que não é o número de pessoas cultas que define uma cultura ou uma sociedade culta, haveremos de chegar à conclusão de que uma cultura nacional é uma unidade de ação. Ou seja: não é uma unidade de produtos, mas uma unidade do processo criador.

"Assim", prossegue o empresário, "Estado e iniciativa privada se complementam, em operações que deveriam ser repetidamente perseguidas, pois os resultados seriam satisfatórios para todos. Seria importante se mais brasileiros soubessem que em sua cidade convivem com obras arquitetônicas de características ímpares, resultado do esforço de muitos que, por muito tempo, trabalharam para edificar aquilo que lá está."

Por fim, Hering assinala que "isso deve servir de ânimo, de elemento gerador, para convencer os cidadãos de que a responsabilidade pela preservação dos bens culturais não é apenas do Estado, mas de todos nós.

"Levando a informação e alterando o som das consciências de todos os brasileiros, tenho certeza de que em pouco tempo a questão da preservação de nosso patrimônio histórico deixará de ser uma atividade quixotesca, para assumir o posto que realmente lhe cabe, qual seja, a de verdadeira consciência de nossa própria brasilidade."

SACOLAS DE COMPRAS

Outro exemplo da busca de meios alternativos de comunicação desenvolvida pela Área de Desenvolvimento de Projetos Especiais para Difusão Cultural da próMemória reside na campanha que atualmente se realiza em vários estados brasileiros utilizando como veículo sacos e sacolas de compras de supermercados.

A campanha teve seu lançamento no Recife, em julho de 1983 (SPHAN 25, p. 26), através da empresa Bompreço S.A. Supermercados do Nordeste, que estampou em suas embalagens fotografias de imóveis tombados pela SPHAN. Acompanhando a ilustração vem a frase que passou a ser o tema de toda a campanha: "A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio cultural".

O presidente da empresa, João Carlos Paes Mendonça, por ser também presidente da Associação Brasileira de Supermercados, pôde contribuir para a adesão de outras redes de lojas à campanha, de modo que, atualmente, circulam, em todo o país, 30 milhões de sacos por mês, difundindo os bens culturais brasileiros.

Para se ter uma idéia, a rede Bompreço, além de Pernambuco, cobre os estados de Sergipe, Paraíba, Ceará, Alagoas, Espírito Santo e São Paulo, veiculando, entre outros, monumentos tais como o Convento de São Francisco, em Sergipe, a Igreja de Santo Antônio, em Natal, e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Olinda.

No Maranhão encontra-se a rede Lusitana, que está utilizando o edifício São Luiz, com seus azulejos, o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras, o prédio sede da Reitoria, a casa da Rua do Sol onde funciona o Museu Histórico de São Luís e a Fonte do Ribeirão. A rede Paes Mendonça atua nos estados da Bahia e Sergipe, divulgando a Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas, em Sergipe, e a Igreja Basílica de São Francisco, na Bahia.

Em Minas Gerais aderiu à campanha a rede Epa e, em Goiás, os supermercados Alô Brasil. As Casas da Banha, por sua vez, estão presentes em São Paulo, Rio, Minas Gerais, Brasília, Amazonas, Bahia e Roraima.

Por fim, no Rio Grande do Sul, a rede Zaffari não apenas encampou a idéia como também promoveu uma campanha publicitária paralela, utilizando rádio, televisão e jornal, com o tema "Ama sua terra quem melhor a conhece"; o objetivo foi divulgar a arquitetura gaúcha, em suas diversas manifestações, desde as ruínas missioneiras até exemplares das construções alemãs e italianas.

Marcelino Zaffari, diretor da rede, disse o seguinte, quando da assinatura do convênio: "Sentimo-nos muito honrados em realizar a campanha de valorização de nosso patrimônio. Nosso empenho em corresponder à proposta trazida pela Fundação Nacional próMemória encontrou de imediato a melhor receptividade. Das mais variadas maneiras, de distantes cidades, pessoas e entidades manifestaram seu apoio e entusiasmo com a promoção."



JOGOS E BRINQUEDOS

Esta iniciativa nasceu da necessidade de conscientizar a criança e o jovem brasileiro sobre a importância de se conhecer os monumentos tombados e a responsabilidade de sua preservação.

A empresa Grow Jogos e Brinquedos S.A. participa do projeto pela preocupação que sempre demonstrou em produzir jogos educativos, colaborando para o aumento das informações levadas ao público a respeito de nossa cultura, abordando as diversas manifestações culturais brasileiras, como artesanato, instrumentos musicais, atos públicos, culinária, vegetação, etc.

A Fundação Nacional próMemória, após contatos com a direção da empresa, promoveu a análise de seis jogos, propondo o desdobramento de mais dois, entre os apresentados. Concluiu que a qualidade das informações visuais dos jogos estava sendo prejudicada pela utilização de desenhos que não retratavam de maneira fiel os temas expostos. Além disso, fazia-se necessária a produção de textos que fornecessem explicações a respeito de cada tema, servindo de estímulo à pesquisa.

A EMBRATUR — Empresa Brasileira de Turismo, interessada em divulgar vários pontos do país, foi convidada a participar do projeto, possibilitando a substituição dos desenhos utilizados nos jogos por fotografias coloridas constantes de seu arquivo.

A EMBRATUR colocou à disposição do projeto técnicos de seu departamento de comercialização, que forneceram o apoio necessário à realização do trabalho e à produção dos fotolitos.

Puzzle Grow: sob este nome, a Grow apresenta diversos quebra-cabeças, de 500 peças, que mostram paisagens de vários países. Entre esses jogos, um retratava o Santuário de Bom Jesus de Matozinhos, em Congonhas (MG), onde se encontram os profetas do Aleijadinho.

Após análise feita pela próMemória, concluiu-se que a Grow deveria apresentar fotos mais atraentes dos monumentos brasileiros, que perdiam em qualidade para as de paisagens européias.

A proposta foi a criação de novos jogos, enfocando os três monumentos brasileiros elevados à categoria de Patrimônio Cultural da Humanidade — Ouro Preto, São Miguel das Missões e Olinda, cada um acompanhado de seu histórico.











Lince Turismo: este jogo apresentava, num tabuleiro, 176 desenhos diferentes que mostravam, de maneira insatisfatória, temas que iam da imagem de Cristo Redentor, no Rio, à figura de uma bala de coco.

O objetivo do jogo é identificar, a partir de cartelas com os mesmos desenhos do tabuleiro, o maior número de figuras, o mais rapidamente possível.

A sugestão da próMemória foi reduzir o número de figuras, a fim de que se aumentasse o tamanho das mesmas, e substituí-las por fotos. Além disso, o tabuleiro seria dividido em estados, sendo que, de cada estado, seriam mostrados um monumento, aspectos do folclore ou da economia, ou uma paisagem, uma comida típica, etc.

Acompanha o jogo um texto que focaliza a diversidade cultural do país, complementado pela listagem dos cromos utilizados, identificando-os um a um.

PROJETO VARIG

Um termo de compromisso entre a Secretaria da Cultura, através da Fundação Nacional próMemória, com a interveniência da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a empresa VARIG — Viação Aérea Rio Grandense e a EXPED — Expansão Editorial Ltda., tem como objetivo a inserção de desenhos de artistas plásticos brasileiros, que retratam monumentos tombados pela SPHAN, nos quatro tipos de toalhas que compõem as bandejas dos vôos nacionais e internacionais daquela empresa de aviação.

O objetivo da iniciativa é abrir novo campo para a divulgação dos valores históricos e artísticos do Brasil. A substituição das figuras estrangeiras das toalhas pelo patrimônio nacional tombado possibilita um reforço no plano de conscientização cultural que vem sendo elaborado pela Secretaria da Cultura.

Entre os bens patrimoniais que estarão circulando nos vôos da VARIG constam: Igreja do Senhor do Bonfim (BA), Antiga Casa de Câmara e Cadeia e Museu da Inconfidência (MG), Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo (PE), Igreja de Nossa Senhora da Conceição (ES), Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro (RJ), Teatro da Paz (PA), Mosteiro e Igreja de Nossa Senhora da Luz (SP), Teatro José de Alencar (CE). Os desenhos, selecionados pela próMemória, serão fornecidos pela EXPED, assim como a arte-final e os fotolitos. À VARIG caberá a impressão das toalhas.

Outros exemplos

A parceria do Estado com a iniciativa privada, no setor cultural, não se prende unicamente à descoberta de meios alternativos de comunicação. Pode ocorrer também em outros campos.

CASTRO MAYA

Várias atividades culturais desenvolvidas pelos Museus Raymundo Ottoni de Castro Maia, hoje incorporados à próMemória, têm o apoio e o patrocínio de empresas privadas.

Entre elas a Festa dos Sentidos, na Chácara do Céu, realizada no dia 18 de dezembro de 1983, que teve como objetivo abrir as portas do Museu à comunidade para uma grande festa natalina. A característica do evento foi proporcionar aos visitantes um momento de experimentação dos sentidos — olfato, tato, paladar, audição e visão — através da festa, da música, da comida típica.

A festa teve o patrocínio da João Fortes Engenharia, que se responsabilizou pelas despesas com os serviços de doces, bebidas, impressão de convite e de um folheto de quatro páginas, além de um recital.

Houve ainda um exposição de cartões de Natal — de 18 de dezembro a 1º de janeiro — como veículo de obras de arte, recebidos e expedidos por Raymundo de Castro Maya, executados em diversas técnicas como aquarela, guache, desenho e gravura, de importantes artistas brasileiros: Carybé, Djanira, Iberê Camargo, Poty, Aldemir Martins, Portinari, Di Cavalcanti e outros. As obras eram acompanhadas de informações através de textos e etiquetas.

Outra realização cultural que contou com o apoio da iniciativa privada foi o Curso Introdutório de Cerâmica, atendendo adolescentes de 12 a 14 anos, alunos de escolas públicas, carentes de informação e possibilidades profissionalizantes.

O Curso, com a duração de dois meses, constou de aulas de técnicas básicas de cerâmica, despertando nos jovens um fazer onde não só desenvolveram a criatividade, como também noções de um artesanato profissional, além da oportunidade de aprimorarem o espírito de equipe e o entrosamento social.

MEC SECRETARIA DA CULTURA
FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA
MUSEUS RAYMUNDO OTTONI DE CASTRO MAYA

O MUSEU DA CHÁCARA DO CÉU

REALIZA

"Curso de Cerâmica"

Atendendo alunos das escolas da rede municipal



R. MURTINHO NOBRE 93
STA. TEREZA

MARÇO / ABRIL / 84

Apoiando eventos que elevam e dignificam a cultura do nosso povo.

Coca-Cola

O patrocínio do evento coube à Coca-Cola que forneceu o material necessário como argila, chapas de eucatex, madeira, fios de nylon, carvão, linha, além de lanche para as crianças e o pagamento dos professores de arte. Para a divulgação, a empresa produziu um cartaz com o tema: "Apoiando eventos que elevam e dignificam a cultura do nosso povo".

Para garantir o sucesso das atividades culturais junto às empresas privadas, os Museus Castro Maya procuram sempre uma forma de adequar o evento programado ao patrocinador, conciliando os interesses de ambas as partes.

BELAS ARTES

Vários projetos desenvolvidos pelo Museu Nacional de Belas Artes têm também a participação e o apoio de empresas privadas.

O Projeto Encontro Marcado é um deles: a IBM do Brasil, após solicitação do MNBA, apoiou a idéia e patrocina o trabalho, arcando com as despesas de produção, locomoção, hospedagem, alimentação e material promocional (cartazes, anúncios, ambientações de palcos, etc.) e assim possibilitando a várias capitais do Brasil a visita mensal de um escritor famoso.

O próprio prédio do Museu Nacional de Belas Artes é outro exemplo. No momento, está passando por uma fase de restauração. Construído de 1906 a 1908, não teve, ao longo do tempo, uma conservação adequada; ao contrário, sofreu interferências danosas ao próprio plano arquitetônico, de maneira que a Galeria Bernardelli não vinha cumprindo suas funções específicas.

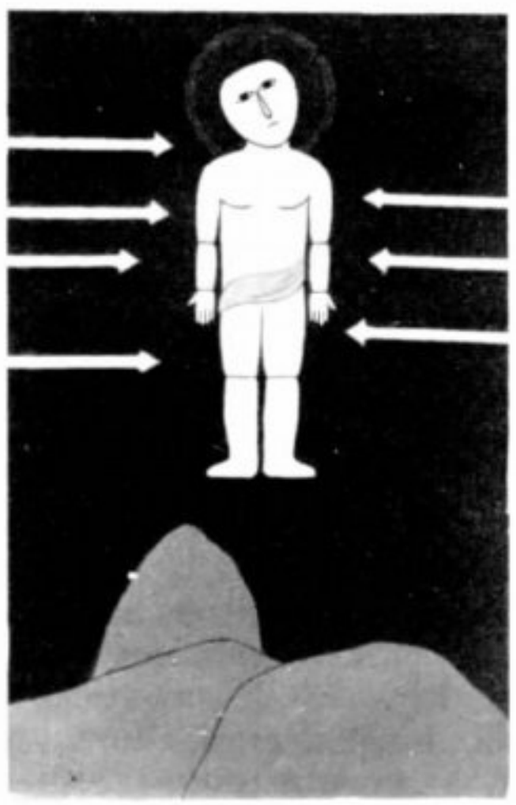
Dividida em três espaços, ela não exercia a missão para a qual havia sido criada, qual seja, a de ser a galeria de exposições temporárias do Museu. Um dos espaços era ocupado por parte da biblioteca, o outro reduzido a uma galeria de exposições e o terceiro a um mini-auditório. Isso foi o ponto de partida para o desenvolvimento da obra.

O Diretor do Museu Nacional de Belas Artes, Alcídio Mafra, conta como ocorreram as negociações para a restauração: "Nós conseguimos interessar a João Fortes Engenharia na forma de uma contrapartida ao lançamento de um livro e a uma exposição que a empresa queria realizar aqui no Museu, referente à obra fotográfica de Marc Ferrez, que documenta a abertura da Avenida Cen-



Arquivo MNBA

Japone Araújo



Antônio Maia



Germano Blum



Pindaro Castelo Branco



José Sabóia

tral. A João Fortes aceitou a nossa sugestão e encampou a obra de restauração da sala, com a assistência da 6ª DR da SPHAN, que aprovou o projeto e também uma contrapartida do MNBA na recuperação das luminárias e dos portões de bronze, que tinham sido encontrados no depósito, extremamente deteriorados."

Além de fazer a restauração da sala, a João Fortes também a equipou. Hoje ela constitui um exemplo da integração do ontem, do espírito que a concebeu, com todo o progresso que a tecnologia moderna permite: uma boa iluminação, uma boa refrigeração, sem, contudo, descaracterizar seu estilo próprio.

Algumas edições do Museu são, também, frutos de projetos com a iniciativa privada. A Cia. Atlantic de Petróleo já financiou três catálogos referentes a exposições realizadas pelo MNBA, entre elas a retrospectiva da obra gráfica de Faiga Ostroyer, em 1983, considerada a melhor do ano pela Associação Brasileira dos Críticos de Arte.

A Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração — CAEMI, de Minas Gerais, patrocinou a edição das **Obras Selecionadas de Nosso Acervo**, do Museu Nacional de Belas Artes.

A empresa Souza Cruz teve importante participação, no final do ano passado, na aquisição de 10 obras de Arte Moderna e Contemporânea, doando-as ao Museu. A iniciativa surgiu de um projeto relacionado a uma marca de cigarro, a coleção John Player Special.

"O acervo do Museu é muito carente em termos de Arte Moderna e Contemporânea. Nós o temos aumentado através de doações dos próprios artistas, de empresas e de colecionadores. Portanto, o gesto da Souza Cruz foi da maior relevância porque, de um momento para outro, nosso acervo se viu enriquecido de 10 obras bastante significativas", explica o Diretor.

Uma carta de intenções firmou um compromisso entre o MNBA, as Edições Pinakotheke e a Galeria Acervo, para divulgação de obras de informações e a cessão temporária de obras para as exposições que a Galeria Acervo organiza. Em troca, o MNBA recebe direitos de imagem, que podem ser traduzidos em determinado número de exemplares desses livros, ou então em espécie. "As obras são fotografadas, e nós temos um percentual relativo ao direito de imagem, ou seja, toda vez que o Acervo reproduzir um determinado quadro, nós temos um percentual, desde que se trate de uma edição comercial", esclarece Alcídio Mafra.

O Diretor do MNBA diz como encara os projetos desenvolvidos junto às empresas privadas: "Da melhor forma possível! Nós temos que partir do pressuposto que as grandes empresas privadas podem ser co-partícipes desses projetos de desenvolvimento cultural. O poder público, sozinho, não pode, diante do vulto de todos os projetos culturais desenvolvidos no Brasil, tais como restauração de bens móveis e imóveis, coleções de museus, edições de livros, enfim, todo o incentivo cultural, dar conta do recado. Então, a associação com a empresa privada, interessá-la, sensibilizá-la, acredito que seja um bom caminho, pois já constatamos que tal forma de atuação tem dado excelentes resultados. Acredito que tanto o Museu Nacional de Belas Artes quanto as empresas privadas vêem esta associação da melhor maneira possível."

Março/Abril 1984

SPHAN 29
*pró*Memória

TOMBAMENTOS

O Conselho Consultivo da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nas reuniões dos dias 28 de março e 18 de abril, aprovou os tombamentos do Açude do Cedro, em Quixadá (CE); da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, em João Pessoa (PB); da Caixa D'Água de Pelotas (RS); do Ginásio Pernambucano, em Recife (PE); do Presépio do Pipiripau e da Matriz de Santo Antônio, em Minas Gerais. A reunião de abril, realizada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, teve uma característica especial: pela primeira vez, desde 1937, o Conselho Consultivo reuniu-se fora do Rio de Janeiro. Foram discutidos os tombamentos do Pipiripau e da Matriz de Santo Antônio, ambos pertencentes ao acervo histórico e artístico mineiro.

Pela primeira vez um açude no Livro do Tombo

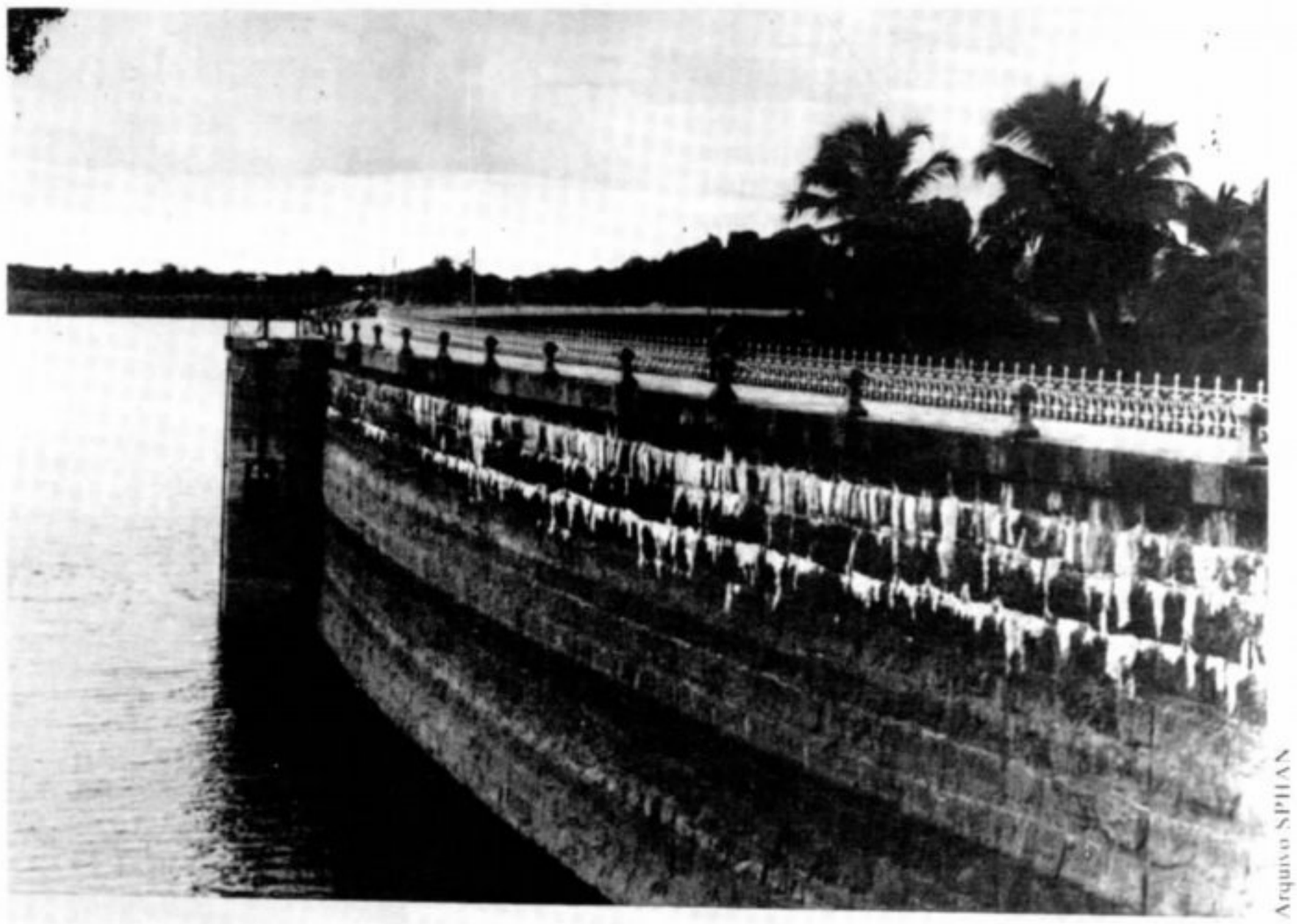
Atualmente administrado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS, o Açude do Cedro é uma obra pioneira, construída por decisão do Governo Imperial após a seca de 1877/79.

Seu tombamento justifica-se não só por sua beleza paisagística, mas, principalmente, por sua função social na irrigação das localidades áridas.

Segundo a relatora do processo, Conselheira Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, "o Açude do Cedro, por seu pioneirismo, seu significado histórico, sua importância técnica e artística, está em condições de ser inscrito no Livro do Tombo. A importância histórica deve-se ao fato de ser a mais antiga obra do gênero e a primeira obra pública de grande vulto erguida no País".

Primeira rede de canais de irrigação levada a efeito no Brasil, objetivando garantir à população água suficiente para o abastecimento e o serviço da lavoura, o Açude compreende cinco barragens, fechando o vale do Rio Sitiá, no lugar denominado Cedro, a 6 km do centro de Quixadá. Sua bacia de captação mede 220 km2 e a represa retém o volume máximo de 127.667.000m2 de água. Para distribuição das águas na região, existem dois canais — do Sul e do Norte —, além de um canal suplementar, de onde derivam numerosas valetas de distribuição sobre o terreno, irrigando mais de 2.000 hectares.

Com o apoio da SPHAN/pró-Memória, o DNOCS pretende restaurar as antigas oficinas e almoxarifados pertencentes ao Açude, dando-lhes um uso compatível com a importância do bem.



Arquivo SPHAN

Tito Silva: a preservação arquitetônica e tecnológica

A Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva e Cia., fundada em 1892 por Tito Henrique da Silva, teve seu tombamento aprovado devido à importância de se preservar o testemunho raro de um monumento significativo de nossa evolução arquitetônica e tecnológica.

Situada à Rua da Areia, 33 — João Pessoa — a indústria, pioneira no Nordeste, estabeleceu ali uma importante tradição que merece ser preservada (SPHAN 10, p. 9), o que não seria possível se a fábrica fosse abandonada ao seu próprio destino, pois vem, nos últimos tempos, enfrentando crescentes dificuldades econômicas, chegando a uma situação financeira insustentável e a uma posição claramente falimentar.

TOMBAMENTOS

Seu tombamento tem uma importância ímpar, pois constitui-se numa inovação em matéria de preservação de monumentos históricos, já que, além da maquinaria e equipamentos, também a produção de vinho terá suporte para sua permanência.

A idéia de tombá-la está ligada à desapropriação do imóvel, pelo Governo do Estado, e a um acordo com a Universidade Federal da Paraíba para a preservação do conhecimento dos processos tradicionais de fabricação, transformando-a numa empresa/escola.

"Um dos objetivos da manutenção desta indústria é a possibilidade de intercâmbio de valores tecnológicos, novos e tradicionais, o que ajudaria na preservação, revitalização e proteção da comunidade e da evolução de um fazer intimamente relacionado com as características regionais do processo cultural brasileiro", afirma a coordenadora de projetos da Fundação Nacional pró Memória, Clara de Andrade Alvim.



Arquivo SPHAN

Caixa d'Água de Pelotas

A Caixa D'Água de Pelotas, localizada na Praça Piratinino de Almeida, é o reservatório mais antigo e o maior monumento de ferro da cidade, caracterizando a etapa inicial do abastecimento de água potável para os núcleos urbanos.

Sua construção pioneira provocou muita curiosidade popular, sendo considerada, na época, uma verdadeira obra de arte. Hoje, após 100 anos, continua em bom estado de conservação e abastece a zona central da cidade.

Pertencente ao rol dos produtos pré-fabricados, que Inglaterra e França exportaram durante o século XIX, foi concluída em 1875, constituindo-se num documento importante da tecnologia do ferro fundido. Tem capacidade para 1.500 m3 de água e é sustentada por 45 pilastras que a elevam a 3 metros do solo. Em seu centro superior existe um torreão em espécie de cúpula, destinado ao passeio das pessoas que para ali eram conduzidas por uma escada em caracol.

Até hoje, é utilizada como área de lazer pelos moradores de Pelotas e faz parte da paisagem da praça em que se situa.



Arquivo SPHAN

Março/Abril 1984

SPHAN 29
próMemória

TOMBAMENTOS

SPHAN tomba uma das mais antigas escolas do Brasil

Localizado na Rua da Aurora, em Recife, o Ginásio Pernambucano é uma das escolas mais antigas do Brasil. Sua história é ilustrada com personalidades de importância nacional — como o ex-Presidente Epitácio Pessoa, em 1822 — que passaram por aqueles bancos escolares, justificando seu tombamento.

Segundo Olívio Montenegro, escritor das **Memórias do Ginásio Pernambucano**, foi "a mais importante instituição de ensino da Província, verdadeiro centro de gravitação de todas as outras escolas quando o Governo Imperial fechou o Seminário de Olinda, e ainda quando permitiu a reabertura (com programa de aulas limitado a Teologia, Dogmática e Cantochão)..."

Por se localizar à beira do Capibaribe, o prédio do Ginásio destaca-se na paisagem, juntamente com o prédio da Assembléia Legislativa, formando um conjunto monumental, que o Conselheiro Gilberto Ferrez assim descreve em seu relato: "Rua da Aurora, varanda à beira do Capibaribe; donde se aprecia as maravilhosas auroras do Recife; rua dos palacetes de barões do açúcar e que ainda hoje, graças ao prédio citado acima, e à Assembléia Legislativa, que lhe fica ao lado, e outros que dignificam a cidade, devem ser preservados e não substituídos por espigões de mau gosto."

Histórico

Desde 1825, quando o Presidente da então província de Pernambuco, José Carlos Mayrink Ferrão, concedeu ao Liceu Provincial um regulamento provisório e nomeou para diretor o Padre Mestre Beneditino Miguel do Sacramento Lopes Gomes, sua história é uma aventura de mudanças de sede e episódios imprevisíveis. Poucas instituições terão mudado tanto de nome quanto esta: Antigo Liceu (1825); depois Ginásio; Instituto Benjamim Constant (1893); novamente Ginásio (1899); Colégio Estadual de Pernambuco (Lei Orgânica do Ensino Secundário); e Ginásio Pernambucano (1974).

O Liceu foi inaugurado em 10.02.1826, mas sua fundação e regulamento provisório são de 1825, o que o torna a escola de ensino secundário mais antiga do Brasil. Começou a funcionar numa das dependências do Convento do Carmo, limitado a um corredor e cinco salas, sem os recursos mais elementares.

Em março de 1841, mudou-se para o sobrado que havia sido de Gervásio Pires, até que o teto da casa ameaçou desabar. Depois de várias mudanças, o engenheiro Manuel de Alves Ferreira, formado pela escola de Engenharia de Paris, projetou o prédio atual, que funciona como estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus, tendo cerca de 90 professores para 2.700 alunos, em três turnos diários. Possui um Museu de História Natural, organizado pelo sábio Louis Jacques Brunet, e uma biblioteca com grande número de volumes raros.



Arquivo SPHAN

Presépio do Pipiripau, símbolo da arte popular mineira

Originalmente localizado na antiga região denominada Pipiripau — antiga colônia Américo Werneck —, em Belo Horizonte, o Presépio do Piripau, idealizado por Raimundo Machado de Azevedo, entre 1906 e 1976, teve seu tombamento aprovado por constituir-se em um dos mais importantes exemplos da arte popular mineira e pelo que representa em termos de atração pública, já tendo sido visitado por milhares de pessoas.

Com um total de 580 figuras confeccionadas em papel velho, conchas, madeira, papelão, areia, peças de tipografia, de automóvel e outros materiais, o Presépio do Pipiripau é montado em cinco planos, onde as paredes laterais são pintadas e decoradas para dar continuidade e unidade à representação das 45 cenas religiosas e profanas que são dispostas sem preocupação com seqüência cronológica.

O presépio teve sempre uma estrutura aberta, accessível às inovações. Este aspecto facilitou a realização de

sua monumentalidade, pois, considerando-o uma obra incompleta, o autor tinha disponibilidade para assimilar elementos novos, superando a idéia de presépio enquanto natividade e transformando-o num investimento afetivo de toda uma vida, retratando, também, o cotidiano.

Sua característica cinematográfica foi aperfeiçoada, através dos tempos, pela percepção humana do artista, que dá aos elementos um movimento delicado, profundamente sensível, propiciado, primeiramente, pelo uso da energia elétrica, depois, por um pequeno motor de gramofone, por uma máquina a vapor e, finalmente, por um motor de 1/4 de HP.

Os versos do poeta Carlos Drummond de Andrade retratam a beleza e o valor do Pipiripau:

"Os músicos tocam baixinho
Uma suave música fininha
Que sobe prás estrelinhas
Do céu pintado de azul
Gira e regira na praça
A eterna zanga-burrinha
— Tão engraçadinha!
.....
Meus olhos mineiros
Namoram o presepe
E dizem alegres: Mas que bonito!"

Histórico

A idéia de montar o presépio nasceu quando Raimundo, ao freqüentar as aulas de catecismo, despertou sua paixão pelo tema. A ambição de ter seu próprio presépio aumentava a cada dia, porém as condições financeiras não permitiam a realização deste sonho. Foi com muita dificuldade que, aos doze anos de idade, com os 400 réis arrecadados na venda de algumas garrafas, começou a montar a obra, que hoje obtém reconhecimento, adquirindo uma pequena imagem do Menino Jesus, em gesso.

Desde 5 de agosto de 1976, o presépio está instalado no Museu de História Natural, sob a guarda da Universidade Federal de Minas Gerais que, com a medida, evitou que o conjunto fosse comprado por empresas ou instituições de outros estados, o que desfalcaria o acervo artístico mineiro de uma arte popular tão expressiva.

Hoje, com 90 anos, Raimundo é o funcionário da UFMG responsável pela manutenção do Presépio do Pipiripau.



Arquivo SPHAN

Matriz de Santo Antônio de Itaverava

Embora tenha sofrido reforma total em sua fachada, no decorrer das décadas de 20 e 30, por sua arquitetura típica, rico interior, fino trabalho de talha e excelentes pinturas de tetos e paredes, a Matriz de Santo Antônio de Itaverava, construída em 1726 pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, constitui um dos melhores exemplares da arquitetura mineira do século XVIII.

Como as igrejas de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, do Carmo, em Sabará, e de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, a Matriz de Itaverava é um dos raros monumentos brasileiros que apresentam interior rococó, onde a talha, a pintura e a imaginária se conjugam em síntese ornamental integrada e com grande força expressiva.

Tal riqueza deve-se ao empenho de diversos artistas mineiros de renome, como Manoel da Costa Athaide e Francisco Xavier Carneiro, na pintura; João Antunes de Carvalho e Francisco Vieira Servas, na talha e imaginária; além de outros não identificados, como o autor do magnífico risco de retábulo do altar-mor, conservado no Arquivo Ultramarino, de Lisboa.

"Sem exagero, diria que o teto da capela-mor da igreja, seguramente de autoria de Manoel da Costa Athaide, é verdadeiramente deslumbrante", comenta o relator do processo, José E. Mindlin.

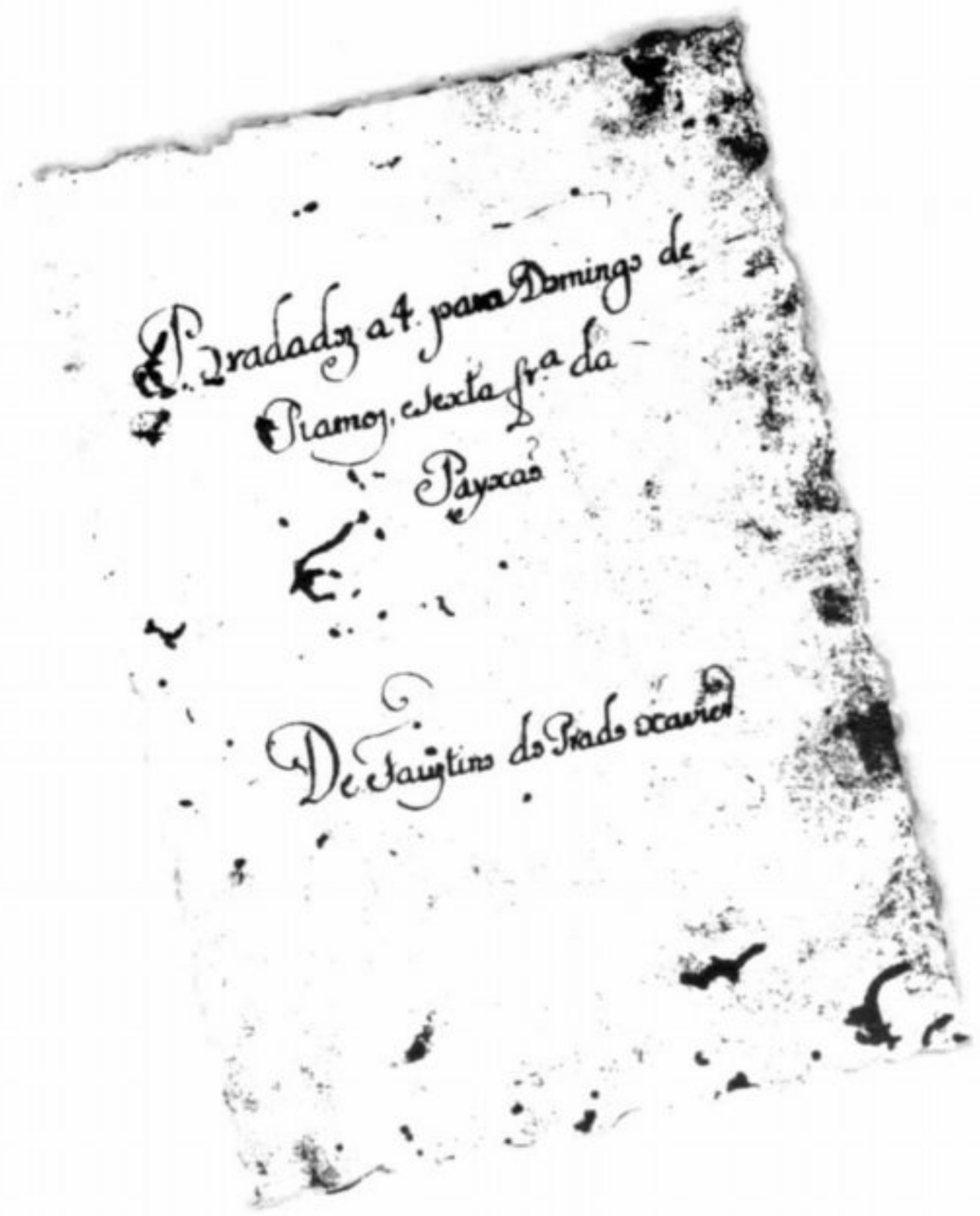


Arquivo SPHAN

Março/Abril 1984

SPHAN 29

próMemória



Descobertas as mais antigas partituras

O patrimônio musical brasileiro dos séculos passados é, em grande parte, ainda desconhecido. Até há pouco, a mais antiga partitura conhecida datava de 1759, e os pesquisadores apenas supunham a existência de peças mais antigas, pelo fato de já terem sido encontrados diversos documentos literários que indicavam haver músicas compostas em princípios do século XVIII.

Durante os trabalhos de pesquisa desenvolvidos pela 9ª Diretoria Regional da SPHAN, a fim de subsidiar a restauração das duas igrejas carmelitas de Mogi das Cruzes e compor a exposição documental e fotográfica que será inaugurada na ocasião de sua entrega à comunidade, foram encontradas, pelo historiador Jaelson Britan Trindade, diversas partituras de música sacra que, devidamente avaliadas, revelaram datar de 1730, aproximadamente.

Ele examinava um livro administrativo, que registrava a demarcação dos limites da vila, quando observou que de suas 200 páginas, apenas 100 haviam sido utilizadas. Continuando a folheá-lo, deparou com a contracapa de couro que apresentava as abas descoladas, deixando visíveis as partituras que lhe serviam de recheio.

"Apesar de não conhecer música, pude perceber, pelo papel, pela tinta e pela caligrafia, que eram partituras do século XVIII. Assim, tratei de examinar a capa, encontrando o mesmo tipo de material, imediatamente encaminhado ao núcleo de restauração da Biblioteca Municipal Mário de Andrade que considerou prioritário o deslocamento das partituras, tratando também da reencadernação do livro. Mais tarde, elas foram encaminhadas ao musicólogo Régis Duprat, que confirmou sua importância e as está estudando para recuperar as condições de leitura das músicas."

O fato de a descoberta das peças ter sido totalmente acidental vem, segundo Jaelson, reforçar a importância de se estar atento às diversas formas de vida que se manifestam a partir de determinada obra, principalmente arquitetônica.

Jaelson diz que durante muitos anos a SPHAN não teve condições de desenvolver um bom trabalho de pesquisa, pois as Diretorias Regionais não dispunham de pessoal para a execução dos levantamentos. "Não havia um trabalho articulado entre o historiador e os envolvidos com o restauro e a preservação, o que é muito necessário, pois se você tem a musicologia, por exemplo, como uma atividade específica, ao mesmo tempo isso converge para um conhecimento das artes em geral e para um conhecimento especial da obra que está sendo restaurada.",

Para ele, a descoberta desse material vem ressaltar a necessidade de a próMemória desenvolver um trabalho específico de pesquisa musical, realizando projetos que envolvam os organismos criados para dinamizar o conhecimento e a produção artística brasileira, como a FUNARTE, através do Instituto Nacional de Música. "A pesquisa musical necessita dessa institucionalização, que possibilitará uma articulação entre o interesse pelo patrimônio musical, em particular, já que esse tem sido abandonado como pesquisa institucional. É preciso que a música brasileira vá sendo reunida e trabalhada, através de seu estilo, suas características, sua temática, para que se possa conhecê-la e as condições em que foi criada."

Quanto às músicas de Mogi, a 9ª DR procurou um aprofundamento das informações disponíveis, a fim de identificar as condições em que foram compostas, reforçando o trabalho de restauração que vem sendo realizado. A intenção era apresentá-las à comunidade durante os festejos da Semana Santa, para que fossem ouvidas pelo maior número possível de mogianos, reunidos para as procissões realizadas na cidade.

Como as músicas foram encontradas em março, não houve tempo hábil para a restauração e a realização dos ensaios necessários à sua execução. Mas, a intenção de divulgá-las continua; serão executadas oportunamente e suas partituras originais deverão integrar o acervo do Museu de Arte Sacra que a SPHAN/pró-Memória está criando, em convênio com a Diocese de Mogi das Cruzes, e que deverá se constituir num centro de estudo e divulgação de toda essa produção artística. Além disso, Jaelson ressalta a necessidade de ser produzida uma edição dessas músicas, que poderiam ser acompanhadas de estudo realizado sobre elas, facilitando a divulgação de suas características.

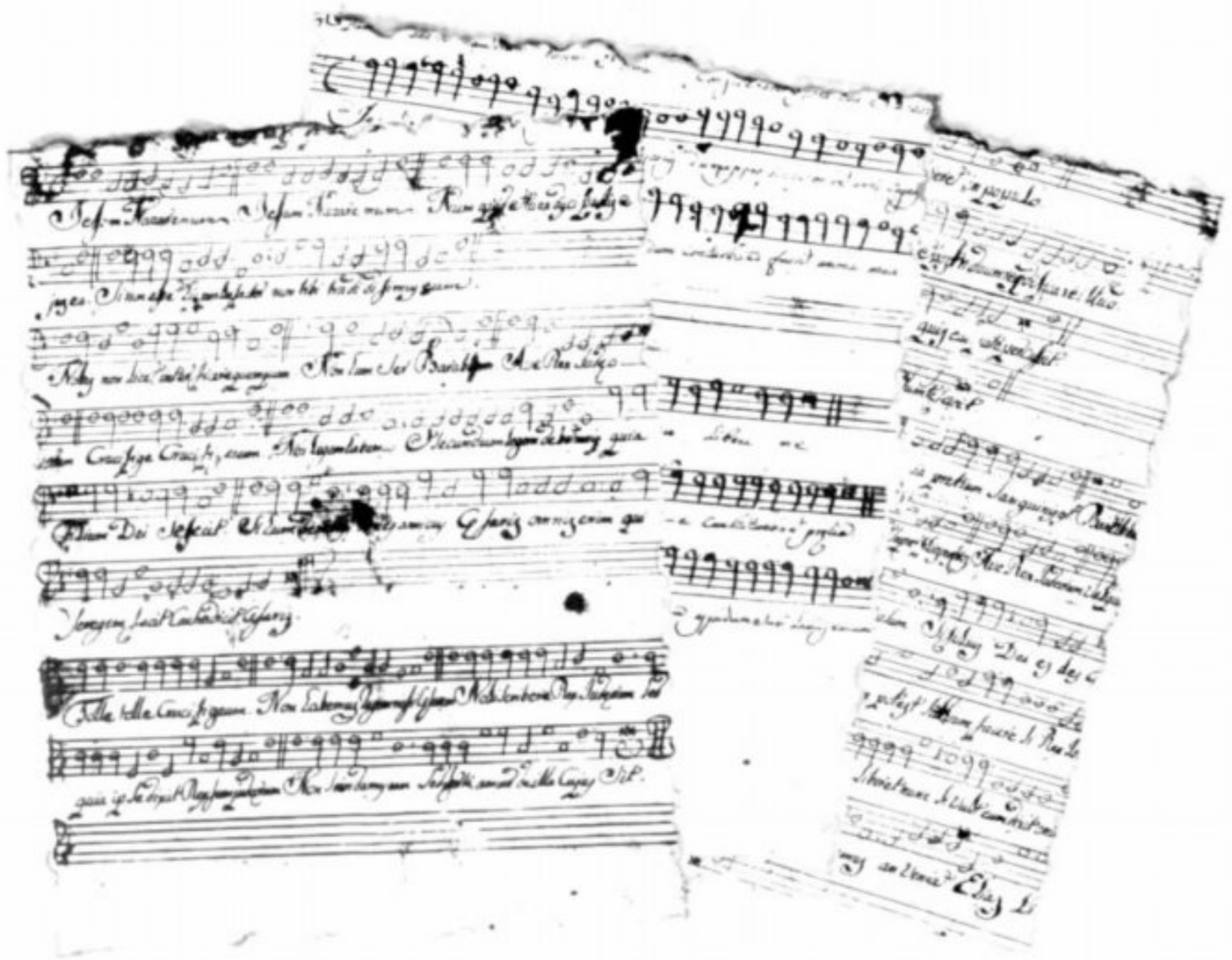
Terminada a restauração do papel das partituras, a meta vem sendo a recuperação das músicas que, segundo o musicólogo Régis Duprat, encarregado de sua restauração, são grafadas em uma escritura antiga, diferente da utilizada atualmente.

"Quando Jaelson me trouxe as partituras de Faustino do Prado Xavier e Ângelo do Prado Xavier, constatei sua antigüidade, observando que não estão escritas na escritura atual, que se firmou em meados do século XVIII; portanto, são anteriores a esta época."

As pesquisas realizadas mostraram que Faustino Xavier era natural de Mogi das Cruzes e ali residia em 1729, quando, por sua grande perícia na arte musical, foi nomeado Mestre de Capela da Matriz, onde serviu até 1733, sendo também Mestre de Capela da Igreja da Ordem 1ª do Carmo. Já seu irmão, Ângelo Xavier, morava, em Santos em 1740 e negociava gado no sul. Esse breve histórico veio, juntamente com a análise musicológica, confirmar a antigüidade das peças, recuando em 30 anos o conhecimento vivo da música brasileira.

Para Duprat, a importância desses 30 anos será em representarem um vácuo, durante o qual ocorreu, gradualmente, a atualização da notação musical.

"Nós sempre vivemos da imaginação de como seria a música desse período, mas nunca pudemos imaginar que recuando 45 anos, em relação a André da Silva Gomes, se cantasse, aqui em São Paulo, uma música de tamanha qualidade artística. Principalmente numa cidade como Mogi das Cruzes, onde nada poderia levar a crer que fôssemos encontrar as partituras mais antigas do Brasil.



Além disso, as músicas encontradas revelam um estilo diferente, que não era abordado na literatura musical do período colonial e que precisa ser estudado mais profundamente. Elas não apresentam, como as do Padre José Maurício, dos Mineiros e de André da Silva Gomes, determinadas características do estilo clássico. Não chegam a ser pré-clássicas. São de um período tão recuado que chegam a se enquadrar no Barroco. Por isso são importantes."

No total foram encontradas seis obras, escritas em aproximadamente 18 partituras, que estão sendo trabalhadas por Duprat. Cada uma é analisada e transcrita para a notação atual, não sem grande dificuldade, pois diversas partes precisam ser totalmente recompostas para que se chegue às peças completas, o que, algumas vezes, é praticamente impossível, devido ao fato de se encontrarem muito fragmentadas e pelo estado bastante avançado de deterioração do papel.

Apesar disso, duas das peças já foram recuperadas e estão sendo ensaiadas para apresentação em Mogi, por ocasião da entrega das igrejas restauradas à Diocese.

Entre as obras sacras foi encontrada uma música profana, identificada por Duprat como pertencente ao gênero Modinha. O fato de essa música ter sido encontrada entre papéis do início do século XVIII significa, segundo Duprat, uma verdadeira revolução, pois toda a bibliografia referente à Modinha situa seu surgimento em finais do século. Isso confere ao achado grande importância; portanto, ela vem sendo transcrita e sua letra deverá sofrer detalhada análise literária. Chama-se "Matais de Incêndio":

Matais de incêndio meu lindo aylelê
Porque um som me pareceis, não me mateis
Deixai que eu goze estas luzes, aylelê
Meu amor não me mateis

Ei de chegar-me a incêndios, aylelê
Inda que raios vibreis
Mais se a vós me chego, aylelê
Meu amor não me mateis

Para abrasar corações, aylelê
As palhinhas acendeis
O meu por vós já se abrasa, aylelê
Meu amor não me mateis

Suspendei menino o pranto, aylelê
Mais menino não choreis
Ora fazei-me a vontade, aylelê
Meu amor não me mateis.

Março/Abril 1984

SPHAN 29

*pró*Memória

Biblioteca Nacional: fim da polêmica, início da integração

A escritora e bibliotecária Maria Alice Barroso assumiu no último dia 22 de março o cargo de Diretora-Geral da Biblioteca Nacional. Desta maneira teve fim a polêmica entre escritores e bibliotecários que reivindicavam o direito de dirigir o órgão.

Dentre inúmeros planos,a nova diretora destaca como meta prioritária "promover a integração das várias divisões da Biblioteca".

Três meses após concluída a restauração patrocinada pela Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional próMemória, a "casa do livro brasileiro" é agora uma das bibliotecas mais bem equipadas e modernas em termos de documentação e atendimento ao público, contando com novos sistemas de catalogação por computadores, microfilmagem e recuperação de obras raras.

Além disso, a principal biblioteca do país vem promovendo diversos cursos, visando aprimorar o nível técnico de seus funcionários. Um exemplo é o grupo de profissionais enviado ao exterior para aprender técnicas de restauração em papel.

Em entrevista concedida ao Boletim SPHAN/próMemória, Maria Alice falou da continuidade que pretende dar ao trabalho de sua antecessora e também de suas metas para otimizar a Biblioteca Nacional.

— A proposta inicial de Célia Zaher era ampliar o horário de funcionamento da BN, dinamizar o sistema de atendimento ao público, incentivar o Depósito Legal, criar o Sistema Nacional de Bibliotecas, etc. Essas propostas puderam ser concluídas?

MAB — Vamos falar por partes, pois todas têm um esclarecimento, uma justificativa. Vamos ver o que foi e o que não foi feito.

Ampliar o horário de funcionamento da BN. Realmente, Célia conseguiu isso; hoje abrimos até as 21 horas nos dias úteis e aos sábados, das 12 às 18 horas. Mas precisamos levar em conta que temos um problema com o ar condicionado e com a carga diária de energia elétrica. Estamos redimensionando a rede elétrica porque, sabidamente, o que existe hoje de capacidade de fornecimento de energia para a BN não é suficiente para a demanda existente. Tivemos que desligar aparelhos de ar condicionado em quase toda a Biblioteca, mantendo-o somente na seção de microcomputadores — absolutamente necessário — e no salão de leitura — para maior conforto de nossos usuários. Aqui na BN existe uma necessidade da instalação de uma subestação de energia. Aliás, este projeto já está sendo submetido à Light, discriminando a quantidade de carga elétrica e tudo o que precisamos. Isso é prioritário, não só em nossa opinião, mas também na do próprio Secretário da Cultura, Marcos Vilaça.

A BN caminha para ter seu horário de funcionamento inclusive aos domingos; contudo, dois pontos devem ser considerados: a existência dessa subestação para fornecer mais energia e a verba para pagamento do pessoal, pois o contingente que trabalhará domingo, evidentemente, receberá algum adicional por isso.

Dinamizar o sistema de atendimento ao público. Tendo em vista que a BN não é uma biblioteca popular, mas uma biblioteca erudita e de pesquisa, eu entendo que o dinamismo seja a qualidade, a eficiência dos serviços, e não a quantidade de serviços.

Eu acho que a BN vai bem. Ainda hoje ouvi isso de alguns pesquisadores. Um deles dizia: "Precisa ser 'amigo do Rei' lá na BN para ter a pesquisa feita?" Então o outro, um homem de televisão, que teve de pesquisar aqui o *Fausto*, de Goethe, respondeu: "Eu nem me lembrei que Maria Alice era diretora da BN e tive tudo a tempo e a hora". Eu até gosto quando as pessoas que conheço não me solicitam antes, mas me informam depois se alguma coisa está bem. Se quiserem dar parabéns, nós também gostamos.

Quanto ao Depósito Legal, posso dizer que ele vem programando, desde o tempo de Célia, através do nosso Projeto de Interação Nacional de Bibliotecas de Ensino — que já engloba 14 bibliotecas, na sua maioria universitárias — a dinamização da arrecadação junto a editoras não comerciais. Estamos, também, para firmar convênio com o Instituto Nacional do Livro, para que suas coordenadorias, instaladas em locais onde não existam bibliotecas convenentes conosco, arrecadem para nós o Depósito Legal.

É preciso observar, ainda, que o Depósito Legal está vinculado a uma lei de 1907; assim, a multa imposta aos infratores é inteiramente obsoleta. Já está nas mãos do Presidente da Fundação Nacional próMemória o nosso anteprojeto de lei que prevê todas as formas do Depósito Legal, inclusive cassetes, programações de computador, etc. Numa lei de 1907, é lógico, não estão previstas essas coisas, apenas material tipográfico, pois era o que existia à época.

Com o avanço da tecnologia fez-se necessária a formulação dessa lei, que prevê regulamentação periódica, a fim de suportar os avanços tecnológicos.

O Sistema Nacional de Bibliotecas é um sonho que será concretizado, paulatinamente, na medida em que formos somando serviços com outros órgãos. Por exemplo: mediante convênio com o INL, lhe será fornecida a catalogação compulsória que fazemos nas obras que o mesmo co-edita. O INL faz uma doação de 450 volumes/ano às bibliotecas com que atua; nós vamos ceder ao INL — naturalmente a um custo mais baixo

— o jogo de fichas para ser anexado àqueles livros. Já é uma forma de trabalho e de convênio, além da arrecadação do Depósito Legal. Tudo isso será objeto do convênio que pretendemos assinar futuramente com aquele órgão.

Auxílio às bibliotecas escolares é também um assunto altamente prioritário; eu diria até exclusivo, dada a sua importância. Nós não seremos os executores desse programa. Atuaremos como prestadores de serviços, porque, ao que tudo indica, o Programa de Bibliotecas Escolares, como não poderia deixar de ser, terá coordenação e uma execução a nível estadual. Vamos auxiliar com catalogação, manuais, diretrizes. Não podemos ser órgão executivo. Nossa função é normativa.

Quanto às bibliotecas universitárias, nós as estamos integrando ao COMUT e pretendemos ser uma biblioteca básica desse órgão. Nosso banco de teses tem recebido colaborações mensais de diversas universidades brasileiras. É idéia nossa elaborar um catálogo para que, através dele, as bibliotecas universitárias possam fazer empréstimos, solicitar dados, cópias de artigos ou microfilmes; isso tem um custo muito mais razoável desde que exista um órgão coordenador, e esse órgão é o COMUT. Nós seremos uma biblioteca base; as solicitantes são mais de 700. Hoje, as bibliotecas empresariais necessitam do acervo das outras para consultar artigos científicos, periódicos, artigos de tecnologia, etc.

A BN talvez venha a ser uma das mais importantes pelo acervo que tem.

Acredito que as propostas de Célia estão sendo concluídas com bom senso, como ela própria faria.

— Quais são seus planos para a BN nessa nova fase?

MAB — Eu tenho planos que são desenvolvimento dos planos anteriores. A BN, ao ser restaurada, sofreu também uma reformulação administrativa e técnica, tudo isso objetivando um melhor aproveitamento de seus serviços. A BN é um centro de alta cultura, um centro de atividades comunitárias que, por dois anos, praticamente parou, desenvolvendo apenas cursos técnicos na Biblioteca Euclides da Cunha, no Palácio da Cultura.

Agora estamos retomando as atividades culturais. No próximo dia 11 de junho, iniciaremos o Colóquio "Letras Brasileiras no Mundo", com exposição paralela de livros e palestras de vários professores da Faculdade de Letras da UFRJ sobre os motivos por que esses livros foram traduzidos. "Em Compasso de Vinícius" será a nossa programação de julho, homenagem ao poeta Vinícius de Morais.

É nosso propósito que as exposições não sejam estáticas; vamos promover cursos que a elas se liguem.

Estamos planejando uma série de palestras, exposições, como a contribuição da mulher na Literatura Brasileira; um curso sobre o discurso feminino presente no romance e no conto brasileiro. Faremos também uma exposição sobre o teatro brasileiro, em convênio com o INACEN. Essas atividades culturais são uma retomada que indeclinavelmente a BN teria que assumir, pois passou cerca de dois anos com a promoção de eventos culturais interrompida devido à realização das obras de restauração.

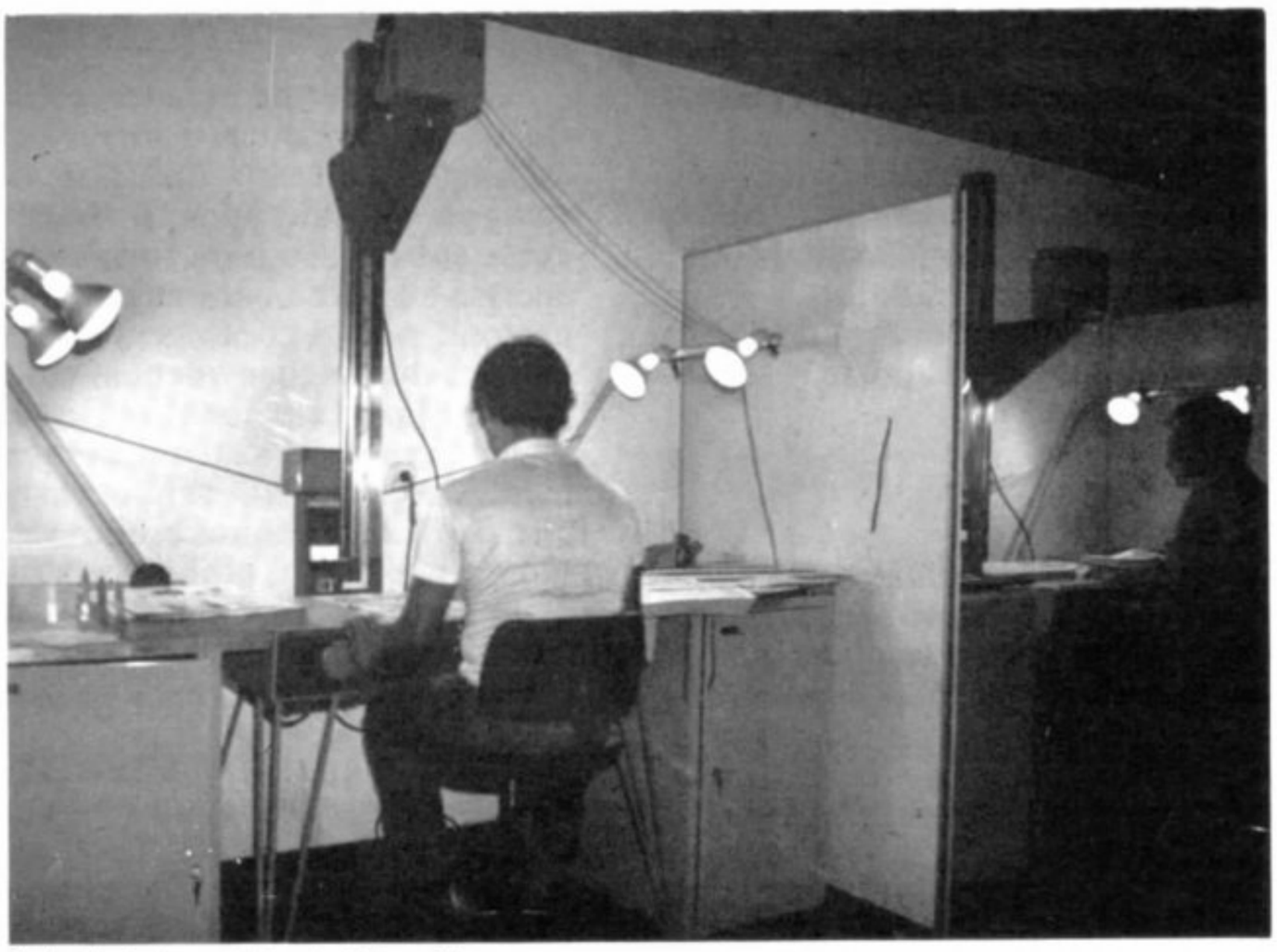
É preciso que se atente para o seguinte: a BN é um banco de dados do documento brasileiro. Nós temos aqui um fato pouco enfatizado, que não é novo, mas precisa ser divulgado.

A BN possui um terminal do sistema de computação do Senado. É uma coisa importantíssima para as empresas e pessoas que necessitam de informações de uma biblioteca localizada em Brasília. Só que esse serviço passará a ser cobrado, pois a BN não tem condição de mantê-lo gratuito. Acredito que, com essa cobrança, que eu acho lógica, vamos fazer uma divulgação maior desse serviço extraordinário que estamos oferecendo.

— É seu pensamento restringir a BN a pesquisas científicas, desviando os estudantes de 1º e 2º graus para a Biblioteca Euclides da Cunha, no 4º andar do Palácio da Cultura?

MAB — A Biblioteca Euclides da Cunha, onde eu estagiei quando estudante, é voltada para estudos brasileiros. É bom que se pense nisso. Não estou fazendo nenhum expurgo no acervo da biblioteca em questão; estou, sim, acrescentando muito de obras didáticas, pois o estudante precisa dessas obras para o manuseio diário. A BN tem um acervo para preservação e consulta — é claro — de pesquisadores. O estudante procura a BN porque não existem bibliotecas com bons acervos no Rio de Janeiro; mas as coisas vão melhorar.

Acaba de ser constituída, pelo Governador do Estado, uma comissão para elaborar o projeto da nova biblioteca estadual (a antiga BE foi atingida por um incêndio). É uma grande medida para nós do Rio de Janeiro, particularmente da BN, porque não podemos modificar repentinamente nossa clientela. É bom que seja entendido que pretendemos encaminhar o estudante para outra fonte de pesquisa, ou seja, uma fonte de auxílio.



BIBLIOTECA NACIONAL

Sala do Laboratório de Microfilmagem.

— Existe alguma idéia de sua parte quanto à instalação de subnúcleos da BN em vários pontos do Rio, que seriam equipados com as duplicatas dos exemplares existentes?

MAB — Não existe subnúcleo da BN, nem pensamento da direção nesse sentido. Como já falei, vamos tentar fortalecer as bibliotecas estaduais e torcer para que o Estado se torne auto-suficiente.

— Então a BN teria como maior função a preservação?

MAB — Lógico! A BN é para preservação e consulta de pesquisadores de 3º grau e principalmente pós-graduação. Para uma pesquisa de última instância. Por exemplo: uma pessoa que queira escrever uma grande obra sobre educação brasileira não pode prescindir da pesquisa na BN; mas, se quer saber quem é o Regente Feijó, não é necessário que pesquise aqui. O problema é que atualmente a BN está sendo fonte de pesquisa desse tipo, pois estão faltando obras de referência em nossas bibliotecas regionais.

Eu acho da maior importância ter para onde encaminhar o estudante. Não se pode conseguir que manuseio contínuo e preservação se conciliem. Veja bem: eu não sou a favor do expurgo do estudante. Isso é muito importante que seja colocado. Eu quero que o estudante tenha outras bibliotecas a ele destinadas. Estou procurando dotar a Biblioteca Euclides da Cunha dessas obras, e se nós tivermos duplicatas em número suficiente, vamos também fazer doações à Biblioteca Estadual, quando ela for realidade. Essa é a nossa posição. Não vamos restringir a BN a pesquisas científicas, não é o caso; vamos ter a BN recebendo pesquisadores de sociologia, história, literatura, etc., já em nível de mestrado, porque o nosso acervo é dessa ordem. Assim, do que for destinado a alunos de 1º e 2º graus, nós teremos um exemplar para preservação da memória; e o que for de redundância vamos encaminhar às bibliotecas que realmente estejam aptas a dar atendimento aos estudantes.

— A BN tem uma extensão em Diamantina. Por que naquela cidade? Existem bibliotecas filiadas à BN em outros pontos do Brasil?

MAB — A Biblioteca Antonio Torres, em Diamantina, foi vinculada administrativamente à BN ao tempo do presidente Juscelino Kubitschek. Eu acho que isso foi um carinho, um desvelo dele, para com sua terra natal e a biblioteca, que é de ótimo nível. A BN tem ainda a Biblioteca Euclides da Cunha por uma conveniência de espaço. Neste momento, eu acho que o desejável para a BN não é manter essa Biblioteca. No momento em que a Biblioteca do Estado do Rio de Janeiro for auto-suficiente para receber estudantes, eu acho que a Biblioteca Euclides da Cunha deverá ser vinculada à Delegacia do MEC ou a um órgão como o INL. Com relação à Biblioteca Antonio Torres, nós conversamos com o Presidente da Fundação Nacional próMemória e ele concorda que essa biblioteca deva ser administrativamente gerida pela Diretoria Regional da SPHAN, em Belo Horizonte, que tem uma representação em Diamantina. O convênio nesse sentido já está assinado. Agora, vamos assisti-la no que pudermos, em termos de doação de livros. Ela continua nas nossa prioridades, no sentido de assistência técnica, mas não na questão administrativa.

"O periódico é grande, sujo e deixa o que nós chamamos de poeira cultural no chão."

— Um dos problemas da BN é a falta de espaço. Cogitou-se da ocupação de parte do prédio do Supremo Tribunal Federal. Como está o andamento dessas negociações?

MAB — Realmente um dos problemas da BN é a falta de espaço. Nós temos, inclusive, muitos periódicos microfilmados; alguns são exemplares que não são mais publicados, outros sim. O que nós queremos é deslocar esses periódicos para abrir espaço na BN. Nós não estamos convencidos de que o STF não vai compartilhar conosco um pedaço de sua área do Rio de Janeiro, onde funciona sua procuradoria. Vamos insistir nesse assunto porque eu acho que é uma vizinhança simpática, o Supremo. Acho que ele vai nos aceitar e vamos lutar para isso. A BN precisa de espaço e, possuindo uma área disponível, de preferência perto, pode-se construir algo para ampliá-la.

— Fale um pouco sobre o Plano Nacional de Microfilmagem.

MAB — O PNM executa trabalhos de recuperação de documentos, livros, etc. Já tem, inclusive, um catálogo nesse sentido. É um trabalho importantíssimo que, a cada dia, passa a ter destaque maior, pois nossos livros atuais sofrem um problema de acidificação muito grande. O livro feito da polpa da madeira tem vida curta. Já surge com uma vida prevista de 30 a 50 anos, no máximo. Antigamente isso não acontecia porque o processo de fabricação do papel era completamente diferente. Hoje o nosso Plano de Microfilmagem está dando uma perenidade ao livro, ao periódico, à hemeroteca brasileira que é da maior importância para a preservação.

Eu acredito que esse Plano se estenda mais, se dinamize mais. Dentro da própria BN, já existe uma previsão de mais seis máquinas leitoras para que os nossos usuários se habituem cada vez mais a recorrer ao microfilme, abandonando o periódico. Este é, realmente, um Plano que vai muito bem.

— É verdade que alguns funcionários da BN foram contaminados por fungos existentes em parte do acervo?

MAB — Por ocasião da propalada crise de fungos na BN, que teria atingido funcionários — é bom lembrar que o fato ocorreu no verão, quando a população sofreu grande surto de micose praiana —, nós recorremos não apenas a especialistas estrangeiros, como também à nossa Fundacentro, entidade sediada em São Paulo, ligada ao Ministério do Trabalho, sem fins lucrativos, que fez uma análise dos fungos existentes nos livros e nos "fungos" apresentados por alguns dos nossos funcionários. Eu tenho um laudo em que a entidade atesta que coletou nos livros um tipo de fungo chamado *aspergillus s.p.*, que não atinge pessoas. Creio que, nesse ponto, foi derrubada a tese de que as pessoas teriam sido contaminadas aqui. A Fundacentro recomenda — e isso qualquer biblioteca deve ter — não só uma desinfecção como uma desinfestação. Essa desinfecção será realizada a partir da chegada da autoclave, que importamos ainda ao tempo de Célia. Esse aparelho virá para o nosso laboratório de restauro; todos os livros que entrarem na BN passarão por um estágio de desinfecção.

A desinfestação é normalmente feita de dois em dois anos, mas temos muita atenção para o uso de um tipo de agente não prejudicial às pessoas. Temos que ter muito cuidado

com a nossa população; isso é uma coisa que nem sempre é lembrada. Ao que tudo indica — eu falo isso com as reservas de uma pessoa leiga — o brometo de metila deve ser o agente escolhido para desinfestação.

— Quando ocorrerá essa desinfestação?

MAB — A desinfestação será programada tão logo eu tenha a garantia da Fundacentro de que o brometo de metila não faz mal a ninguém. Durante o período de desinfestação a BN ficará fechada, mas isso eu vou fazer com muita cautela.

— Quais são os grandes programas da BN hoje e como funcionam?

MAB — Entre os grandes programas da BN, temos atualmente a automação, funcionando no 3º andar — Divisão de Processamento Técnico — com seis microcomputadores. A Biblioteca está discutindo um tipo de catalogação de *Cabeçalho de Assunto Unificado*, pois até agora temos feito uma espécie de adaptação do CAU da Biblioteca do Congresso Americano. Estamos verificando a possibilidade de aplicação de um projeto brasileiro nesse sentido.

A automação começa já a detalhar, por exemplo, os campos físicos das planilhas de computador para Obras Raras. Esse é um campo que deve merecer um estudo muito grande e já está sendo feito na BN.

Outra coisa muito importante que temos é o International Standard Book Number — um sistema internacional de numeração de livros, com vistas a facilitar a divulgação e comercialização das editoras nacionais. São 10 dígitos que me possibilitam, aqui no Rio, pedir um livro em Munique, Santiago, Quênia ou qualquer outro lugar. Com essa numeração você não precisa dizer mais nada, pois nela está contida área geográfica, editora, língua em que o livro foi escrito, etc. É uma coisa universal, que funciona a partir de Berlim, e a agência do ISBN no Brasil é a Biblioteca Nacional.

Creio que o meu grande programa frente à BN é a integração de suas várias divisões. Em virtude da ampliação, a BN estava trabalhando sob setores estanques. Hoje, a Divisão de Informação e Divulgação tem que estar ciente de tudo o que ocorre nesta Casa; ela trabalhava meio a esmo. A Divisão de Processamento Técnico tinha um tipo de catalogação; a de periódicos, outro. A nossa tendência é centralizar esse processamento técnico. Hoje fazemos reuniões mensais das Divisões: a Diretora-Adjunta recebe, dentro de um esquema, os Chefes de Divisão individualmente, para que os problemas mais difíceis sejam expostos e possamos numa reunião — sem as minúcias de uma reunião individual — atacá-los como um todo. E vamos chegar a uma perfeição nesse sentido; vamos realizar o "impossível da integração", como eu vi o Sr. Jarbas Passarinho realizar no MEC, quando era Ministro.

A BN tem que estar integrada em todas as suas divisões. Ainda se notam falhas. Eu não vou dizer que as coisas estão indo às mil maravilhas; estão caminhando num sentido de aperfeiçoamento. Essa integração é minha grande meta, é ambiciosa, eu sei, mas não vaidosa, pois me sirvo do que já existe para executá-la. O que se pode verificar aqui é uma continuidade administrativa. Há uma coisa que eu disse, quando tomei posse e repito: eu não vim aqui para descobrir o Brasil.



BIBLIOTECA NACIONAL

Salão de Leitura da Seção de Obras Gerais.

> *"A BN não pode caminhar cada divisão para seu lado; ela tem que estar integrada."*

— A BN enviou alguns de seus funcionários ao exterior a fim de aperfeiçoarem as técnicas de restauração em papel. Como foi isso?

MAB — Esses funcionários foram mandados ao exterior porque lá existe um grau de especialização que falta ao Brasil. Estamos refazendo a planta do nosso laboratório, pois esta é uma área nova.

Estamos aproveitando o que existe em funcionamento no Ministério da Justiça — que tem um laboratório de restauração de documentos em Brasília, no Arquivo Nacional — e na Fundação Casa de Rui Barbosa. Isso é integração. Veja bem: a integração que eu procuro não é só das divisões da BN. É a integração com outros órgãos da próMemória e do MEC, dando-lhes a segurança de que não estamos com manias imperialistas de assumir ou tomar conta de nada, e sim ser mais um órgão a trabalhar por um objetivo comum.

— Como anda o funcionamento do Escritório de Direitos Autorais da BN?

MAB — O Escritório de Direitos Autorais está desenvolvendo uma atividade de que nos orgulhamos muito. Está funcionando como deve, ou seja, com uma pronta resposta ao pedido de registro de circularidade.

Nós estamos trabalhando em contato com o Conselho Nacional de Direitos Autorais; não estamos tirando atribuições de ninguém. Estamos, inclusive, pensando em firmar convênio com eles para termos respaldo legal.

— Quem é mais indicado para dirigir a BN: um escritor ou um bibliotecário?

MAB — A BN é realmente um órgão a ser ocupado por um bibliotecário. É a minha convicção, não por ser a diretora. Acho, realmente, que o nível técnico da BN deve ser tocado por um bibliotecário, assim como não pode se pedir que uma cirurgia seja feita por alguém que não seja cirurgião. Eu não posso negar que sou uma escritora, porque eu realmente sou.

Agora, talvez isso tenha apaziguado, espero, essa zona de litígio entre escritores e bibliotecários.

Março/Abril 1984

SPHAN 29
próMemória

PERNAMBUCO

Carmo, Congregação Mariana e Santa Tereza são inventariados

Dando continuidade aos trabalhos que vem desenvolvendo, a 4ª Diretoria Regional da SPHAN iniciou a coleta de dados históricos e os levantamentos físicos que possibilitarão a restauração da Igreja e Convento do Carmo e do Colégio e Convento de Santa Tereza, ambos em Olinda.
Medidas similares, adotadas em relação à Igreja da Congregação Mariana, situada na capital do Estado, já desencadearam a elaboração de seu projeto de restauração.

IGREJA E CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Considerado um dos monumentos mais importantes e antigos de Olinda, por datar de 1630 a notícia de sua existência, a Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo — inicialmente Convento de Santo Antonio do Carmo — constitui, no Brasil, a Casa Matriz da Ordem Carmelita, de onde partiam os frades missionários para a evangelização dos índios.

Incendiado em 1630, quando da invasão holandesa, e reconstruído na segunda metade do século XVII — com exceção da faixada e do cruzeiro, que datam de 1704, e da torre do lado sul, concluída em 1726 —, o templo é dotado de uma nave única, com duas galerias elevadas no 2º e no 3º pisos, e de duas grandes capelas laterais, seguidas de altares com retábulos de composição variada, sendo, o principal, belamente entalhado.

Entre os bens imóveis, de grande valor artístico, destacam-se as imagens de Nossa Senhora do Carmo, Santo Elias, Santo Eliseu, Bom Jesus dos Passos (executada pelo escultor pernambucano Manoel da Silva Amorim), um enorme Cristo, do século XVIII, situado na capela lateral (lado do Evangelho) e vários quadros a óleo sobre madeira, distribuídos pelas capelas da nave, que merecem especial atenção.

No início do século XX, por intervenção da Prefeitura local, o conjunto teve demolida grande parte das ruínas do convento.



Arquivo SPHAN



Arquivo SPHAN

IGREJA DA CONGREGAÇÃO MARIANA

Apesar das obras de emergência realizadas pela SPHAN, há três anos, salvando-a do total arruinamento devido ao desabamento de sua cobertura, a Igreja da Congregação Mariana encontra-se em precário estado de conservação e vem merecendo da 4ª Diretoria Regional estudos detalhados objetivando sua completa restauração.

Nem mesmo o decreto da Prefeitura Municipal de Recife que a inscreve na Zona de Preservação Rigorosa 4 — o que garante a manutenção das características gerais do conjunto, mesmo não sendo tombado — colaborou para a melhor conservação do templo, fechado há mais de 10 anos e sendo utilizado, indevidamente, como depósito, pelos camelôs da rua Duque de Caxias, o que acelerou sua deterioração.

Caracterizada pela simplicidade de suas linhas, a Igreja possui um frontão de curvas e contracurvas, portas almofadadas com cercadura em cantaria e janelas cujas aberturas correspondem às dos vãos das portas. A porta principal é encimada por um frontão sincopado em massa, tendo, no centro, um vaso de flores do mesmo material.

Seu interior foi descrito por Pereira da Costa da seguinte forma: "O templo é efetivamente pequeno, tem um só púlpito e três altares, o da padroeira Nossa Senhora da Conceição, na capela-mor, e dois lateralmente dispostos, no extremo da nave, dedicados a São João um e a Santo Antônio outro. O corpo da capela, a sacristia e os corredores são revestidos de uma barra de azulejos que parecem antigos e muito bem conservados, e no forro do coro se vê um grande painel sacro de boa pintura."

Junto à capela-mor, existe um sarcófago, coberto com grande laje de mármore branco, onde repousam os restos mortais de Coelho Lemos, sua mulher e seus descendentes.

A Igreja data de 1708 e foi fundada pelos jesuítas, que a entregaram a uma administração leiga. Quando da expulsão dos padres, foi confiscada e fechada ao culto, incorporando-se ao patrimônio real.

Em 1760, embora sua guarda tenha passado à Irmandade da Misericórdia, continuou com as portas fechadas até 1791.

Já em 1838, foi doada pelo Governo à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se na única igreja brasileira administrada pela Congregação Mariana.

COLÉGIO E CONVENTO DE SANTA TEREZA

Cumprindo uma promessa feita em 1645, no Monte das Tabocas, o Mestre de Campo e General João Fernandes Vieira mandou erigir, à entrada da cidade de Olinda, uma capela, em devoção a Nossa Senhora do Desterro, cuja data de construção não se sabe precisar.

Em 1686, chegaram ocasionalmente a Recife os Terésios — Carmelitas Descalços. Na ocasião, o povoado enfrentava grave epidemia e eles atenderam tão prontamente à população que conquistaram sua simpatia. Instalados pela administração da Câmara de Olinda junto à igrejinha de Nossa Senhora do Desterro, acabaram por construir o convento onde se fixaram.

A Igreja, de cobertura piramidal, possui uma frontão triangular brasonado, encimando por uma cruz e pináculos. Apresenta uma das torres ligeiramente recuada. Na fachada principal, entre as janelas do coro, encontra-se enorme nicho com frontão sincopado. Na parte inferior, a fachada é constituída por uma galilé com três arcos. Os forros da nave e da capela-mor possuem valiosa pintura. Belíssimos azulejos policromados, do final do século XVII, retratando a vida de Santa Tereza, revestem a base das paredes laterais.

Atualmente ocupado pelas Irmãs de São Vicente de Paula, o monumento, de propriedade da Santa Casa de Misericórdia, encontra-se em precárias condições, necessitando de restauros.

Fronteiro ao Convento, ergue-se um cruzeiro de pedra com inscrição de 1731. Em seu interior, encontram-se imagens e alfaias religiosas de grande valor artístico.

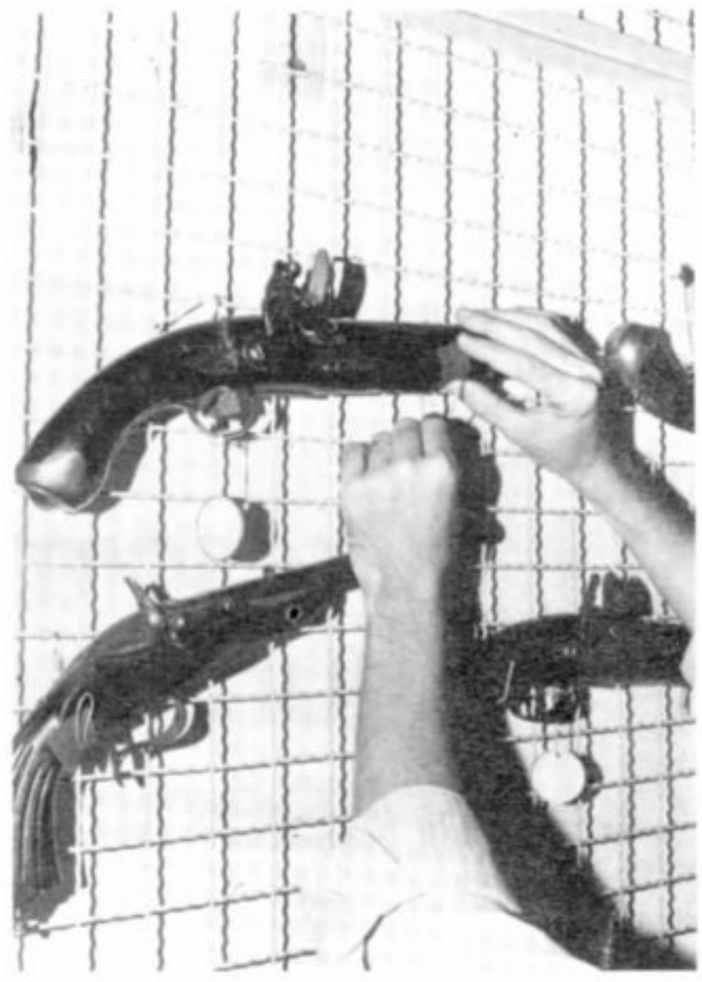


Março/Abril 1984

SPHAN 29

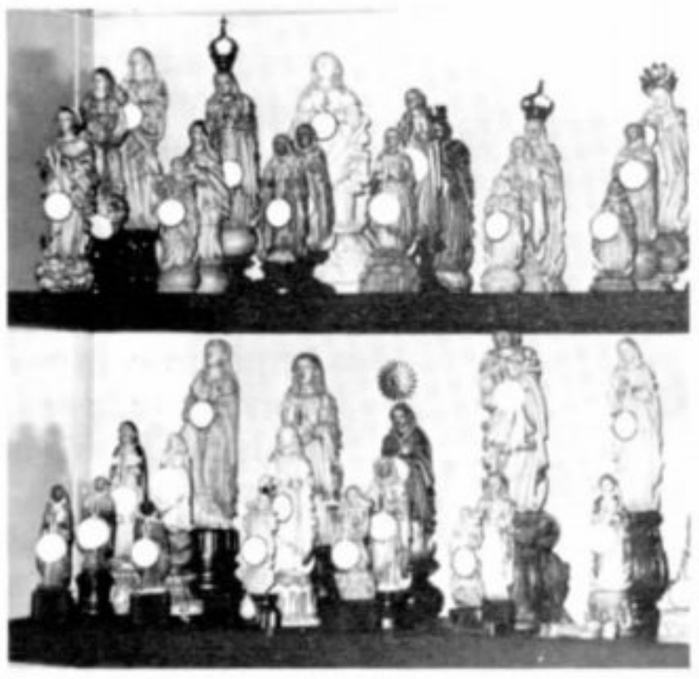
*pró*Memória

Museu Histórico Nacional inaugura reserva técnica



O Museu Histórico Nacional dispõe agora de ampla área adequada ao armazenamento do acervo que não está exposto à visitação. Foi inaugurada a **Reserva Técnica nº 1**, considerada, em sua categoria, a mais bem aparelhada da América Latina.

Com a conclusão dessa etapa do projeto de **Obras Gerais de Restauração, Recuperação, Adaptação e Instalações**, o Museu Histórico Nacional soluciona o problema relativo à preservação de bens históricos e/ou artísticos que integram seu acervo.



Solução definitiva

Criado em 1922, o Museu Histórico Nacional recebeu coleções que se encontravam depositadas em várias instituições. O acervo — o maior do Brasil — já atingiu 132 mil peças, abrangendo gêneros como armaria, condecorações, escultura, filatelia, indumentária, cerâmica, vidraria, medalhística, pintura, prataria e meios de transporte. Não se incluem nesse número documentos, muitos deles manuscritos, e obras impressas existentes no Arquivo Histórico e na Biblioteca do Museu.

Esse precioso acervo sempre foi armazenado em locais pouco adequados à sua perfeita conservação e que não permitiam uma rápida localização quando da montagem de exposições itinerantes ou temporárias ou ainda para a rotatividade com peças colocadas no circuito permanente de exposição.

No projeto de **Obras Gerais** foram previstas duas áreas para a instalação de Reservas Técnicas. A primeira, inaugurada no dia 4 de abril pelo Secretário da Cultura, Marcos Vilaça, tem 509 metros quadrados, onde foram montados equipamentos especialmente projetados e construídos em função do acervo do Museu Histórico Nacional. Nas obras civis e equipamentos foram investidos 83 milhões de cruzeiros.

A altura do pé direito da área (5 metros e meio) possibilitou a montagem dos equipamentos em dois níveis, duplicando a capacidade de armazenamento, com o aproveitamento do espaço vertical. Ao todo, existem dez tipos diferentes de equipamentos. Há armários com gavetei-

ros, destinados a pequenas peças; armários revestidos com feltro, para armazenar porcelana e cristais; rolos para materiais têxteis (tapetes e bandeiras); trainéis móveis, onde são afixados quadros e trainéis fixos, onde ficam armas.

A complexidade da Reserva Técnica espelha a diversidade do acervo do Museu Histórico Nacional. Há peças dos mais variados formatos, desde um minúsculo **biscuit** ao quadro de grandes proporções, construídas com diferentes tipos de matérias-primas, como tecido, gesso, prata, ouro, marfim, porcelana, madeira e de diversos gêneros. Está planejada uma segunda Reserva Técnica, destinada exclusivamente ao mobiliário.

Conservação e localização

Atualmente, está sendo realizada a transferência de peças dos antigos depósitos para a nova Reserva Técnica. É um trabalho demorado e paciente, pois cada item precisa ser cuidadosamente examinado.

Numa sala de apoio, técnicos e estagiários verificam o material. Constatado algum problema que possa ali mesmo ser solucionado — por exemplo, uma higienização ou fumigação — o trabalho é imediatamente realizado, entrando a peça para a Reserva Técnica. Caso contrário, vai para o Laboratório de Conservação e Restauração.

Quando há necessidade de retirar peças para determinada exposição, a mesma verificação é feita. Se houver necessidade de algum reparo, novamente é acionado o Laboratório. Com os cuidados e técnicas apropriados, agora utilizados, raramente isto acontece.

Inúmeros detalhes são observados para a perfeita conservação do acervo. As armas — sabres, espadas, alabardas — não ficam em contato direto com o gancho de metal que as prende aos trainéis. A solução, simples, é revesti-las com feltro, nos pontos de contato, para evitar qualquer possibilidade de oxidação. Os armários destinados ao vestuário têm frestas pelas quais é feita a renovação do ar e, também, a fumigação periódica de substância destinada a evitar a proliferação de insetos.

Para possibilitar a rápida localização há, em cada equipamento, um referencial, o mesmo acontecendo em cada peça. No sistema de catalogação geral do Museu esses referenciais são citados em todos os meios de entrada no sistema. Quando se deseja observar determinada peça, basta localizá-la a partir da consulta ao sistema de catalogação que informará o equipamento em que se encontra e, deste, qual a peça descrita na catalogação.

A Reserva Técnica é um local de trabalho que o visitante do Museu nem imagina existir. Entretanto, é com base numa bem organizada Reserva Técnica que um museu — qualquer que seja a sua especialidade e dimensão — pode organizar exposições, manter preservado o seu acervo e dar atendimento a todas as solicitações de pesquisa. É justamente o que o Museu Histórico Nacional está fazendo, de maneira mais eficiente, desde abril.

Opinião

Crescimento urbano e preservação (**)

Glauco Campello(*)

Pouca gente percebe a verdadeira importância da preservação de um edifício antigo, de uma paisagem ou de um ambiente tradicional.

Que sentido terá essa preservação? Em que ela nos pode ser útil?

Mesmo quando compreendemos a necessidade de resguardar nossa identidade cultural, é muito difícil explicar o sentido exato da preservação dos monumentos, num determinado contexto urbano. É difícil explicar a utilidade em preservar as características de um ambiente cultural ou histórico. E ainda mais difícil e complicado é discernir o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.

Esse problema apresenta duas faces. Uma corresponde aos interesses do desenvolvimento, das forças que impõem o progresso e a modernização; a outra corresponde aos interesses da preservação, das forças que resistem à descaracterização e que impõem a permanência dos valores da cultura e da tradição.

Trata-se, pois, de encontrar um equilíbrio aparentemente viável para um conflito cujas causas sabemos profundas e complicadas.

Num texto recente(*Rio, de Província a Metrópole*), Oscar Niemeyer nos dá a chave para uma das explicações possíveis desse conflito. Sem descurar a complexidade inerente ao processo de evolução das cidades, Oscar nos propõe de saída uma aparente contradição: ao lembrar o Rio antigo, não como um passatempo saudosista, mas como uma forma de rever a cidade, ele lamenta que não tenha havido uma atitude voltada para o futuro. E acrescenta: "Muita coisa não teria sido esquecida, nem sua transformação crivada de desacertos e a cidade desfigurada para sempre."

Eis aí o cerne de uma visão lúcida e construtiva do problema da preservação do ambiente cultural e natural e do conflito entre desenvolvimento e preservação.

É claro que no seu livro sobre o Rio, Oscar não se limita a analisar o conflito: aborda os demais problemas do desenvolvimento da cidade, numa visão abrangente e pessoal. Mas é esse aspecto importante que nos interessa, quando nos propomos a examinar as questões relacionadas com a proteção e conservação de nossos monumentos, o cultivo de nossas tradições e, em última análise, a defesa da qualidade de vida da nossa cidade.

Passado e Futuro

Analisemos essa reflexão dinâmica que Oscar nos propõe, cujo enunciado pode ser o seguinte: para não esquecer o passado (ou não apagá-lo), é preciso haver uma atitude voltada para o futuro; ou, invertendo os termos, para preparar o futuro (do Rio) é necessário lembrar (e rever) a cidade antiga. A partir da contraposição passado e futuro, cuja síntese só pode ser elaborada no presente, passa a ter novo sentido a luta pela preservação dos valores da nossa cultura, da nossa paisagem e das nossas tradições.

O próprio Oscar enumera e analisa os casos em que o desprezo e o desrespeito aos valores do passado conduziram aos desacertos e à desfiguração da cidade. Os bairros antigos, hoje superlotados, sepultados sob a avalanche das novas construções; o desaparecimento das grandes manchas verdes dos quintais que cercavam as casas, sem que outras áreas viessem substituir esta exigência elementar de qualquer cidade; a Lapa quase esmagada pelos prédios enormes que a queriam realçar; o Centro do Rio quase destruído, com suas ruas entupidas de gente e de automóveis; o sistema viário que,

ao invés de se implantar junto aos morros, sem cortar a ligação com as praias, superpôs-se aos percursos à beira-mar, transformando estas vias, adequadas à escala do tráfego de antigamente, em autopistas; Botafogo, transfigurado em corredor entre a Zona Sul e o Centro, perigosamente ameaçado pelo adensamento das novas construções; São Conrado de hoje, um descalabro, onde há muito tempo atrás o projeto do Hotel Nacional foi uma ligação fugaz de integração entre uma construção moderna e a paisagem. "Nem as montanhas escaparam, e a linha barroca e magnífica" de seu perfil ficou escondida pelas novas construções inadequadas.

Revitalização e Desenvolvimento

Aí está o sentido da luta pela preservação de nossos bens culturais e aí estão enunciadas também as causas do conflito entre desenvolvimento e preservação: "a inércia do homem e a competição capitalista", nas palavras de Oscar.

Por que restaurar e preservar o Paço Imperial da Praça XV, a primitiva Câmara do Comércio de Grandjean de Montigny, ou o edifício do Ministério da Educação? Por que estabelecer critérios restritivos para as construções nas imediações desses monumentos e por que apoiar e incentivar o projeto da Prefeitura para o Corredor Cultural e o da SPHAN para a área em torno do Morro da Conceição? E como proceder nestas ações de restauração e preservação? Que significado podem ter? Em que tudo isto pode ser útil à cidade em que vivemos?

É que a restauração desses monumentos, ou a proteção das áreas que queremos preservar, pode significar a recuperação de valores que induzem a um desenvolvimento urbano orgânico e harmonioso, sem desfigurações ou desacertos. Não se trata de olhar o monumento como objeto sacralizado, mas de sua revitalização, através de nova função social, e de sua integração no contexto urbano. Dentro desta perspectiva, o monumento restaurado ou o ambiente cultural revitalizado passam a ser um foco gerador e disciplinador do crescimento da cidade. E isto é lógico e útil.

É Oscar quem noz diz: "O passado sempre ensina muita coisa... Não desejaria que o Centro do Rio fosse tratado como um museu e não acompanhasse a urbanização vertical inevitável, mas que seu ambiente tradicional fosse preservado e, fora dele, criado um setor de trabalho dinâmico, espetacular. Se tal coisa tivesse ocorrido aos donos da cidade, o Rio teria mantido o clima de intimidade que o caracterizava... faltou um pouco de amor pela memória da cidade... um plano que preparasse o Rio para a transformação em curso."

O caso do Paço Imperial

Quando nos propomos a restaurar, por exemplo, um edifício como o Paço Imperial da Cidade, não é só a recomposição de sua feição original de monumento arquitetônico representativo da cultura luso-brasileira, ou o respeito ao seu significado histórico como sede do governo da Colônia, do Reino e do Império, que desejamos restabelecer. O Paço, com a sua praça de hoje, o antigo Rossio do Carmo, foi um ponto importante em torno do qual se desenvolveu o centro histórico da cidade. Em torno desse logradouro à beira-mar — o Terreiro do Polé, hoje Praça XV — restaram ainda algumas das edificações mais importantes da época em que se formou a nossa cidade e trechos que guardam o traçado peculiar de um Rio Antigo, acolhedor e cheio de mistérios. São esses valores de um espaço urbano que se estruturou no passado, que desejamos recuperar, ao mesmo tempo que nos dispomos a restaurar o Paço. Estamos certos de que as características de alguns conjuntos de edificações, correspondentes a um momento de nossa evolução cultural, podem ser ainda hoje gratas à nossa sensibilidade.

Mas não basta restaurar o edifício do Paço. Assim como a Praça, ele deve ser devolvido à população, seu verdadeiro dono. Seus pátios serão livremente percorridos pelos pedestres. Caminhando pela Praça, poder-se-á passar por dentro do edifício, visitando suas instalações e informando-se sobre sua vida, história e significado cultural. A revitalização do Paço, com a instalação de atividades culturais e de órgãos técnicos da Secretaria de Cultura do MEC, galerias, lojas, livrarias, etc., envolve o respeito à utilização viva e diversificada da Praça, isto é, o tipo de uso e programas espontâneos ali desenvolvidos hoje: feiras de livros, artesanato, o caminho de multidões apressadas rumo às barcas, o mercado de peixe, bares e restaurantes, o comércio de artefatos de pesca, os edifícios comerciais, a Assembléia Legislativa e a Bolsa de Valores.

Recuperação Criativa

As peculiaridades das estruturas arcaicas podem ser recuperadas de forma criativa, incorporando-se às novas atividades sociais da cidade. E, o que é mais importante, esse procedimento se constitui na garantia de que o desenvolvimento urbano se fará de modo coerente, incorporando à vida contemporânea os valores de nossa trajetória histórica e cultural. Não se teriam assim as intervenções desastrosas, como aí mesmo na Praça XV, onde a construção de um viaduto cortando a vista para a baía desfigurou um longo e precioso trecho da cidade.

Resta ainda o outro lado da questão: disciplinar as novas construções nas imediações dessa área, harmonizá-la com o tecido urbano antigo, ou, de forma mais real, com a situação concreta correspondente à sua feição atual. Não se pode tolher o progresso e o desenvolvimento da cidade, mas é claro que para tanto tem-se de inverter a tendência de um desenvolvimento baseado exclusivamente no consumismo e no lucro. Em vez de admitir que a especulação domine completamente o centro histórico da cidade, tem-se, pelo contrário, de lutar para que um desenvolvimento cultural de sentido mais humano venha incorporar ao seu processo as vantagens da preservação.

Esta é a lição que transparece no que Oscar escreveu: a preservação de nossa identidade cultural se processa a partir de um desenvolvimento autêntico, voltado para o homem. Ao lado de seus belos e extraordinários projetos, Oscar nos oferece rica matéria para reflexão com este pequeno volume, despretensioso, sobre o Rio.

Texto apresentado em mesa redonda realizada no MAM *por ocasião da* Exposição Oscar Niemeyer, *em junho de 1983.(* *)*

Glauco Campello é Arquiteto e Diretor da 6ª DR/SPHAN/ próMemória(*)

permitam-me a ousadia de uma síntese, tomando de empréstimo os versos do poeta brasileiro Chico Buarque de Holanda, em seu "Fado Tropical":

> Avencas na caatinga, alecrins no canavial.
> Licores na moringa, um vinho tropical.
> .....
> Guitarras e sanfonas,
> Jasmins, coqueiros, fontes,
> Sardinhas, mandiocas,
> Num suave azulejo.
> E o Rio Amazonas, que corre trás-os-montes.
> E numa pororoca, desagua no Tejo.

Jornadas Luso-Brasileiras



Realizadas de 12 a 16 de março de 1984, as *Jornadas Luso-Brasileiras de Patrimônio* reuniram na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa (Portugal), cerca de 200 especialistas brasileiros e portugueses, além de participantes de outros países de influência cultural portuguesa, como Angola, Moçambique, Goa, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.

O objetivo das Jornadas foi promover um encontro de técnicos que trabalham na área de preservação, em Portugal e no Brasil, e proporcionar uma troca de experiências entre países de mesma origem cultural.

O Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, representando a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, expressou, em trecho de seu discurso, sua satisfação com a ocorrência do evento: "(...) Registro a extrema oportunidade destas Jornadas. Explico o motivo: falar das relações históricas, do carinho e afeto entre Portugal e Brasil, é desnecessário — está na língua, na herança, no jeito de ser. Está,

Da programação do encontro constaram temas como: instrumentos administrativos de salvaguarda do patrimônio edificado; filosofia das intervenções de salvaguarda; aglomerados históricos e tradicionais e respectivo ambiente envolvente face ao desenvolvimento e evolução social; enquadramento e participação das populações na salvaguarda do patrimônio edificado comum.

Em entrevista concedida ao **Boletim**, o arquiteto Cyro I. Corrêa de Oliveira Lyra, presente ao encontro, faz um resumo do que foram as **Jornadas Luso-Brasileiras de Patrimônio:**

"Houve, com a proposta de organização das Jornadas, uma vontade mútua de conhecer o que se faz no Brasil e em Portugal, em termos de preservação do patrimônio."

Foi importante para os participantes constatar que os dois países têm experiências diversas e, ao mesmo tempo, coisas para ensinar um ao outro. Soubemos, por exemplo, que a área do patrimônio de Portugal é tratada por mais de um órgão — Direção Geral dos Monumentos e Instituto Português Cultural — de Ministérios distintos, enquanto no Brasil o assunto é cuidado por apenas um, o MEC. O fato causa alguns problemas aos portugueses, pois a integração ministerial é muito difícil na prática. Interessante também é que eles não possuem o tombamento de conjunto; somente são tombados edifícios isolados.

"Para nós brasileiros, foi bom ver como é importante a atuação dos municípios, através das Câmaras Municipais. Lá, as decisões, neste campo, são tomadas pelas Câmaras, e não pelos órgãos federais."

Dentre as coisas que despertaram a curiosidade dos portugueses está a experiência de São Paulo: uma cidade com população equivalente à de Portugal. Eles se mostraram admirados com o trabalho gigantesco que, no Brasil, um país várias vezes superior em área geográfica, vem sendo desenvolvido.

O trabalho desenvolvido na Cidade do Porto, no entanto, causou grande interesse aos participantes brasileiros. Trata-se de algo da maior relevância, pois partiu de um interesse local, surgiu de uma preocupação a nível municipal, que colocou o problema da conservação integrado ao desenvolvimento social. Preserva-se uma obra ao mesmo tempo que se tem a preocupação com a melhoria das condições de vida da população. Ali se desenvolvem, ao mesmo tempo, um trabalho de preservação e ações de engenharia sanitária. "Assim, promove-se socialmente uma comunidade e ainda preserva-se um conjunto", esclarece o Dr. Cyro Corrêa.

Na opinião do técnico brasileiro, algumas falhas prejudicaram o perfeito andamento das Jornadas: a pequena participação dos representantes de outros países no evento; o tempo dedicado aos debates após as comunicações, que, por ter sido pequeno, levou a conclusões óbvias, determinando atuações conhecidíssimas nos vários documentos que tratam do tema Patrimônio.

Sobre uma legislação única para preservação, que se pretendia chegar ao final das Jornadas, o Arquiteto comenta: "Nunca chegaremos a uma legislação única porque são dois países diferentes, com sistemas governamentais distintos. Portugal tem uma história de preservação diferente da nossa. O que devemos é procurar conceitos comuns, maneiras consensuais de abordar o problema. Devemos procurar discutir o assunto."

NOTICIÁRIO

Bate o sino da consciência



O acervo artístico, histórico e cultural do país, tantas vezes ameaçado, recebeu importante reintegração de seu patrimônio. Trata-se de um dos sinos da Matriz de Nossa Senhora da Conceição dos Militares, de Recife, que, vendido imprudentemente como sucata pelo Presidente de sua Irmandade ao Grupo paulista METALUR, acabou devolvido.

O sino, fundido em bronze entre 1804 e 1805 pelo mestre Manoel Vicente da Siqueira, pertencente ao Museu de Arte Sacra da Matriz da Conceição dos Militares, voltou a reintegrar seu acervo, graças à sensibilidade do Sr. Arthur Vincintin Neto, Diretor-Presidnte do Grupo. O fato é que nossas igrejas, museus e monumento sofrem a cada dia desfalques, os mais diversos, que vão desde as vendas ilícitas até o furto puro e simples.

Nem sempre o final é feliz, pois nossos bens culturais, patrimônio de todos, acabam, invariavelmente, virando peças valorizadíssimas de antiquários e coleções particulares.

No caso do sino da Conceição dos Militares, além do bom senso, pesou o fator sorte, porque esteve para ser refundido, quando surgiu um colecionador que, reconhecendo o valor da peça, fez seguidas ofertas, despertando assim a atenção do Sr. Vincintin. Diz ele: "Meu pessoal tem orientação para me comunicar toda vez que, em algum lote de sucata adquirido, exista alguma peça decorativa, escultura, etc., pois, às vezes, somos procurados por decoradores, e esse tipo de venda pode ser economicamente mais vantajoso".

"Veja bem", explica o empresário, "apesar de em toda compra de sucata sermos obrigados, por legislação, a fazê-la com nota fiscal, é praticamente impossível sabermos se é roubo ou não. Mas a insistência do tal colecionador me levou a desconfiar das possíveis origens do sino, o que acabou ficando confirmado com a intimação da Polícia Federal para que prestasse depoimento acerca do bem em questão."

"A seguir", continua, "foi só cumprir os trâmites legais e devolver o sino à Irmandade, apesar da minha condição de empresário e do prejuízo financeiro que a transação acarretou. Mas posso garantir que me sinto recompensado e com a consciência tranqüila."

A bem da verdade, é com esse tipo de acontecimento que nos deparamos no dia-a-dia da difícil missão de preservar e conservar os bens culturais em prol da Memória Nacional.

Exemplo de amor à arte — compreendido como um direito de todo cidadão, e não apenas de uma seleta minoria de colecionadores — e espírito de preservação de nosso acervo artístico, histórico e cultural, dados pelo Sr. Arthur Vincintin Neto, lamentavelmente escassos, merecem reflexão sobre a parcela de responsabilidade de cada um, sendo oportuno lembrar o pensamento de Aloísio Magalhães: "A comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio."

Diamantina Tiradentes e Serro

Já estão operando normalmente nas cidades de Diamantina, Tiradentes e Serro as equipes de obras urgentes implantadas pela 7ª Diretoria Regional da SPHAN/Fundação Nacional próMemória, com sede em Belo Horizonte.

Segundo o diretor do órgão, Dimas Dario Guedes, essas equipes foram montadas com o mesmo espírito do Programa de Preservação que vem sendo executado em Ouro Preto e Mariana, em convênio com a Universidade Federal de Ouro Preto.

Constituídas por engenheiros, arquitetos, mestres de obras e operários, as equipes estão atuando, a exemplo do que ocorre em Ouro Preto e Mariana, de forma preventiva na conservação dos monumentos tombados nos municípios históricos mineiros, podendo ainda orientar, prestar serviços diversos e até fornecer material de construção e tintas para proprietários de baixa renda que não dispõem de recursos suficientes para a manutenção de seus imóveis.

Durante o ano de 83, a equipe de obras urgentes de Ouro Preto e Mariana executou 20 obras nas duas cidades e ainda em Ouro Branco, Tiradentes, Raposos e Sabará. Desse total, 12 foram realizadas em Ouro Preto: revisão do telhado da igreja de Nossa Senhora do Carmo; reforma da cimalha externa, revisão do telhado e reforma do muro da igreja de Bom Jesus; reforma geral da rede elétrica, pintura geral, revisão do telhado, portas e janelas da igreja do Padre Faria; revisão do telhado da igreja de Nossa Senhora do Rosário; reforma geral da rede elétrica da igreja das Dores; e reformas na fachada, telhado e pintura de mais sete casas localizadas nas ruas 13 de maio, nº 85, Conde de Bobadela, nºs 14 e 40, Conselheiro Quintiliano, nº 138, Maciel, nº 41, Alvarenga, nº 526 e Largo Marília de Dirceu, nº 19.

Duas obras ainda estão em andamento em Ouro Preto: reforma geral do telhado e pintura, na igreja das Mercês e Perdões, e reforma geral do telhado, na igreja de Monsenhor Horta, que está sendo feita em convênio com a Prefeitura Municipal de Mariana e o IEPHA/MG.

As seis obras restantes referem-se a reformas na rede elétrica da igreja das Mercês, em Tiradentes; revisão do telhado, limpeza do forro e colocação de rufo, na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Raposos; alvenaria e revisão do telhado, na igreja Matriz de Santo Antônio, de Ouro Branco; e reforma geral da rede elétrica, limpeza do telhado e remendos na alvenaria, da Igreja de São Francisco em Mariana, onde foi realizada também a reforma na fachada de propriedade particular, localizada na rua Dom Silvério.

MHN/Reserva técnica

O Museu Histórico Nacional reservou as segundas-feiras, das 10 às 12 horas, para receber grupos de técnicos e universitários interessados em conhecer a Reserva Técnica nº 1. Para tanto, é indispensável marcar a visita com antecedência junto à Coordenadoria de Tratamento Técnico do Acervo do MHN, pelo telefone 220-9706. O Museu fica na Praça Marechal Âncora, s/nº, Rio de Janeiro.

NOTICIÁRIO

Encontro marcado

Preservar e difundir, através de vídeo-teipe, a memória das classes criadoras culturais, abrindo a oportunidade de contato direto do público leitor com o criador, é o objetivo principal do projeto *Encontro Marcado*.

Desenvolvido pela Fundação Nacional próMemória, através do Museu Nacional de Belas Artes, desde maio de 1983, *Encontro Marcado* consiste na realização de documentários, com duração média de meia hora, revelando o *habitat*, o processo de criação literária e opiniões pessoais de expressivos escritores vivos do Brasil — Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Antonio Torres, Autran Dourado, Nélida Piñon, Ferreira Gullar, Lygia Fagundes Telles, Gilberto Freire, Josué Montello, Jorge Amado, entre outros.

Colocado em prática, inicialmente, em universidades de cinco cidades brasileiras — Brasília, Belo Horizonte, Recife, Curitiba e Campinas — o projeto, que está em franca ampliação quanto ao número de escritores participantes e aos locais de exibição, assumiu características de *show* mensal, precedido de palestra, quando o escritor focalizado fica à disposição da platéia para um diálogo informal.

Tais documentários — cujas cópias dos temas, em videocassete, podem ser obtidas, diretamente no Museu Nacional de Belas Artes, por entidades educacionais e culturais do Brasil e do exterior — objetivam a preservação da memória audiovisual de personalidades da Literatura Brasileira.

Realizado com o apoio cultural da IBM e o apoio técnico da FUNTEVÊ, o projeto foi assim analisado pelo escritor Antonio Torres: "A apresentação de VT cria um elo novo entre o criador e o leitor. Seu tempo de duração é o ideal, não satura. Nos debates, que vêm sendo bastante descontraídos, surgem perguntas interessantes que variam desde a construção dos personagens e assuntos pessoais até a discussão dos problemas da área editorial."

A freqüência é maior por parte de estudantes, professores universitários e escritores, o que vem possibilitando a utilização do evento para complemento de aulas e integração da classe, não só com o público leitor, mas também entre si.

"Em um país onde se faz tão pouco pela Literatura, vem sendo surpreendente a quantidade de pessoas que conhece as nossas obras, nos mínimos detalhes. É importante e extremamente necessário que exista um espaço desse tipo para os autores novos ou consagrados", concluiu o escritor.

N.S do Rosário de Diamantina

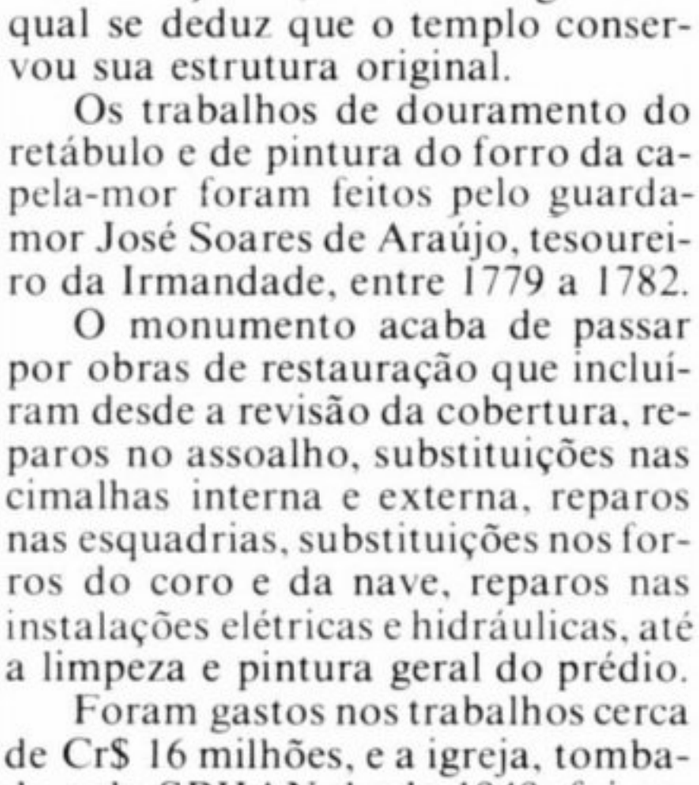
Erguida em 1731, com recursos doados pelo sargento-mor Manuel da Fonseca e Silva, a capela primitiva de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Arraial do Tijuco, em Diamantina, conservou-se sem alterações até 1770. A partir de 1771, os irmãos do Rosário começaram a cuidar da "obra do corpo da igreja", firmando, em 1772, com o mestre Manuel Gonçalves, contrato segundo o qual se deduz que o templo conservou sua estrutura original.

Os trabalhos de douramento do retábulo e de pintura do forro da capela-mor foram feitos pelo guarda-mor José Soares de Araújo, tesoureiro da Irmandade, entre 1779 a 1782.

O monumento acaba de passar por obras de restauração que incluíram desde a revisão da cobertura, reparos no assoalho, substituições nas cimalhas interna e externa, reparos nas esquadrias, substituições nos forros do coro e da nave, reparos nas instalações elétricas e hidráulicas, até a limpeza e pintura geral do prédio.

Foram gastos nos trabalhos cerca de Cr$ 16 milhões, e a igreja, tombada pela SPHAN desde 1949, foi entregue à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que deverá se responsabilizar por sua manutenção e guarda.

Arquivo SPHAN



III Concurso Internacional de Violão

Dando continuidade à série de eventos em homenagem ao 25º aniversário de falecimento de Heitor Villa-Lobos, o Museu Villa-Lobos promoverá, de 16 a 26 de novembro, na Sala Cecília Meireles, gentilmente cedida pela Fundação de Artes do Rio de Janeiro — FUNARJ, o III Concurso Internacional de Violão.

Além da obra de Villa-Lobos, o evento incluirá, obrigatoriamente, outros compositores brasileiros. Cada país poderá se fazer representar por um ou mais concorrentes, sem limite de idade, não sendo permitida, entretanto, a execução de arranjos e adaptações.

Incrições

As inscrições serão feitas pessoalmente ou por correspondência, impreterivelmente até o dia 20 de agosto, no Museu Villa-Lobos — Rua da Imprensa, nº 16 - 9º andar - Rio de Janeiro — RJ — CEP 20030, mediante pagamento da taxa de Cr$ 5.000,00.

Cada concorrente preencherá um formulário fornecido pelo Museu onde, além dos dados pessoais, serão registrados os títulos das obras escolhidas para a semifinal.

Prêmios

O III Concurso Internacional de Violão, que será dividido em três etapas — Eliminatória, Semifinal e Final —, contemplará os vencedores com os seguintes prêmios: *Prêmio Villa-Lobos* — Cr$ 2.000.000,00 — Medalha Vermeil e Diploma; *Prêmio Turibio Santos* — Cr$ ..... 1.500.000,00 — Medalha de Prata e Diploma; *Prêmio Julian Brean* — Cr$ 1.000.000,00 — Medalha de Bronze e Diploma; e *Menção Honrosa* — Medalha de Bronze e Diploma.

Os seminifalistas receberão certificados e, caso haja interesse de empresários ou entidades artísticas, fica facultada aos vencedores a participação em quaisquer atos públicos, independente da autorização ou responsabilidade do Museu.

Para maiores informações e conhecimento do regulamento completo do Concurso, os interessados deverão se dirigir ao Museu Villa-Lobos ou efetuar consultas através do telefone (021) 220-2139.

NOTICIÁRIO

Férias no parque

Várias atividades sobre o Catete estão sendo preparadas para os participantes do projeto *Férias no Parque*, com a exploração dos aspectos históricos e paisagísticos do bairro no período republicano.

Dessa forma, o público infantil tem um encontro marcado com o Museu da República entre os dias 16 e 31 de julho, quando, através de um diversificado e alegre programa, receberá informações educativas e culturais sobre esse tradicional bairro carioca. O objetivo do projeto — a ser realizado durante a colônia de férias — é o desenvolvimento do senso de observação, o estímulo ao trabalho em grupo, a descoberta de potencialidades artísticas bem como a integração social.

Curta metragem em Cachoeira

A *XIII Jornada Brasileira de Curta Metragem* terá como sede oficial a cidade histórica de Cachoeira, que se localiza a 120km de Salvador e possui um dos mais importantes conjuntos arquitetônicos do século passado. A Jornada, que se realiza pela segunda vez naquela cidade do Recôncavo baiano, acontecerá entre os dias 8 e 14 de setembro próximo, numa promoção da Universidade Federal da Bahia e Prefeitura Municipal de Cachoeira. Contará com o patrocínio da Embrafilme e Fundação Cultural do Estado da Bahia, o apoio da Bahiatursa/Emtur e a colaboração do Itamaraty, Fundação Nacional próMemória, Instituto Cultural Brasil-Alemanha, Clube de Cinema da Bahia, Fapex e outras entidades.

Como ocorreu no ano passado, quando a Jornada deslocou-se para o interior do Estado e teve excelente acolhida por parte da população cachoeirana, os promotores esperam repetir o êxito, caracterizado pelo clima de cordialidade e grande produtividade nos encontros e debates em que os cineastas discutiram importantes questões do filme cultural brasileiro e da valorização da produção cinematográfica.

A Jornada, que constitui um evento independente e competitivo, promoverá, além do Concurso de Filmes de curta e média metragens, competição de documentários de longa metragem e videocassetes. Serão também apresentadas mostras paralelas de filmes brasileiros e estrangeiros e uma programação especial dedicada ao público cachoeirano e das cidades circunvizinhas.

Além das exibições, a Jornada terá também o seu fórum de debates onde enfocará os filmes em concurso e os principais problemas que a classe cinematográfica vem enfrentando com a atual crise do cinema brasileiro.

A Jornada será enriquecida, este ano, com novos espaços para a sua programação. Na Pousada do Convento, os participantes encontrarão o espaço ideal para os simpósios e mesas redondas, quando serão discutidos vários aspectos da política cultural do cinema brasileiro.

Para os que preferem um espaço mais descontraído, haverá como novidade o Teatrinho de Arena do Museu da SPHAN, local apropriado para os debates e, nos momentos de lazer, para um animado samba-de-roda.

Inscrições

As inscrições já se encontram abertas e serão encerradas no dia 13 de julho próximo. Os cineastas poderão inscrever apenas um trabalho, que tenha sido concluído após o dia 1º de agosto de 1983 e esteja em consonância com o lema do evento: "Por um mundo mais humano".

A Coordenação da Jornada, de acordo com os critérios estabelecidos no regulamento, aceitará filmes realizados nas bitolas de Super 8, 16mm e 35mm e videocassetes de 3/4 polegadas, cujas cópias estejam em condições técnicas indispensáveis à uma boa projeção.

Os filmes e videocassetes enviados ao Concurso deverão ser acompanhados de ficha técnica, fotos, cartazes, sinopse ou qualquer outro material que possa servir de promoção ao trabalho; deverão ser remetidos para o seguinte endereço: XIII Jornada Brasileira de Curta Metragem, Rua Araújo Pinho, nº 32 — Canela, Salvador, Bahia - CEP 40.000.

A inscrição pode ser feita diretamente junto à Coordenação da Jornada, ou na sede e filiais da Embrafilme, nos vários Estados brasileiros, assim como nas cinematecas de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Pelo regulamento, que pode ser conseguido nas referências acima, a responsabilidade pela remessa do filme cabe a cada concorrente.

Projeto Memória



O *Projeto Memória*, campanha de doação de documentos referentes à preservação da memória das artes cênicas (teatro, dança, ópera e circo), criado pelo Instituto Nacional de Artes Cênicas — INACEN — está completando seis anos de atividades e comemorando 550 doadores.

As doações recebidas de herdeiros de artistas falecidos — Vianinha, Aurimar Rocha, Gastão Tojeiro, Nelson Rodrigues, Jaime Costa, Ziembinsky, entre outros — além de material jornalístico e pessoal de artistas contemporâneos, que já foram organizados, listados e encaminhados aos respectivos setores, contam 74.595 documentos diversos para o acervo de artes cênicas; 8.503 livros e impressos para a biblioteca; 22.178 fotografias e outros materiais iconográficos, perfazendo um total de 105.276 itens, já à disposição dos pesquisadores.

Os interessados em colaborar para a ampliação do acervo, através da doação de cartazes, programas de peças, fotos, revistas especializadas, noticiário de imprensa, edições raras e textos de peças não editadas de autores brasileiros, deverão providenciar o envio dos materiais, ou propostas, ao Centro de Estudos Nacional de Artes Cênicas — CENACEN. Campanha de Doação - *Projeto Memória* - Av. Rio Branco, nº 179 - 4º andar - CEP 20.040 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (021) 224-2356 ou à Representação do INACEN na Cidade de São Paulo - Rua Teodoro Baima, nº 94 - Vila Buarque - Teatro Experimental Eugênio Kusnet - CEP 01.220 - SP - Tel.: (011) 258-0530.

NOTICIÁRIO

Minas promove inventário

Quando a equipe da 7ª Diretoria Regional da Fundação Nacional próMemória, com sede em Belo Horizonte, chegou à capela de Nossa Senhora da Piedade, no bairro da Piedade, não esperava encontrar mais do que meia dúzia de imagens e alfaias, sem grande expressão artística. O forro da pequena capela havia desabado recentemente e era necessário fazer o cadastramento de seus bens móveis para removê-los durante as obras de restauração.

Após contato com os responsáveis pela manutenção e guarda da capela, foi iniciado o trabalho. De pronto ficou constatado, pela simples inspeção visual, que o número de peças era maior que o previsto e sua qualidade artística também excedia as expectativas. Somente dentro do monumento havia cerca de 15 imagens e alfaias de valor. Paulatinamente, outras peças importantes foram surgindo, trazidas por fiéis do bairro da Piedade, que as tinham em seu poder para maior segurança. No final do inventário foi constatada a existência de um total de 26 imagens e alfaias, muitas de inegável qualidade artística, como, por exemplo, uma Nossa Senhora do Carmo, de origem portuguesa, do século XVIII, em madeira policromada.

Conhecimento e Preservação

O caso da capela da Piedade é apenas um entre tantos que confirmam a importância da instrução regional nº 5, oficializada pela 7ª Diretoria em abril deste ano, segundo a qual toda e qualquer obra de restauração realizada pelo órgão em Minas será precedida de inventário completo dos bens móveis do monumento, tendo em vista o levantamento e a preservação do acervo histórico e artístico mineiro.

Embora Minas seja um dos Estados com o maior número de monumentos e bens tombados, até então não existia qualquer cadastramento dos bens móveis existentes nos sítios históricos, o que dificultava qualquer controle e fiscalização por parte do Patrimônio.

O inventário possibilitará à instituição o conhecimento amplo e detalhado das obras mineiras que importa preservar e tornará viável uma política de proteção eficaz contra furtos e alienações de caráter diverso. Além disso, concorrerá para a segurança dos bens, sempre que forem removidos para outros locais — por ocasião de intervenções e obras de restauração nos monumentos em que se encontram.

Até agora, a 7ª Diretoria Regional realizou levantamentos nas igrejas de Santo Antônio, de Itaverava — tombada recentemente; Nossa Senhora do Rosário, de Diamantina: Nossa Senhora da Piedade, de Ouro Preto; e Santo Antônio, de São Bartolomeu — distrito de Ouro Preto. Por outro lado, as igrejas de Santo Antônio, de Itatiaia, e São Caetano, de Monsenhor Horta — distrito de Mariana — já começam a ser inventariadas.

O inventário vem sendo realizado em ficha modelo, onde são lançadas informações completas sobre o bem, tais como: designação, espécie, época em que foi realizado, autor, material empregado, técnica utilizada, proprietário atual, origem ou procedência, estado de conservação, dimensões, localização no monumento e referências bibliográficas ou arquivísticas, além de duas fotografias de 9x13cm. Tão logo seja completado, a instituição religiosa responsável pelo monumento, bem como a Sede da SPHAN/Fundação Nacional pró-Memória, em Brasília, e a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no Rio de Janeiro, recebem cópias do inventário que é arquivado na 7ª Diretoria Regional, em Belo Horizonte.

Campos e cantos no parque

Desenvolvendo a proposta de integração Museu/comunidade, que procura estimular e reforçar contatos de todos os segmentos sociais com o parque integrante de seu patrimônio artístico, histórico e paisagístico, o Museu da República, localizado à Rua do Catete, s/nº - Palácio do Catete - Rio de Janeiro, estará promovendo eventos, todo primeiro domingo de cada mês, para divulgar aspectos da vida republicana.

No próximo dia 03 de junho, das 14 às 18 horas, o projeto *Campos e Cantos no Parque* focalizará a figura do Presidente Nilo Peçanha, homenageando também sua terra natal.

A atividade abrangerá diversos aspectos: exposição de peças e objetos alusivos à vida particular e oficial de Nilo Peçanha, pertencentes ao acervo do Museu da República; exposição fotográfica, com material cedido pela Prefeitura Municipal de Campos, Escola Técnica Federal e colecionadores, além de doces de fabricação local, que poderão ser adquiridos.

A Petrobrás mostrará, em maquete da bacia petrolífera de Campos, as principais plataformas de produção naquele Município.

Com entrada franqueada ao público, a exposição permanecerá aberta à visitação até o dia 10 de junho.

Villa Lobos

A National Academy of Recording Arts £ Sciences da Califórnia, através de seu comitê de 90 participantes, reconhecidos em todos os setores da arte do disco, escolheu, este ano, a gravação da *Ária* (*Cantilena*) *de Bachianas Brasileiras nº 5*, de Heitor Villa-Lobos, para o "Hall of Fame Award" — Special Citation.

O prêmio, instituído pelo National Trustes, desde 1973 homenageia anualmente os discos da primeira fase da indústria de gravação que tiveram significado qualitativo e histórico até 1958.

O troféu original, que ostenta os nomes de Heitor Villa-Lobos, premiado como regente e autor da obra, e de Bidu Sayão, premiada como intérprete, ficará permanentemente exposto na National Academy — Burbank — Califórnia.

SPHAN 29
*pró*Memória

NOTICIÁRIO

Memória cinematográfica



Com o intuito de preservar a memória cinematográfica brasileira, a EMBRAFILME firmou um acordo de prestação de serviços com a Fundação Casa de Rui Barbosa, que através de seu Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos, promoveu a restauração de 12 cartazes de filmes brasileiros: "Tesouro Perdido", 1927, de Humberto Mauro; "Onde a Terra Acaba", 1932, de Otávio Gabus Mendes; "Argila", 1940, de Humberto Mauro; "Corações Sem Piloto", 1944, de Luiz de Barros; "Romance Proibido", 1944, de Ademar Gonzaga; "Loucos Por Música", 1945, de Ademar Gonzaga; "Caídos do Céu", 1946, de Luiz de Barros; "Sinhá Moça", 1953, de Tom Payne e Oswaldo Sampaio; "Candinho, Ele Voltou", 1954, de Abílio Pereira de Almeida; "Angela", 1958, de Abílio Pereira de Almeida; "Fronteiras do Inferno", 1959, de Walter Hugo Khouri, e "O Assalto ao Trem Pagador", 1962, de Roberto Faria.

As técnicas utilizadas na época da composição das obras — litografia e zincografia — somadas ao estado de má conservação tornaram a restauração uma tarefa morosa, que exigiu grande habilidade profissional, demonstrada no excelente trabalho dos técnicos da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Museu Imperial I

Didática de Pesquisa é o nome do projeto experimental que está sendo desenvolvido pela Divisão de Documentação Histórica do Museu Imperial para alunos de 1º e 2º graus do Município de Petrópolis.

Dividido em três etapas, o projeto tem como objetivo básico desenvolver o hábito de pesquisa e consulta na Biblioteca e Arquivo.

A primeira etapa é apresentada aos alunos através de uma encenação feita pelos funcionários da Divisão, onde é mostrada a forma correta de utilização de livros e documentos.

A segunda etapa é o contato direto dos alunos com os livros e documentos, quando lhes são ministradas aulas práticas na Biblioteca e Arquivo. Ao chegar ao Arquivo, é explicado o manuseio correto de fichário, utilidade, organização e recuperação de informações contidas em fichas e, com um trabalho de recursos visuais, o que são documentos manuscritos e iconográficos e a importância de sua preservação. Na Biblioteca os alunos aprendem a fazer uma bibliografia de recortes de jornais, a manusear catálogos e saber a diferença entre dicionário e enciclopédia. Após a recepção das informações, é realizado um trabalho de grupo com os alunos, que consiste na pesquisa de livros bem como na transcrição e interpretação de textos de documentos históricos.

A etapa final é a avaliação da aprendizagem: correção dos trabalhos, com o objetivo de checar o desempenho dos alunos após os ensinamentos, e distribuição de questionários onde o próprio aluno avalia a qualidade da experiência realizada.

A idéia de realização do projeto *Didática de Pesquisa* surgiu da observação da dificuldade que os estudantes têm na utilização de livros e documentos da Biblioteca e Arquivo do Museu Imperial.

O projeto experimental, que teve início no mês de maio, irá se desenvolver por seis meses.

Museu Imperial II

Na visita que fizeram ao Museu Imperial, no dia 6 de abril, os Reis da Suécia, Carlos Gustavo e Sílvia, inauguraram a exposição "Memória de Pedro e Amélia", que reuniu jóias, móveis, documentos, fotos e roupas dos Imperadores. Na ocasião os Reis da Suécia doaram ao Museu um quadro a óleo, segundo o pintor alemão Dürck, do final do século, pintado em Munique, retratando a Imperatriz Maria Amélia — filha de D. Pedro I e D. Amélia.

Acompanharam a visita dos Reis ao Museu Imperial o Reitor da UFRJ, Adolpho Polillo, representando a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, e o Diretor do Museu Imperial, Lourenço Luiz Lacombe, entre outras autoridades e convidados.



CONVÊNIOS

1 Terá início a 2ª etapa das obras de restauração da Companhia Têxtil União Caxiense S/A, localizada em Caxias (MA). Com esse objetivo foi assinado convênio entre a próMemória e a Secretaria da Cultura do Estado do Maranhão, tendo como intervenientes a Secretaria da Cultura do MEC, através da SPHAN, e a Prefeitura Municipal de Caxias. Após a conclusão das obras, será instalado no local o Centro de Cultura de Caxias. A manutenção do monumento ficará a cargo da Prefeitura.

2 A Fundação Nacional próMemória e o Instituto Histórico de Olinda firmaram convênio com a finalidade de alocar recursos para a restauração do prédio onde funciona o Instituto, localizado à Avenida da Liberdade, nº 214, em Olinda, Pernambuco.

O Instituto Histórico de Olinda está encarregado da execução das obras e da aquisição do material necessário a realizá-las. À próMemória cabe a fiscalização do projeto.

3 A última etapa das obras de restauração da Catedral Basílica de Salvador (BA) ficou acertada em convênio firmado entre a Fundação Nacional próMemória e o Instituto do Patrimônio Histórico — IPAC. Atuaram como intervenientes a Secretaria da Cultura do MEC, através da SPHAN e a Arquidiocese de Salvador.

O monumento será utilizado para culto religioso e sua manutenção ficará a cargo da Arquidiocese.



4 A partir de convênio firmado entre a Fundação Nacional próMemória e a Secretaria da Cultura e Desportos do Estado de Goiás, tendo como intervenientes a Secretaria da Cultura, a Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento de Goiás (SUPLAN) e a Diocese de Porto Nacional, está sendo executada, desde abril, a primeira etapa das obras de restauração da Igreja Matriz de N.S. de Natividade (GO). O monumento foi construído em meados do século XVIII e é o mais antigo da cidade, estando sua estrutura abalada e em precárias condições de conservação. Após a restauração, a preservação do monumento caberá à Diocese.

5 Foi iniciado em abril passado, em Mato Grosso do Sul, o projeto de **Preservação para Aproveitamento Turístico das Grutas do Lago Sul e da Nossa Senhora Aparecida**, no Município de Bonito.

O projeto, elaborado e executado pela Empresa de Turismo de Mato Grosso do Sul, é fruto de convênio firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Social/MS e a Fundação Nacional próMemória.

6 Com a interveniência da SPHAN, foi assinado convênio entre a próMemória e a Fundação do Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco — FIAM para a realização da 2ª etapa do plano de **Preservação dos Sítios Históricos do Interior.**

7 Foi assinado no dia 29 de março passado convênio entre a Fundação Nacional de Arte, a Fundação Nacional próMemória, o Instituto Nacional de Artes Cênicas, a Empresa Brasileira de Filmes e a Secretaria de Estado e Cultura de Minas Gerais visando à realização do "Encontro Nacional de Política Cultural em Ouro Preto e Belo Horizonte", no período de 21 a 24 de abril de 1984.

A SEC/MG ficará encarregada da execução do projeto e os demais conveniados agirão como colaboradores e tratarão da parte de fiscalização.

8 Foi assinado convênio entre a Fundação Nacional próMemória e a Prefeitura Municipal de Triunfo (RS) com o objetivo de restaurar o Conjunto Colonial daquele Município. Após a restauração, o monumento abrigará uma biblioteca e a Câmara de Vereadores da Cidade.

9 Um centro de cultura com biblioteca, museu, auditório e instituto histórico. Com esse propósito, será restaurada a Casa de Câmara e Cadeia de Igarassu (PE) e promovido o agenciamento da Praça Cosme e Damião, na mesma cidade. Nesse sentido a Fundação Nacional próMemória e a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco firmaram convênio com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC através da SPHAN e da Prefeitura Municipal de Igarassu.

O projeto será executado pela entidade estadual sob a supervisão da SPHAN/próMemória, através da 4ª DR. A conservação do monumento também ficará a cargo da FUNDARPE.

10 Identificar, preservar e divulgar os valores culturais de Roraima em seus aspectos históricos, pré-históricos, artísticos, etnográficos e folclóricos. Com esse objetivo será realizado o projeto **Inventário de Bens Culturais de Roraima**, que contará com recursos da Fundação Nacional próMemória e da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Roraima.

De acordo com estudos da SEC/RR, Roraima vem sofrendo fluxos migratórios constantes, o que contribui para uma acentuada diversificação cultural.

11 Foi proposto pelo Governo do Território do Amapá, através da Secretaria de Educação e Cultura, projeto que levantará o Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico daquela região. A execução do trabalho ficará a cargo do Departamento de Ação Complementar da SEC/AP e o objetivo do mesmo é inventariar, preservar e divulgar o patrimônio cultural local.

CONVÊNIOS

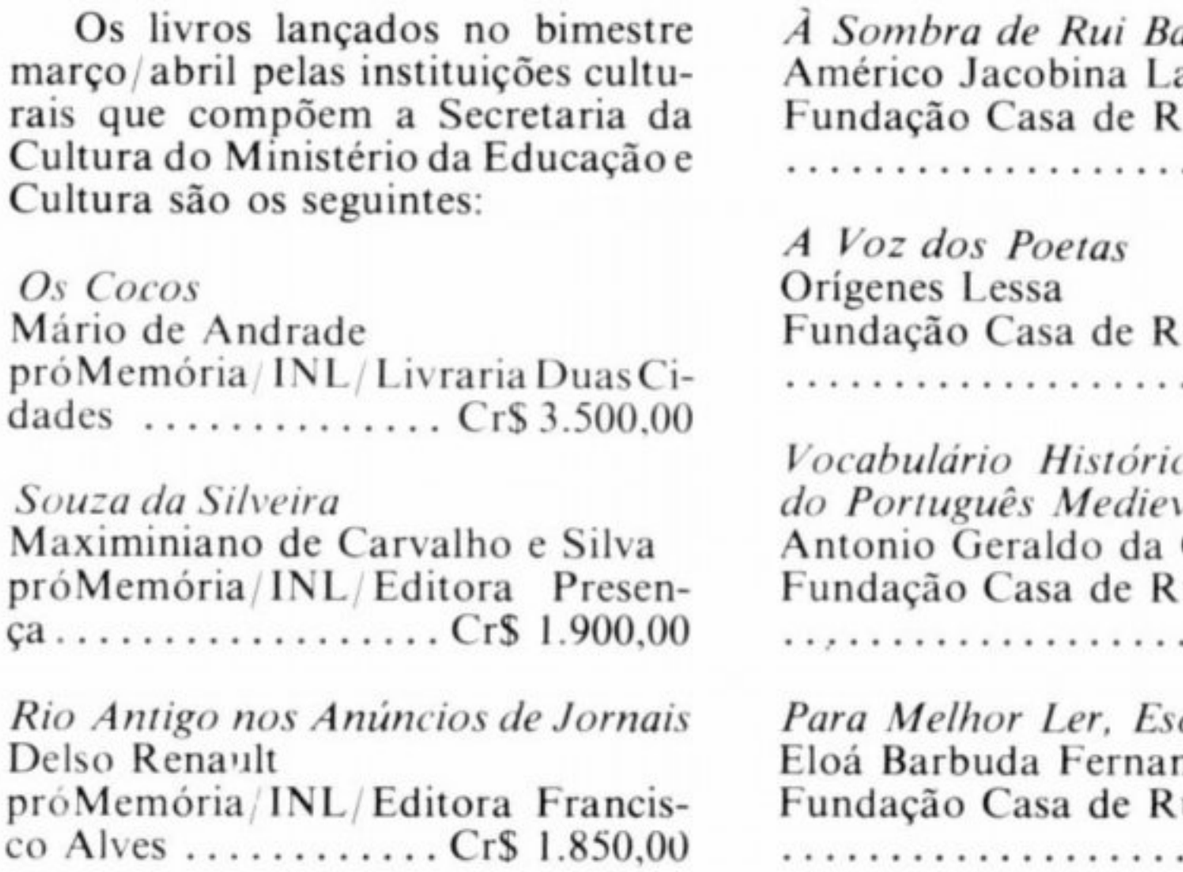
12 A Fundação Nacional pró-Memória e a Empresa Sergipana de Turismo firmaram convênio para a realização da 2ª etapa das obras de restauração da antiga Cadeia Pública de São Cristóvão (SE). Foram intervenientes a Secretaria da Cultura do MEC, a Secretaria de Obras, Transportes e Energia do Estado e a Universidade Federal de Sergipe — UFSe.

Futuramente, o imóvel abrigará o Centro de Artes da UFSe, responsável pela conservação da antiga Cadeia.

13 Foi assinado no último dia 27 de abril convênio entre a Fundação Nacional pró-Memória e a Paróquia São Sebastião, com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC — através da SPHAN, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e da Administração Regional de Planaltina (DF). O objetivo é alocar recursos financeiros e prestar assistência técnica ao projeto de restauração da Igreja de São Sebastião, localizada naquela cidade-satélite.

14 A Fundação Nacional pró-Memória e a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de Mato Grosso do Sul assinaram convênio que destina recursos financeiros ao projeto de **Levantamento do Casario do Porto**, em Corumbá. O projeto — 1ª fase — foi elaborado pela Diretoria de Patrimônio Cultural do Departamento Estadual de Cultura e está sendo executado pela SDS/MS.

Livros / Lançamentos



Os livros lançados no bimestre março/abril pelas instituições culturais que compõem a Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura são os seguintes:

Os Cocos
Mário de Andrade
pró-Memória/INL/Livraria Duas Cidades ..... Cr$ 3.500,00

Souza da Silveira
Maximiniano de Carvalho e Silva
pró-Memória/INL/Editora Presença ..... Cr$ 1.900,00

Rio Antigo nos Anúncios de Jornais
Delso Renault
pró-Memória/INL/Editora Francisco Alves ..... Cr$ 1.850,00

À Sombra de Rui Barbosa
Américo Jacobina Lacombe
Fundação Casa de Rui Barbosa ... . Cr$ 3.000,00

A Voz dos Poetas
Orígenes Lessa
Fundação Casa de Rui Barbosa ... . Cr$ 1.500,00

Vocabulário Histórico-Cronológico do Português Medieval
Antonio Geraldo da Cunha
Fundação Casa de Rui Barbosa ... . Cr$ 500,00

Para Melhor Ler, Escrever e Falar
Eloá Barbuda Fernandes Chaves
Fundação Casa de Rui Barbosa ... . Cr$ 2.000,00

Museu da Inconfidência
7º volume da coleção *Museus Brasileiros* — Rui Mourão
Fundação Nacional de Arte .... Cr$ 18.900,00

Anuário do Museu Imperial
(Reunindo num só volume os números 37 a 41, referentes aos anos de 1976/80)
Gilberto Freire, Alberto Venâncio Filho e outros
pró-Memória/Museu Imperial .... Cr$ 4.000,00

POSTOS DE VENDA:

- pró-Memória/INL
  — R. da Imprensa, nº 16/1.511 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20030
  — R. Apa, nº 83 - Campos Elísios - São Paulo - SP - CEP 01201
  — SCLN - Quadra 704/705 - Bl. C/40 - CEP 70730
- Fundação Casa de Rui Barbosa
  — R. São Clemente, nº 134 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22260
- Fundação Nacional de Arte
  — R. México, nº 101 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20031
  — Alameda Nothman, nº 1.058 - Campos Elísios - São Paulo - SP - CEP 01216
- pró-Memória/Museu Imperial
  — Av. 7 de Setembro, nº 220 - Petrópolis - RJ - CEP 25600

Cartas

Climatologia Médica

Como médico e pesquisador do Museu de Biologia Mello Leitão (MBML), recentemente incorporado à Fundação Nacional pró-Memória, tenho tido a oportunidade de conhecer mais de perto o maravilhoso trabalho desempenhado por nossa Fundação, no sentido de preservar, catalogar e principalmente divulgar, no âmbito nacional e internacional. Tal trabalho, originalmente idealizado pelos eminentes e saudosos Mário de Andrade e Rodrigo de Mello Franco de Andrade, vem de encontro aos anseios de todos os que agem pela fé num supremo Criador, dada a merecida relevância com que têm sido tratados os nossos bens culturais, verdadeiras dádivas ofertadas às novas gerações.

Aproveito a oportunidade para enviar-lhes algumas separatas da publicação "Climatologia Médica", de minha autoria, agradecendo-lhes a gentileza de distribuí-las aos setores da FNPM mais atinentes ao assunto.

Tendo disponibilidade de separatas, acharia conveniente também a divulgação do trabalho na seção "Livros e Teses" do Boletim SPHAN/próMemória. Tais separatas poderão ser solicitadas pelos interessados através do MBML: Dr. Pedro José de Almeida - Museu de Biologia Mello Leitão - Av. José Ruschi, nº 4, CEP 29650 - Santa Teresa (ES). Dispondo ainda de outros trabalhos similares em vias de publicação através da FNPM, a quem endereçar, quais as normas de publicação, etc.?

- Pedro José de Almeida - Diretor Secretário do Museu de Biologia Mello Leitão - Santa Teresa (ES).

NR: Agradecemos a gentileza da remessa e informamos que as separatas foram distribuídas e obtiveram grande aceitação e interesse.

A seção "Livros e Teses" deixou de circular.

Quanto a publicações através da próMemória, sugerimos contatar o Núcleo de Editoração da Fundação Nacional próMemória, coordenado por João Leite - Rua da Imprensa, 16, sala 806, Centro, 20030, Rio de Janeiro (RJ).

Informação

(...) Estou no 9º semestre e pretendo fazer tese relacionada com uma capela aqui existente, cujo retábulo é lindíssimo. Gostaria de propor o seu tombamento, uma vez que a capela se encontra um tanto abandonada. (...)Gostaria de saber também se foi publicado o tombamento da Igreja do Carmo de Mogi das Cruzes, do Casarão do Chá ou ainda da Freguesia da Escada. Como é feito o tombamento de uma cidade, como se procede?

Outra coisa: moro em uma das casas da Caixa de Aposentadoria da Estrada de Ferro da Central do Brasil. Essas casas foram construídas há uns 30 anos. Por que não podem ser preservadas? Não representam uma época que a cidade viveu? (...)

- Vanessa Ortega - Mogi das Cruzes (SP).

NR: Cara Vanessa. Acerca de suas dúvidas quanto ao que pode ou deve ser tombado, sugerimos entrar em contato com a 9ª Diretoria Regional da SPHAN, em São Paulo, das 9:00 às 18:00h, de 2ª a 6ª-feira. Seu Diretor é Antônio Luiz Dias de Andrade.

Nos livros de Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estão inscritos a Igreja e o Convento de Nossa Senhora do Carmo, inclusive a Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, únicos monumentos tombados pela SPHAN no Município de Mogi das Cruzes.

Sacolas de Supermercado

Muito grato ao ilustre Secretário e eminente amigo pela inclusão de Sergipe na campanha de divulgação da memória nacional, em boa hora encetada por esse órgão sob seu esclarecido comando. Cordiais Saudações.

- João Alves Filho - Governador do Estado de Sergipe.

NR: Os monumentos sergipanos divulgados foram: a Igreja da Matriz, de Santo Amaro das Brotas, pela rede de Supermercados Paes Mendonça; e o Convento de São Francisco, de São Cristóvão, pela rede de Supermercados Bom Preço.

Parabéns pelo projeto das sacolas mensageiras da cultura.
— Deputado Federal Gorgonio Neto.

NR: Ver, neste número, matéria sobre o tema.

Editado pela Fundação Nacional próMemória

EDITOR RESPONSÁVEL
Maria de Lourdes Castro Oliveira

REDAÇÃO
Marcus Vinicius De Lamonica Freire
Marcos Cambraia
Maria da Graça Nobre Mendes
Francisco Cereto (estagiário)
Laudessi Torquato (estagiário)
Lúcia Cristina de Oliveira (estagiária)
Rodney Dias Ribeiro (estagiário)

COLABORADORES
Glauco Campello
Roberto Sabato Cláudio Moreira

REVISÃO
Lilian Lopes da Silva

PRODUÇÃO GRÁFICA
Aimojara Xavier
Gioietta Lana